

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARIA GABRIELI MIRANDA DE SOUZA

PARMITÁ DOS TRINCA: ENTRE O IMAGINÁRIO SOCIAL E OS PROCESSOS
CRIMINAIS (1960-1980)

IRATI

2024

MARIA GABRIELI MIRANDA DE SOUZA

**PARMITÁ DOS TRINCA: ENTRE O IMAGINÁRIO SOCIAL E OS PROCESSOS
CRIMINAIS (1960-1980)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, Curso de pós-graduação em História, Área de Concentração: “História e Regiões”, da Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná, UNICENTRO-PR.

Linha de Pesquisa: Espaços de Práticas e Relações de Poder.

Orientador: Prof. Dr. Oséias de Oliveira.

IRATI

2024

Catálogo na Publicação
Rede de Bibliotecas da UNICENTRO

S729p Souza, Maria Gabrieli Miranda de
Parmitá dos trinca: entre o imaginário social e os processos criminais
(1960-1980) / Maria Gabrieli Miranda de Souza. -- Irati, 2024.
xii, 106 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa
de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, 2024.

Orientador: Oséias de Oliveira
Banca examinadora: Oséias de Oliveira, Angelo Priori, Hélio Sochodolak

Bibliografia

1. Palmital. 2. Imaginário social. 3. Narrativas. I. Título. II. Programa de
Pós-Graduação em História.

CDD 981



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE/UNICENTRO
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESP
Programa de Pós-Graduação em História – PPGH
Área de Concentração – História e Regiões



TERMO DE APROVAÇÃO

Maria Gabrieli Miranda de Souza

Parmitá dos Trinca: entre o imaginário social e os processos criminais (1960-1980)

Dissertação aprovada em 30/07/2024, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte Banca Examinadora:

Dr. Angelo Priori
Universidade Estadual de Maringá
Titular

Dr. Helio Sochodolak
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Titular

Dr. Oséias de Oliveira
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Irati – PR
2024

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História – PPGH-UNICENTRO – Campus Irati
Rua Prof^a. Maria Rosa Zanon de Almeida, s/n – Caixa Postal 21 – CEP 84505-677 – Riozinho – Irati/PR
(42) 3421-3129 - ppgh.unicentro@gmail.com – <http://www.unicentro.br/ppgh>

Correspondência Interna 542/2024.

Documento: **TermodeAprovacaoMariaGabrieliMirandadeSouzaOseiasdeOliveira.pdf.**

Assinatura Avançada realizada por: **Angelo Aparecido Piori (XXX.260.679-XX)** em 30/07/2024 11:38 Local: UEM/CCH/DHI, **Oseias de Oliveira (XXX.153.628-XX)** em 05/08/2024 11:27 Local: CIDADAO.

Assinatura Simples realizada por: **Helio Sochodolak (XXX.096.759-XX)** em 30/07/2024 11:11 Local: CIDADAO, **Maria Gabrieli Miranda de Souza (XXX.437.989-XX)** em 30/07/2024 11:20 Local: CIDADAO.

Inserido ao documento **895.066** por: **Cibele Helena Zwar Farago** em: 30/07/2024 11:02.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
26f9493336b07d407aab226533d4104b.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus, pela minha vida, por ter me permitido realizar este trabalho, por ter me acompanhado em cada viagem para as aulas do mestrado, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados no caminho.

Aos meus pais, Cleide e Wanderley, meu profundo agradecimento, por ser meu suporte, meu alicerce, na qual pude a partir deles construir meus próprios sonhos.

Agradeço ao meu amor, Tiago, por toda palavra de conforto, por todo companheirismo e incentivo, por causa dele, esse momento se tornou mais fácil!

Aos meus avós, Marlene e Jaime, minha irmã Emanoelly, meus familiares e amigos! Obrigada por todo incentivo e pela compreensão nos momentos em que precisei me ausentar para a elaboração deste trabalho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Oséias de Oliveira, obrigada pela sua paciência e compreensão! Sou grata por cada contribuição que tornou possível a elaboração desta dissertação.

Aos professores da banca, Prof. Dr. Angelo Priori e Prof. Dr. Hélio Sochodolak, pela avaliação e melhoramento desta dissertação. Suas indicações tornaram este trabalho mais rico!

A Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro por ser minha casa da graduação e pós-graduação! Sou eternamente grata a Universidade Pública!

Agradeço também a Capes, pelo apoio financeiro, que foi essencial para a conclusão deste trabalho.

Agradeço em especial à professora Dra. Beatriz Ancelmo Olinto, por cada conversa que contribuiu para este trabalho! E aos professores das disciplinas do mestrado: Dr. Ancelmo Schorner, Dra. Meri Frostscher e a Dra. Alexandra Lourenço, que pelos temas abordados e indicações compuseram parágrafos desta dissertação.

Aos funcionários do Centro de Documentação de Memória - CEDOC de Guarapuava, por me ajudarem e permitirem a pesquisa no início do mestrado! E principalmente aos funcionários do Fórum de Palmital, especialmente a Elisabete Leal Golanoski, por me abrir as portas aos arquivos dos processos criminais.

E por fim, quero agradecer a todas as pessoas que foram entrevistadas, que compartilharam seu passado e consequentemente fizeram parte da riqueza de informações que esta dissertação abordou, muito obrigada!

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo compreender os estereótipos que a cidade de Palmital, no interior do Estado do Paraná, carrega. Conhecida por muitos como uma cidade de população valente, Palmital é retratada nas narrativas orais tanto por seus moradores quanto pelas cidades vizinhas, além de ser mencionada nas mídias sociais, como uma localidade violenta. A dissertação se desenvolve a partir dessa percepção, com um recorte temporal de 1960 a 1980, feito com base nos processos criminais, buscando compreender a ocupação do espaço e verificar se ele foi o eixo norteador das relações de violência, além de entender as vivências dos moradores da cidade. A pesquisa também apresenta como as mídias sociais representam Palmital, apontando seus impactos atuais. Para uma melhor compreensão dos sujeitos, motivos e locais envolvidos nas agressões físicas, que chegavam até a homicídios, realiza-se uma análise qualitativa e quantitativa dos processos criminais da Comarca de Palmital.

PALAVRAS-CHAVE: Palmital; Imaginário Social; Narrativas.

ABSTRACT

This thesis aims to understand the stereotypes that Palmital, a small city in the state of Paraná, carries. Known by many people as a town with a brave population, Palmital is portrayed in oral narratives by both its residents and neighboring cities, besides the social medias, as a violent place. The thesis is developed from this perspective, with a time frame from 1960 to 1980, it was executed based on criminal proceedings, aiming to comprehend the occupancy of the space and verify if it was the axis guiding of the violence relations. Besides that, the thesis seeks to understand the town's resident experiences. The research also shows how social medias represent Palmital, pointing out the current impacts of it. For a better comprehension of the subjects, reasons and places involved in the physical aggressions, that were led to homicides, this research makes a qualitative and quantitative analysis of the criminal proceedings at the judicial district of Palmital.

KEYWORDS: Palmital; Social Imaginary; Narratives.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - MAPA DA DISTÂNCIA ENTRE PALMITAL, PITANGA E GUARAPUAVA.	14
FIGURA 2 - MAPA DO ESTADO DO PARANÁ E SUAS MESORREGIÕES.	16
FIGURA 3 - PLANTA DA GLEBA Nº 5A- PALMITAL.	23
FIGURA 4 - PLANTA DA GLEBA Nº5- PALMITAL.	24
FIGURA 5 - FOTOGRAFIA DE PALMITAL EM SEU INÍCIO.	31
FIGURA 6 - CRIAÇÃO DE ANIMAIS EM PALMITAL.	40
FIGURA 7 - COMÉRCIO DE PORCOS EM PONTA GROSSA.	41
FIGURA 8 – CARROÇÕES DE PALMITAL.	42
FIGURA 9 - TRABALHADOR DE PALMITAL ARANDO A TERRA.	44
FIGURA 10 - HOMENS ARMADOS EM PALMITAL.	51
FIGURA 11 - TÍPICO MORADOR DE PALMITAL E SEU ESPORTE FAVORITO.	68

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - QUANTIDADE DE PROCESSOS CRIMINAIS DE ACORDO COM SEU PERÍODO.	75
GRÁFICO 2 – RELAÇÃO DOS RÉUS E VÍTIMAS DE ACORDO COM SEU GÊNERO.	76
GRÁFICO 3 – FAIXA ETÁRIA DOS RÉUS	82
GRÁFICO 4 – PROFISSÃO DOS RÉUS	83
GRÁFICO 5 - IDENTIFICAÇÃO GEOGRÁFICA DE ONDE ACONTECIAM OS AUTOS EM PALMITAL DE ACORDO COM SUA DIVISÃO ADMINISTRATIVA.	84
GRÁFICO 6 - LOCAIS DAS OCORRÊNCIAS.	85
GRÁFICO 7 - PRESENÇA DE ÁLCOOL NOS AUTOS.	87
GRÁFICO 8 - RECURSOS UTILIZADOS PARA FERIR AS VÍTIMAS.	91
GRÁFICO 9 - CAUSA DAS MORTES DAS VÍTIMAS.	92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. PALMITAL: SEU INÍCIO	16
1.1 Localização da cidade.....	16
1.2 Contexto histórico estadual e local	17
1.3 O nascimento da cidade de Palmital.....	28
1.4 Transformações administrativas e políticas do espaço que compreende hoje o município de Palmital	34
1.5 População	36
2. NARRATIVAS, MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES	45
2.1 Memórias dissonantes	45
2.2 As narrativas orais sobre a cidade	49
2.3 A arma: o “enfeite” do homem.....	51
2.3 A violência ao lado?	58
2.4 O Campo Velho	60
2.5 As mídias sociais e o imaginário social: Seus discursos e estereótipos	62
3. OS PROCESSOS CRIMINAIS DE PALMITAL (1960-1980).....	72
3.1 Considerações na utilização dos arquivos do Poder Judiciário (Processos Criminais).....	72
3.2 Gênero e suas sociabilidades	74
3.3 Tipificação dos réus.....	82
3.4 As sociabilidades conflituosas.....	84
3.5 Os meios de violência.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
FONTES	98
REFERÊNCIAS	101

INTRODUÇÃO

No interior do Estado do Paraná localiza-se a cidade de Palmital, uma cidade comum, com características de desenvolvimento semelhantes às de suas vizinhas, habitada por gente interiorana e boa de prosa. No entanto, é apresentada nas narrativas cotidianas de forma singular em comparação com outras cidades.

"Palmital, terra de gente brava." Foram comentários desse tipo, antes mesmo de eu residir na cidade, que moldaram a imagem de Palmital para mim. Diziam: "Você vai se mudar mesmo pra lá? O pessoal é perigoso." Mesmo após minha mudança, nas relações com os próprios palmitalenses, uma certa memória do passado era evocada. Um passado de violência, tiroteios, homicídios e sobrenomes marcantes, geralmente lembrados em momentos descontraídos, mas que seguiam os mesmos padrões discursivos sobre a cidade. Esse passado era comumente exposto pelos moradores mais antigos, que contavam os "causos" de sua juventude: bailes, festas religiosas e encontros em casas de comércio, onde, frequentemente, alguém saía ferido por faca, revólver ou, até mesmo, morto.

Essas narrativas também surgiram nas entrevistas orais sobre a cidade. Para evitar direcionar as respostas, o tema das entrevistas abordava a história do município e as vivências dos entrevistados. Como estratégia metodológica, a entrevistadora conduzia a conversa de maneira mais livre, esperando que os entrevistados mencionassem espontaneamente os discursos de violência. Somente após essa abertura, eram feitas perguntas específicas sobre o tema, o que permitia um acesso mais natural a esse passado. Apenas em uma das entrevistas, não houve abertura para discutir essa questão.

Além das narrativas cotidianas que retratam o passado de violência, as mídias sociais também fazem parte dessa discursividade sobre a cidade. Há perfis que, além de gerar entretenimento, noticiam acontecimentos do município e da região. Essas mídias, além de funcionar como um repositório de narrativas diárias, ajudam a difundir esse discurso e a materializar no imaginário de Palmital como um lugar perigoso e violento.

Percebemos, então, que, a partir dessa dupla de fontes, ocorre uma certa representação da cidade de Palmital, que a define como um lugar violento e de pessoas propensas a conflitos e violência física. Essa discursividade sobre o passado da cidade cria não apenas representações dela, mas também de seus moradores.

A partir da metodologia utilizada por Dominique Kalifa em *Os Bas-fonds: História de um Imaginário*, é possível analisar os agenciamentos das representações sobre a cidade de Palmital. Para Kalifa (2017), os *Bas-fonds* são lugares que reúnem as pessoas mais marginalizadas da sociedade, como criminosos, prostitutas e indigentes, além de prisões e locais desagradáveis, associados à falta de caráter de quem ali convive. Contudo, esses lugares, essas pessoas e essa imoralidade, que supostamente existem nos *Bas-fonds*, não passam, segundo Kalifa (2017), de uma construção cultural.

Ela é uma construção cultural feita a partir do “entrecruzamento da literatura, da filantropia, do desejo de reforma e de moralização sustentado pelas elites” (Kalifa, 2017 p.18). Essa construção passa a criar representações sobre essas pessoas, esses lugares e esses estados. São representações que bebem das situações reais, mas que também produzem, no sentido de criação de figuras. “Os *bas-fonds* se estendem por um terreno móvel, vago, em que a realidade, a pior das realidades, está em conluio com o imaginário, [...] em que seres de carne e osso se misturam com personagens de ficção (Kalifa, 2017 p.11).

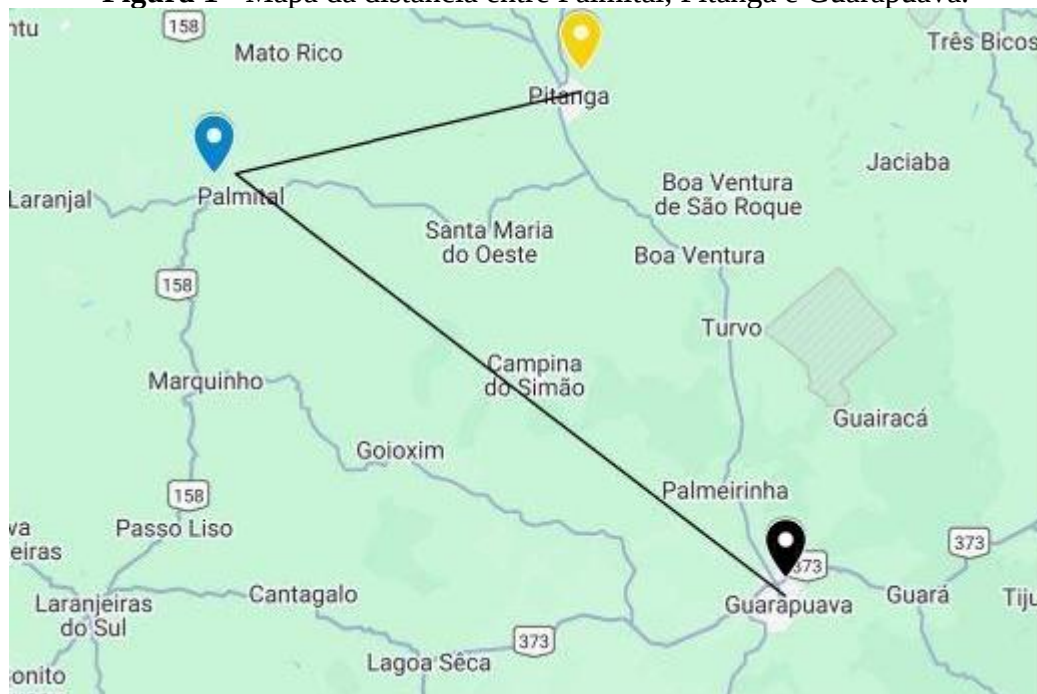
Kalifa (2017) considera esses agregados de figuras repulsivas dos *bas-fonds* como parte de um imaginário social, produzido pelas sociedades urbanas e pelos grupos que os consideram análogos à sociedade. Com base na antropologia histórica, Kalifa (2017) define o imaginário social como

um sistema coerente, dinâmico, de representações do mundo social, uma espécie de repertório das figuras e das identidades coletivas de que cada sociedade se dota em certos momentos de sua história. Os imaginários sociais descrevem o modo como as sociedades veem seus componentes - grupos, classes, categorias -, hierarquizam suas divisões, elaboram seu futuro. Mais que refleti-lo, eles produzem e instituem o social. Mas precisam, para isso, encarar-se em intrigas, contar histórias, fazer com que sejam lidas ou vistas. É por isso que o imaginário social é, antes de tudo, como sugere Pierre Popovic, um “conjunto interativo de representações correlacionadas, organizadas em ficções latentes”. (Kalifa 2017, p.20-21).

É a partir dessa concepção de imaginário social que Palmital se torna problemática. A cidade seria, de fato, tão perigosa quanto narrada? Quais fatores fazem desse passado uma memória sempre lembrada e vista como identidade da cidade? E por que essa continuidade narrativa? São perguntas que permeiam as entrelinhas desta dissertação.

No processo de fundação da cidade de Palmital, podemos visualizar que ela estava à margem dos centros de poder e de ordem pública. Primeiramente, era um espaço pertencente à cidade de Guarapuava, com uma distância em linha reta de 93 quilômetros e, posteriormente, torna-se distrito de Pitanga, com uma distância de 44 quilômetros. No entanto, essas distâncias são bem maiores se levadas em conta as estradas de condução. Inclusive, a primeira estrada que ligava Palmital, passando pelo que hoje é o município de Goioxim, não era a mais utilizada; em vez disso, a PR-466, com 134 quilômetros de Guarapuava e 69 quilômetros de Pitanga, era a preferida. Vale destacar que, no início, mal havia estradas, os caminhos, como apontado pelos moradores nas entrevistas orais, eram carreiros em meio à mata fechada. No mapa abaixo, a cidade de Palmital está marcada em azul, Pitanga em amarelo e Guarapuava em preto, com linhas indicando as distâncias entre os municípios.

Figura 1 - Mapa da distância entre Palmital, Pitanga e Guarapuava.



Fonte: Google Maps, disponível em: <https://bit.ly/3VZHjyr>. Acesso em 11 de jul. 2024.

Mesmo após se tornar distrito de Pitanga, município mais próximo, a comunidade de Palmital ainda carecia de uma boa infraestrutura, como aparelhamento estatal, hospitais e policiamento, por exemplo. A cidade ficava na periferia dos espaços de poder e, por consequência, cria suas próprias regras e normas de sociabilidade, já que os órgãos que deveriam assegurar isso, não estavam tão presentes até a sua emancipação em 1961.

Diante disso, este trabalho busca reunir as memórias dos moradores locais, fazendo uma análise reflexiva deste passado. Para isso, serão utilizados tanto a metodologia da História Oral, como também, de análises de processos criminais e mídias sociais. Utilizando, assim, um conjunto de fontes que possibilitem analisar Palmital em sua história e formação, suas memórias e de que forma elas são representadas, além de compreender as relações de violência na cidade.

A pesquisa busca identificar como as fontes discursivas, como as mídias sociais, as entrevistas e o livro que registra a história do município, representam a cidade e seus moradores. Além disso, realiza uma análise reflexiva dos processos criminais, considerando que, como em todo imaginário social, há um fundo real que sustenta todas as histórias e criações. Ao estudar os processos criminais, examina os tipos mais comuns de violência, seus agentes, gêneros, locais, armas e demais elementos, bem como a forma como testemunhas, policiais e escrivães narram os acontecimentos.

Utiliza como balizamento temporal o período das décadas de 1960 até 1980, com base nos processos criminais acessados no Fórum de Palmital. Os processos anteriores a esse período estão localizados no Fórum de Pitanga, responsável por Palmital até 1978. No entanto, não conseguiu

acesso a esse arquivo, mesmo com a historiadora fazendo um requerimento ao juiz, que estava de licença, e o juiz substituto se abstendo de tomar uma decisão.

No primeiro capítulo, é apresentado o contexto histórico da cidade de Palmital, sua formação, e como ela se transforma durante o tempo o seu espaço. Além disso, busca-se perceber, como a história do município se integra na história paranaense, como os ciclos econômicos geram influência neste espaço, as migrações populacionais, e os interesses pelas terras.

No segundo capítulo, busca-se reunir as memórias e representações sobre a cidade de Palmital. Para isso, utilizamos o livro *Palmital* e sua trajetória política, publicado em 1992 por Reynaldo Valascki, uma obra memorialista que possibilitou o acesso a documentos para embasar a análise e compreensão deste espaço. Percebe-se que o livro conta com uma escolha do que demonstrar sobre a cidade e possui um apagamento sobre a questão da violência. Pensando nisso, fazemos uma análise das narrativas e representações compostas no livro, nas entrevistas e, principalmente, nas mídias sociais, compreendendo um conjunto de formas discursivas de dizer e afirmar um passado da cidade.

No terceiro capítulo, utilizamos os processos criminais, pois, como Palmital é geralmente representado como um lugar violento e, por conta disso, singularizado em relação a outras cidades, buscamos agora olhar de modo mais atento para o que essas fontes, que tratam de homicídios, agressões físicas e ameaças, podem esclarecer sobre esse passado, tão "afamado" nas narrativas orais e, principalmente, nas mídias sociais. Compreendendo que muitas dessas histórias fazem parte de um imaginário social sobre a cidade, pretende-se, com os processos criminais, identificar as formas de violência no período de 1960 a 1980, seus agentes e atores, as faixas etárias dos réus e vítimas, gêneros, locais e horários dos crimes, refletindo sobre como a criminalidade desse período deu base para essas representações sobre a cidade.

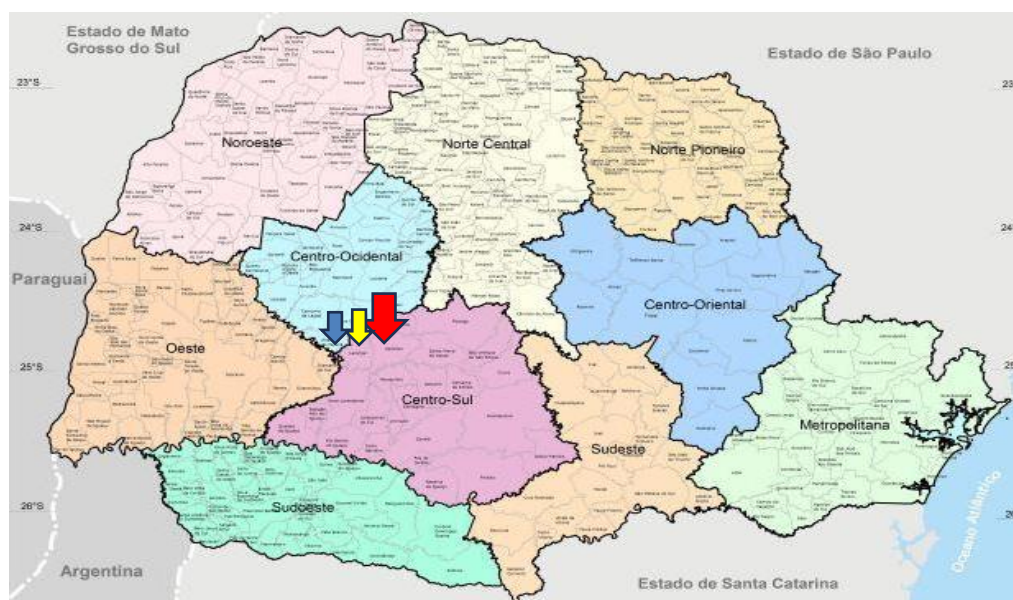
1. PALMITAL: SEU INÍCIO

1.1 LOCALIZAÇÃO DA CIDADE

Para compreendermos o processo que possibilitou a ocupação do espaço que hoje corresponde a Palmital, é necessário inseri-lo no contexto histórico de sua região, compreendendo que esse espaço não é um mero palco das ações sociais, tampouco se deve analisá-lo com os parâmetros e pontos de referência do presente, o que Jiani Fernando Langaro (2009) aponta ser o “pecado original” dos historiadores.

A cidade de Palmital, aqui problematizada, já foi um espaço muito maior, pois os municípios de Altamira do Paraná e Laranjal se emanciparam de seu território. Abaixo, vemos o mapa atual do Estado do Paraná e a marcação dos três municípios que representam o espaço problematizado nesta dissertação, pois, no período recortado a partir dos processos criminais, de 1960 a 1980, esses dois municípios ainda pertenciam à administração municipal de Palmital. Atualmente, dentro das novas divisões das mesorregiões do Estado do Paraná, o município de Altamira do Paraná (marcado em azul) está localizado na região Centro-Ocidental (verde clara), enquanto Palmital (marcado em vermelho) e Laranjal (marcado em amarelo) estão localizados na região Centro-Sul (roxa).

Figura 2 - Mapa do Estado do Paraná e suas mesorregiões.



Fonte: IPARDES¹

Podemos ver, nesta simples explicação, como o espaço onde hoje se constitui o município se transforma, e muda ao longo do tempo. Por isso, é necessário termos em mente o que Langaro (2009) traz sobre a concepção de espaço, que deve ser tratado com sua historicidade. O que tomamos como

¹Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/Regi%C3%B5es%20Geogr%C3%A1ficas%2028Lei%20Estadual%2015.pdf. Acesso em: 11 de ago. 2024.

concepção de espaço, é resultado dos processos históricos e ação dos sujeitos históricos (Langaro, 2009 p.24).

Percebemos como o mesmo espaço, atualmente, pode nem mais pertencer à mesma faixa de organização regional, como no caso de Altamira do Paraná pertencer a outra faixa da mesorregião do Estado. Por isso, se atentamos ao que Barros (2013) nos alerta, ao tomarmos regiões e espaços delimitados por organizações administrativas e geográficas, dificulta a análise do historiador. Como ele aponta, “vincular a escolha do historiador a uma “área pré-determinada” de qualquer outro tipo, pode implicar em deixar escapar uma série de objetos historiográficos que não se ajustam a estes limites” (Barros, 2013 p.11).

Uma região, segundo Barros (2013), é uma “porção do espaço organizado”. As mesorregiões do Estado do Paraná levam em conta, para sua fragmentação, questões de aspectos naturais, econômicos e culturais. Por isso, a questão de delimitação de uma região, para este trabalho, não considera essa delimitação administrativa do Estado. Aqui, levamos em conta como a cidade de Palmital é representada nas narrativas de violência e criminalidade, considerando espaços que nem pertencem mais a ela.

Utilizamos como eixo norteador as concepções da região Centro-Sul, tanto para o levantamento de produções historiográficas quanto para facilitar a leitura e localização do leitor sobre a área de Palmital, mas não tomamos essa região como delimitador do espaço da problemática em questão, pois, se assim fizermos, o espaço de Altamira do Paraná fica fora da área analisada, por estar atualmente localizado na mesorregião Centro-Ocidental. Além disso, Palmital recebe muitos moradores de Irati, Prudentópolis e Cruz Machado, da região Sudeste do Estado, que trazem consigo suas culturas e modos de viver.

Outro ponto de extrema importância ao elencar o espaço regional de Palmital como um espaço mais amplo que suas atuais configurações dentro da região Centro-Sul é o comércio de suínos no frigorífico de Ponta Grossa, que foi de grande relevância para a economia palmitalense. Portanto, não podemos concentrar este trabalho apenas na região Centro-Sul; utilizamos mais esse termo para facilitar a localização geográfica do município de Palmital dentro do Estado do Paraná, mas percebemos que essas outras divisões regionais apresentam identidades culturais e relações sociais muito próximas, identificadas a partir de leituras com temas sobre cultura e violência.

1.2 CONTEXTO HISTÓRICO ESTADUAL E LOCAL

Segundo Fajardo e Cunha (2021), o processo de exploração e povoamento do território que hoje compreende o Estado do Paraná foi diferente em cada área do Estado. Eles ressaltam o 'condicionamento natural', pois os espaços possuem perfis diferentes em relação ao solo, clima, relevo

e vegetação, além de apresentarem limitações para o avanço, como grandes rios, escarpas, serras e florestas. O Paraná, então, é compreendido por três formações históricas de comunidades, com algumas características próprias, pois dependiam dos interesses e dos momentos históricos para a constituição de suas comunidades. Compreendemos, então, essas regiões como:

“Paraná meridional [ou Paraná Tradicional] da criação de gado, das invernadas, do tropeirismo, do mate e da madeira. Ao Paraná organizado em torno da cultura do café e, finalmente, ao Paraná do Oeste e Sudeste, da pequena propriedade, da suinocultura e cultura de cereais” (Nadalin, 2017 p.8).

Sobre essa divisão territorial da reocupação do solo paranaense, a cidade de Palmital pertence à região do Paraná Tradicional. Mesmo esta área sendo considerada como a de início das primeiras colonizações do Estado, o local onde se constitui o povoado e depois a cidade de Palmital, que fica ao centro do Estado, segundo Neves (2012, p.13), foi “a última faixa do território a ser ocupada”.

Segundo Westphalen, Machado e Balhana (1968), em *Nota Prévia ao Estudo da Ocupação da Terra no Paraná Moderno* (1968), o Estado do Paraná, após a Revolução de 30, com o primeiro interventor Mario Tourinho, cancelou, após uma longa disputa judicial (que se estendeu até 1940), as áreas que haviam sido cedidas à empresa Companhia Brasileira de Viação e Comércio S.A. – Braviaco, cujo intuito era construir estradas de ferro e promover a colonização do oeste paranaense, integrando esse espaço às relações econômicas do Estado. Porém, a empresa não concluiu a construção do ramal ferroviário, interessando-se apenas pelas especulações imobiliárias sobre as terras cedidas (Rompatto, 2016). Por essa inoperância e não cumprimento de cláusulas contratuais, retornaram ao patrimônio do Estado 2.300.000 hectares de terra, incluindo as ferrovias e suas glebas (Westphalen, Machado, Balhana, 1968, p.5).

Após o cancelamento das terras da empresa Braviaco, em 1930, o Estado decidiu então colonizar suas áreas do Oeste e também do Centro-Sul. Foram criadas várias colônias com esse objetivo em 1939. Entre elas estavam as glebas ou colônias Goio-Bang, Goio-Erê, Cantu, Catanduva e Piquiri (Rompatto, 2016, p. 47). Porém, nessas colônias/glebas já havia moradores; “muitos lotes, e mesmo glebas inteiras, já se encontravam ocupadas por posseiros”, como foram os casos das colônias Cantu e Piquiri” (Westphalen, Machado, Balhana, 1968 p.22).

Por meio de entrevistas orais, assim como de um relatório² de 1947 da Secretaria de Viação e Obras Públicas, do Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC), o local onde a cidade de Palmital está inserida faz parte da Colônia Piquiri, e sua Gleba de número 5 já é intitulada como

² Secretaria de Viação e Obras Públicas/ Departamento de Geografia, Terras e Colonização - D.G.T.C (Paraná). Acrísio L. Marques. **Relatório de 1947**. Curitiba, p. 1-244, 1948. Disponível em: https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-11/. Acesso em: 20 out. 2023.

Gleba Palmital. As glebas vizinhas de Palmital eram a Colônia Cantu, com a Gleba Barra Bonita. Inclusive, podemos associar o nome das glebas aos rios Cantu e Piquiri, que cortam as divisas territoriais do município.

Estas glebas, para Maurílio Rompatto (2016), eram situadas em dois grandes grilos de terras. Segundo Rompatto (2016), as

Glebas Goio-Erê, Goio-Bang, Cantu, Catanduvas e Piquiri que se localizavam em áreas de dois grandes “grilos” de terra. As glebas Goio-Erê, Goio-Bang e Cantu situavam-se na área do grilo Guavirova, na margem direita do rio Piquiri e as glebas Catanduvas e Piquiri situavam-se em terras do antigo “grilo Santa Cruz”, na margem esquerda daquele rio. (Rompatto, 2016 p.47).

A partir de Maurílio Rompatto (2016), percebemos que a região em que Palmital está inserida apresenta um longo contexto de disputas de interesses. Sobre esses dois grandes grilos, Palmital faz parte do grilo Santa Cruz³. Os dois grandes grilos como Rompatto (2016) nos coloca; Guavirova e Santa Cruz, eram pertencentes a antiga freguesia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, na qual o posseiro Francisco Antonio dos Santos se apoderava das terras de seu vizinho, também posseiro, Salvador Correia da Silva. Ocorre uma audiência em 1843 com o Juiz de Paz, Joaquim José de Lacerda e as terras são divididas entre os dois. A partir daí, Rompatto (2016), nos apresenta um longo histórico de venda de partes destas terras⁴, que culmina em uma disputa entre proprietários e o Estado.

Essas terras se tornaram propriedade privada de Francisco Santa Maria e da Companhia Nacional de Papel e Celulose, donos da fazenda Guavirova (o mesmo que grilo Guavirova). O segundo interventor do Estado do Paraná, Manoel Ribas, em seu governo no ano de 1943, entrou com uma ação para reverter essas terras de grilo Guavirova à propriedade do Estado, pois “para o estado do Paraná tal sentença de conciliação nunca existiu, uma vez que ela não constava do livro de registro de protocolo de audiências do Juiz de Paz de Guarapuava” (Rompatto, 2016, p. 53). O mesmo também ocorreu com o grilo Santa Cruz, no governo de Bento Munhoz da Rocha, em 1953. Com o passar do tempo, a área passou a ser apresentada como fazenda Santa Cruz, Cachoeira ou Rio dos Patos.

Para reverter o processo dessas terras, Rompatto (2016, p. 59) nos mostra que o Estado cometeu algumas arbitrariedades, como, por exemplo, coagir o ex-serventuário Joaquim Maximiano da Silva a dizer que a certidão por ele emitida em 18 de maio de 1925 era falsa. Manoel Ribas, que era interventor do Estado do Paraná, aproveitou-se da ditadura varguista do Estado Novo (1937-1945) e mobilizou toda a máquina do Estado para recuperar essas terras à condição de patrimônio do Estado. Segundo Ana Cristina Hammel, Rafael Moura e Jefferson Salles (2021), a

³ Chegamos a essa conclusão a partir de análises de dois mapas que constam no Livro de Rompatto (2016), *Piquiri “O Vale Esquecido”* nas páginas 50 e 53, na qual demonstram as duas áreas de grilo Santa Cruz e Guavirova.

⁴ Para se aprofundar mais ler: Rompatto, Maurício. *Piquiri “O Vale Esquecido”*. História e memória da luta pelas terras do “grilo Santa Cruz” na colonização de Nova Aurora, oeste do Paraná. 1. Ed. Curitiba-PR: CVR, 2016.

história fundiária do Centro-Sul paranaense destaca-se pela grande extensão de terras e de dezenas de títulos emitidos pelo Estado do Paraná com indícios de vícios de origem em razão de atos ilegais cometidos por ocupantes de altos cargos públicos associados a latifundiários, grandes colonizadoras e companhias ferroviárias como a Brazil Railway Company (Hammel; Moura; Salles, 2021, p. 180).

A questão agrária no Paraná é marcada por complexidades que envolvem agentes do Estado, empresas colonizadoras e companhias ferroviárias, o que contribui para os altos índices de violência no interior do Estado. Além desses atores, havia ainda os grileiros, grandes aventureiros que, com a valorização da terra, ajudaram a transformar essa região em uma área de elevados índices de homicídio, que serão discutidos mais adiante.

A preocupação com a proteção e cuidado das terras em relação aos grileiros já era registrada desde a década de 1930, quando o secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Obras Públicas do Paraná, Othon Mader, alertou Manoel Ribas sobre a necessidade de tomar medidas para evitar esse problema (Rompatto, 2016, apud Mader, 1934, p. 15). Assim, a partir de um grupo de intelectuais, Vargas desenvolveu o projeto chamado “Marcha para o Oeste”, implantado em 1938, que não tinha como foco apenas o Paraná, mas todo o território nacional, visando o desenvolvimento do Brasil rural com o intuito de:

incentivar a migração de pessoas para áreas de fronteira, visando a *incorporar espaços vazios* do país ao processo produtivo pela ocupação dos sertões; promover um reordenamento fundiário (até então avaliado como caótico, desigual e concentrador), através de projetos de colonização oficial e empresarial, com base na distribuição e/ou venda de pequenas propriedades de terras devolutas às famílias de trabalhadores rurais; inserir os trabalhadores rurais no projeto ideológico de abasileirar as regiões de fronteira internacional; e modernizar e industrializar o país calcado na produção agrícola, pecuária e extrativista direcionada para o mercado interno (Myskiw, 2013 p.161-162 *apud* Linhares; Silva, 1999).

O Estado do Paraná sofre interferência desta promoção do Governo Nacional, pois, mesmo havendo posseiros, as áreas do Oeste e Sudoeste do Paraná eram consideradas vazias demográficas por terem baixa densidade populacional (Myskiw, 2013, p. 172), além de não estarem integradas economicamente à renda do Estado. Com o intuito de abasileirar as fronteiras internacionais, foram criados, em 1943, os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, de Ponta Porã, do Guaporé e do Iguaçu. O objetivo desses territórios federais era:

ocupação definitiva da faixa de fronteira, visando a garantir a soberania e melhor administrar, povoar, integrar e prover o desenvolvimento das regiões de fronteira com a instalação de órgãos públicos e guarnições militares, a abertura de estradas, o assentamento de colonos nacionais e a edificação de sistemas de comunicação (Myskiw, 2013, p.173).

O Território Federal do Iguaçu compreendia a fronteira com a Argentina e o Paraguai, estendendo-se desde o Oeste de Santa Catarina até o rio Ivaí, no Noroeste do Estado do Paraná. Laranjeiras do Sul torna-se, neste período, a capital do território, chamada de Iguaçu. Inclusive, essa área era muito próxima do município de Palmital, já que, nesse mesmo período, a região de Palmital também era considerada sertão. Além de reocupar esses espaços com o projeto de desenvolvimento rural, o Território do Iguaçu foi criado durante a Segunda Guerra Mundial (1942) para a própria defesa do território. Mas, como aponta Rompatto (2016), havia outro interesse, em que

a pretexto de aumentar a guarda sobre a área de fronteira, Getúlio Vargas criou o território para tirar as terras “devolutas do controle das elites dos estados de Santa Catarina e Paraná e concedê-las a seus conterrâneos gaúchos para a finalidade de colonização (Rompatto, 2016, p. 91).

Segundo Angelo Priori (2012), o interesse era imobiliário, a partir de companhias colonizadoras gaúchas que iriam incentivar a colonização. Essa política de transformar um território que, até então, era controlado pelos Estados em um território da União gerou descontentamento. Como aponta Hammel (2019), os Estados do Paraná e de Santa Catarina rechaçam essa perda de território. Mesmo trazendo desenvolvimento para a região, com estruturas para a governabilidade, como saúde, educação e estradas de acesso, o Território Federal do Iguaçu teve pouca duração. Com o fim da ditadura do Estado Novo, em 1945, os Estados de Santa Catarina e Paraná conseguiram reincorporar esses territórios sob seus domínios em 1946, com uma emenda apresentada pelo político Bento Munhoz da Rocha Neto (Priori, 2012, p. 71).

Angelo Priori, em seu texto "O Território Federal do Iguaçu", já intitulava a região como um local abandonado. Como ele aponta: “a população que vivia nas regiões onde foi criado o Território Federal do Iguaçu fazia queixas permanentes sobre o abandono da região, tanto pelo governo do Paraná quanto pelo de Santa Catarina” (Priori, 2012, p. 64). Inclusive, esse era um entrave para encontrar mão de obra para trabalhar na capital Iguaçu. O segundo governador do território, o Coronel Trota, dizia que aqueles que vinham para esses cargos, como professores, policiais e delegados, vinham por coragem cívica. Trota, em um relatório transcrito por Arno Mussoi (2015), ainda apresenta, em 1946, uma situação caótica que ocorria dentro do território federal, pois

na própria capital, Laranjeiras do Sul/Iguaçu “ninguém sabe a quem pertence os lotes de terras”, essa situação se estende por todo o território “em Pato Branco durante a visita do governador, os colonos manifestavam-se com faixas clamando pela legalização das terras distribuídas no interior de Clevelândia” (Hammel, 2019 p.15 *apud* Mussoi, 2015, p.90).

Como foi possível perceber, as regiões ao Oeste e Sudoeste do Paraná se encontravam, neste período, com certa fragilidade por serem pouco habitadas, e pela falta de órgãos do Governo para a

própria organização do espaço. Podemos estender essa situação caótica para além das áreas do Sudoeste e Oeste paranaense, pois também incluía partes de terra do Centro-Sul, e que, nestas narrativas, se assemelham às características da cidade de Palmital, que serão apresentadas no próximo item. Essa fragilidade, como a falta de instituição governamental, administração pública e cargos necessários para a vida em sociedade, tornava esse espaço propício para o banditismo e sociabilidades violentas.

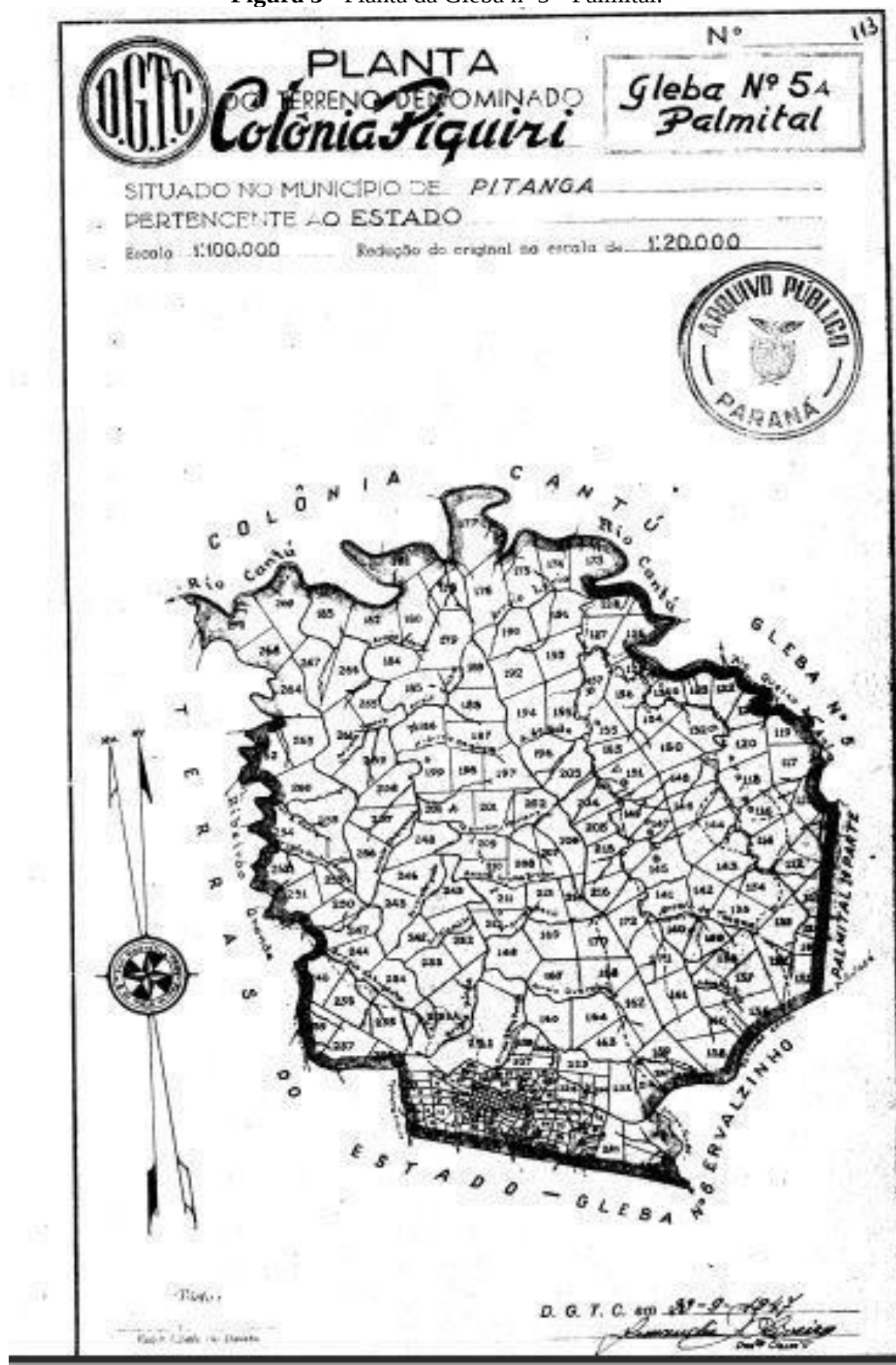
O relatório da Secretaria de Viação e Obras Públicas, Departamento de Geografia, Terras e Colonização, produzido em 1947 pelo diretor Acrísio L. Marques, mostra que, na Colônia Piquiri, em sua Gleba de número 5, já intitulada Palmital, existiam 160 lotes de terras disponíveis para a colonização (Acrísio L. Marques, 1948, p. 93). Mas, conforme o mapa, são demarcados 270 lotes, o que demonstra que 110 destes lotes já estavam ocupados por posseiros em 1947. Percebemos, a partir destes mapas, uma grande entrada de pessoas nas áreas da gleba de Palmital, após 18 anos de seu primeiro registro de reocupação deste espaço.

Este relatório, produzido em 1947, possui, em suas várias páginas, além dos mapas cartográficos que indicam as glebas e suas áreas demarcadas para colonização, uma espécie de prestação de contas. Nele, há indicações de valores pagos para o trabalho de venda, legitimação e demarcação de lotes. Porém, infelizmente, sobre a Gleba Palmital não há registros, apenas de colônias como Mourão, Goio-Erê, Paranavaí, entre outras.

Abaixo seguem os dois mapas que indicam a área da Colônia Piquiri, sendo a Gleba de número 5 intitulada Palmital. Como a área era grande, houve a necessidade de realizar dois mapas. O Mapa 1 tem a data de produção de 1947, produzido por Junandir Oliveira, e o Mapa 2, produzido por José Burigo, em 1945.

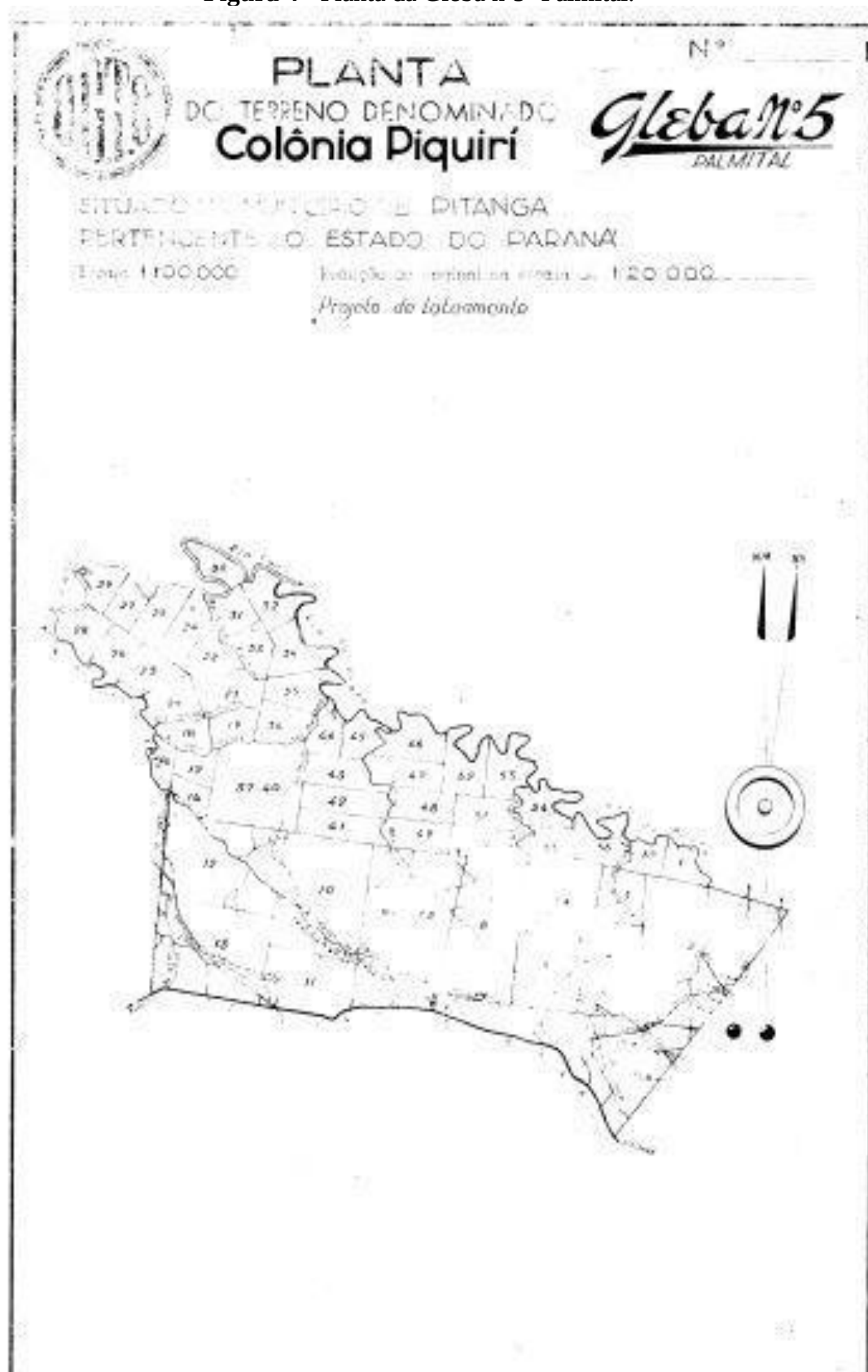
A partir de mapas de outras glebas, em que Palmital é vizinho, o espaço já é descrito como propriedade do Estado e pertencente ao município de Pitanga. Esses dois mapas são projetos de loteamento iniciados em 1945, com cerca de 270 lotes, o que demonstra o interesse em organizar a apropriação dessas áreas, até então consideradas sertão.

Figura 3 - Planta da Gleba nº 5ª- Palmital.



Fonte: JUNANDIR OLIVEIRA. Secretaria de Viação e Obras Públicas - Departamento de Geografia, Terras e Colonização . **Planta do terreno denominado Colônia Piquiri: Gleba nº 5ª Palmital.** Curitiba, 1948. Disponível em: https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-11/. Acesso em: 20 out. 2023.

Figura 4 - Planta da Gleba nº5- Palmital.



Fonte: José Burigo. Secretaria de Viação e Obras Públicas - Departamento de Geografia, Terras e Colonização . **Planta do terreno denominado Colônia Piquiri: Gleba nº 5ª Palmital.** Curitiba, 1948.

Disponível

em:

https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-11/.

Acesso em: 20 out. 2023.

No relatório, são descritas as grandes dificuldades enfrentadas para se realizar este trabalho, pois faltavam recursos, mão de obra especializada e até mesmo automóveis para realizar a locomoção para análise, demarcação e legitimação dos lotes de terra. Isso nos mostra que, mesmo o Estado e a União buscando promover de forma organizada a situação fundiária, ainda assim, neste período, o trabalho era precário.

Também são ressaltados, em vários trechos do relatório, os casos de grilagens de terras, e que, por conta disso, o trabalho, a demanda por mão de obra especializada disponível e até as arrecadações feitas foram complicados: “a arrecadação no ano transato poderia ser maior, não fora a interdição das zonas norte e noroeste para o efeito de tombamento da situação, em face das anormalidades surgidas com a intrusão das terras e o vulto de requerimentos de compra jamais registrado” (Acrísio L. Marques, 1948, p. 14).

É importante destacar que este relatório foi realizado em 1947, no mesmo ano em que Moysés Lupion se torna governador do Estado por eleições democráticas. Neste mesmo período, o Departamento de Geografia, Terra e Colonização (DGTC), que produziu o relatório, sofreu uma redução considerável em seu orçamento, que era calculado em 10.683.000,00 cruzeiros e foi reduzido para 3.465.899,00, o que prejudicou o desenvolvimento do relatório.

O intuito deste relatório, entregue em 1948, não era apenas realizar o levantamento de áreas e suas demarcações, mas também:

[defesa] do patrimônio territorial público contra a investida dos grileiros; zela pela conservação das matas, impedindo por todos os [meios] a devastação oriunda das derrubadas criminosas; promove a fixação do homem ao solo, intensificando o povoamento por intermédio de um sistema racional de colonização que resulta na fundação de cidades e municípios prósperos; organiza o cadastro territorial, levanta coordenadas; interpreta os limites [interestaduais] e [intermunicipais]; elabora a divisão territorial periódica, identificando a geografia do Estado e concretizando-a em mapas gerais e parciais” (Acrísio L. Marques, 1948 p.1).

Como podemos perceber, o objetivo do relatório era organizar racionalmente o espaço, legitimar os posseiros e assegurar as terras do Estado contra as investidas ilegais. O relatório também possuía uma concepção ambiental de proteção das matas, prevendo que, na década de 1950, as derrubadas das florestas em busca de madeira se intensificariam.

Essa tentativa de organização fundiária no Paraná, como veremos adiante, não correspondia de fato ao que o governador Moysés Lupion desejava. Isso pode ter sido um dos fatores para a redução do orçamento do DGTC, com o possível intuito de barrar o desenvolvimento do Departamento.

Em 1968, Westphalen, Machado e Balhana, em Nota Prévia, já apontavam as grilagens de terra no Paraná devido à sua recente valorização. Segundo os autores, o processo de tomada de terra pelos grileiros, que eram

espertos aventureiros, hábeis no apossamento de terras alheias, com base em títulos falsos de propriedade. Falsificando documentos como escrituras de transferências de propriedades, recibos e outros, apossavam-se de vastas áreas, gerando não apenas conflitos de ordem jurídica, mas sobretudo, a inquietude no meio rural paranaense (Westphalen, Machado, Balhana, 1968, p.25).

O processo de grilagem de terras já existia no Paraná desde os primórdios da República, mas, no período do primeiro mandato do governador do Estado, Moysés Lupion, de 1947 a 1951, essa situação acabou se agravando (Rompatto, 2016, p. 97). Como aponta Hammel (2019, p. 11), a grilagem de terra teria o “respaldo e a conivência do governo do Estado do Paraná”, já que os próprios políticos e mandatários⁵ locais tinham interesse nas terras e promoviam essas ações de grilagem e violência no campo. Além disso, os políticos favoreciam empresários nas demarcações de terras. No governo de Lupion, a terra se tornava um “presente” para aqueles que o apoiavam, mas, como aponta Serra (2019), não era um presente organizado, pois o mesmo lote era doado a mais de uma pessoa.

Segundo Ricardo Abramovay (1981), o próprio Moysés Lupion, governador do Estado, era sócio/proprietário da empresa colonizadora Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA). Entre as décadas de 1940 e 1960, essa empresa atuava nas regiões Centro-Oeste e Sudoeste do Estado, com a função de repartir e vender terras, porém, “terras que não lhe pertenciam” (Serra, 2019, p. 70). A empresa se aproveitava das disputas entre a União e o Estado sobre a quem pertenciam as posses retomadas da empresa Brazil Railway, o que causava grande tumulto no meio rural. Para Serra (2019), durante os dois mandatos de Moysés Lupion, entre 1946-1950 e 1956-1960, o

Paraná viveu os seus piores momentos de turbulência no setor agrário, envolvendo tanto a apropriação irregular de terras como a violência generalizada no campo, com o extermínio de camponeses. Mesmo em áreas de colonização planejada, onde as empresas cumpriam as metas estabelecidas nos projetos, a apropriação irregular acontecia e gerava conflitos (Serra, 2019, p.65).

Foi no período em que Lupion estava no poder que ocorreram dois conflitos envolvendo a questão da terra entre grileiros e posseiros no Estado do Paraná, os quais ganharam destaque nacional pelo número de envolvidos. Esses conflitos ficaram conhecidos como a Guerra de Porecatu (1940-1950), na região Norte, e o Levante dos Posseiros (1957), na região Sudoeste (Serra, 2019). Para a prática da grilagem de terras, os grileiros contratavam pessoas conhecidas como jagunços, criminosos aptos a amedrontar, expulsar e matar aqueles que resistiam em suas posses.

Duque Estrada, citado por Serra (2019), foi um dos poucos autores a vivenciar e documentar a violência que ocorria no campo. Por meio de seu relato, percebemos a presença de uma população armada, uma medida adotada tanto por aqueles que buscavam usurpar terras quanto por aqueles que

⁵ Compreendemos como mandatários pessoas com grande poder aquisitivo e influência política no interior do estado, como fazendeiros e empresários.

queriam defendê-las: “a ordem e a posse e, por que não dizê-lo, a tranquilidade, eram mantidas por uma austera senhora chamada Winchester 44, amparada pelos Colts e W.S. 38” (Serra, 2019, p. 66, apud Duque Estrada, 1961, p. 30).

Como foi possível perceber, as políticas adotadas por Moysés Lupion contribuíram para essa situação agrária de violência e apropriação irregular de terras. Mas cabe ressaltar que

Não se pode afirmar que todos os casos de violência nas disputas por terras tiveram a participação, mesmo que indireta, do governador Lupion, nem se ele tinha conhecimento da extensão e da gravidade dos conflitos. O certo, no entanto, é que durante seus dois mandatos os grileiros não foram incomodados (Serra, 2019 p.66-67).

Os governadores que sucederam Moysés Lupion tentaram criar ações políticas para solucionar esses problemas, como foi o caso de Bento Munhoz da Rocha Neto, que buscou moralizar a questão de terras no Estado quando eleito em 1951. No entanto, esse projeto foi interrompido quando Lupion retornou ao governo do Estado em sua segunda candidatura. Além de Bento Munhoz, outro político que também buscou resolver essa questão agrária foi Ney Braga, que, em 1961, “anulou todas as medições e expedições de títulos realizadas em 1959, durante o governo de Moysés Lupion” (Hammel, 2019, p. 17). O governador tomou essa medida porque, até a década de 1960, era difícil encontrar um espaço no Estado do Paraná que estivesse imune à “apropriação irregular” (Serra, 2019).

A principal alegação feita para o cancelamento dos processos de venda e medição de terras no período em que Lupion esteve no poder foi que “a medição não respeitou a legislação, feita por aerofotogrametria, desconsiderando mais de 6.624 pessoas que viviam em pequenas posses, com culturas efetivas” (Hammel, 2019, p. 18). Esse processo judicial demorou cinco anos para ser resolvido, resultando no pagamento, pelo Estado do Paraná, às empresas e às pessoas que haviam adquirido essas terras (Hammel, 2019).

Em 1975, o Instituto de Terras e Cartografia (ITC), atual ITCG⁶, elaborou ofícios ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e ao Corregedor-Geral de Justiça do Estado. Esses ofícios foram expedidos para alertar sobre “documentos falsos de terra”, que eram produzidos com ilegalidades por cartórios em favor de grupos empresariais associados a integrantes do governo. Os cartórios que apresentavam essas “falhas e vícios” eram os das comarcas de Guaíra, Foz do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Toledo, Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste, Cascavel, Guaraniaçu, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Pitanga e Campo Largo, todos, com exceção de Campo Largo, situados no Centro-Sul e Oeste paranaense (Hammel, 2019, p. 184).

Ainda segundo Hammel (2019), o pedido era que, antes de transcreverem títulos de propriedade expedidos pelo DGTC no período de 1956-1961, fosse necessário “levantar dúvida ao Juízo da Comarca” e, se possível, consultar a Fundação ITC.

⁶ Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná.

Com esse ofício, percebemos que as comarcas das quais Palmital fazia parte (Pitanga e Guarapuava) apresentavam essa situação de dubiedade sobre a terra, propiciando que as áreas do município fossem inseridas nessas relações de grileiros. O município de Palmital, a partir dos levantamentos bibliográficos, demonstra estar inserido nessas relações de violência pela questão da terra, tendo em vista que o Estado do Paraná apresenta um histórico conturbado nesse sentido. Para Serra (2019, p. 66), “a violência vai se constituir em marca registrada quando o que está em jogo é a disputa pela terra”.

1.3 O NASCIMENTO DA CIDADE DE PALMITAL

No final do século XVIII, o tropeirismo foi marcante para o desenvolvimento do “Paraná Tradicional”. Porém, essa atividade econômica entrou em declínio quando a economia do mate, em meados do século XIX, abriu-se como uma nova porta para o desenvolvimento econômico nessas áreas. As matas e as ervas-mate nativas do território paranaense passaram a ser exploradas. Essa economia do mate teve seu auge no final do século XIX, mas apresentou dificuldades no início do século XX (Fajardo, 2021, p. 11). Foi devido à queda nos preços da erva-mate que Maximiliano Vicentin, considerado o pioneiro do município de Palmital, saiu em busca de novas terras.

Em 1929, motivado pela queda do preço da erva mate, Maximiliano Vicentin, foi obrigado a cerrar as portas de sua casa comercial no lugar denominado Rio Capivari, próximo a Campina do Simão. Então resolveu infiltrar-se pelo *sertão*, plantar e criar suínos. Organizou-se um grupo composto de 15 homens entrando por Santa Maria e instalando acampamento em São José no dia 19 de março, cujo nome por esse motivo vigora até hoje. No dia seguinte continuou abrindo picada com seus companheiros (Valascki, 1991 p.47 grifos nossos).

O espaço apresentado nessa narrativa é descrito como uma “área indeterminada que existe [...] na materialidade física” (Barros, 2013, p. 3), indeterminada por ser considerado um lugar “vazio” e não dominado. A utilização do termo “sertão” nos remete à ideia de um lugar distante da civilização. Segundo Fernando Lamas, o sertão seria um lugar com características hostis, podendo ser agreste ou coberto por mata fechada. Além disso, o termo é usado para classificar os moradores dessa região como selvagens, perigosos e bandidos. O sertão mencionado, que viria a ser Palmital, era um espaço não ocupado pelos descendentes de lusos ou outras nacionalidades que emigraram para o Brasil. Em outras palavras, não havia a ocupação de populações brancas, encaixando-se na ideia de “vazio demográfico”. Era uma área de mata fechada, onde a “primeira picada” foi feita por Maximiliano Vicentin.

Porém, nesse espaço poderia haver a presença de populações indígenas, considerando que em regiões próximas, como em Pitanga, existiam aldeias. No entanto, não se sabe se havia domicílios no

local onde se iniciou a ocupação de Palmital ou se eram apenas áreas de passagem e caça, uma vez que os indígenas percorriam todo o território paranaense. Como aponta Guimarães:

“O Paraná era densamente habitado por diversas populações indígenas, milhares de anos antes da chegada dos povos europeus, ao contrário do que a historiografia tradicional afirmou durante várias décadas, não existindo apenas matas fechadas e animais selvagens. Podolan (2007) afirma que os estudos baseados em relatos de viajantes, padres, documentos oficiais, pesquisas de campo, fragmentos de cultura material, confirmam a presença de índios na região central, vivendo em grupos de forma organizada, produzindo meios de subsistência” (Guimarães, 2014 p.27).

Em 1929, Maximiliano Vicentin e seu grupo de 15 homens se instalaram nesse território, inicialmente abrindo 30 alqueires de roça, onde hoje se localiza a sede do município. No entanto, em um período não determinado, “não podendo resistir às feras e os mosquitos, foram obrigados a voltar para São José e mais tarde para Santa Maria, onde ficou residindo até 1939” (Valascki, 1992 p. 47).

Essa primeira picada feita por Maximiliano Vicentin abriu a possibilidade para que novas famílias ocupassem essas terras, pois, quando ele retornou em 1939, já havia mais “desbravadores” na região. Valascki (1992) mostra que, após a abertura do caminho para o até então inexistente Palmital, cerca de 50 novas famílias foram se estabelecendo nessa localidade. O livro menciona alguns desses primeiros moradores, embora “nem todos os nomes tenham sido lembrados”. “Os desbravadores que aproveitaram a primeira picada eram: José Costa Machado, Ramiro Roberto Machado, Pedro de Paula Vieira, Anicentro Ermonge de Souza e Theodoro Maciel de Oliveira” (Valascki, 1991, p. 47).

Um elemento que devemos destacar aqui, como possibilidade nessa locomoção dentro do Estado do Paraná, é a existência de “terras livres”, áreas que possuíam grandes extensões, cujos limites eram formados por escarpas, vales e rios. O processo de apropriação se deu, primeiramente, pelo domínio da posse. No entanto, o processo de posse de terra no Estado do Paraná foi marcado por grande confusão e disputa de espaços.

Em sua primeira vinda, as terras que se tornariam Palmital já eram “batizadas” ao longo do caminho, pois muitos dos lugares por onde Maximiliano Vicentin passou, até chegar à escolha de seu destino final, foram sendo nomeados, e alguns desses nomes ainda prevalecem. “E assim nasceu os lugarejos, Pinhal do Corvo, Queixo de Anta, Rio Guaraipó, Queixo de Tatêto, Sanga Funda e finalmente Palmital” (Valascki, 1991 p.47).

É interessante perceber que Maximiliano Vicentin retornou às terras que batizou de Palmital em 1939, porque, em 1938, durante a gestão do interventor Manoel Ribas, então governador do Estado, ele tentou comprar a posse de 500 hectares de terras e obteve aval positivo. Essas terras estavam localizadas onde hoje se encontra a área urbana de Palmital. Por esse motivo, além de ser considerado o pioneiro, seu nome foi dado à avenida principal da cidade, que foi a primeira rua do vilarejo.

Maximiliano Vicentin, junto com Joaquim Ferreira de Souza, começa a plantação de cana-de-açúcar com a finalidade de fabricar cachaça, ramo que, como aponta Valascki (1991), era de bastante sucesso. É interessante perceber essa questão de Maximiliano ser comerciante e se esforçar na melhoria do local em que vive, pois, em 1940, junto com seu sócio e seus filhos Ambrósio (que foi delegado do distrito) e Benjamin, abrem uma estrada de 22 km até São José, o que possibilita o tráfego de carroças. Além de melhorar o contato com outras regiões e vilas, também facilita o escoamento da sua produção de cachaça. Essa abertura de estradas motivou, ainda, a vinda de mais famílias para a colonização do vilarejo, pois, como aponta Valascki: “com a abertura da primeira rodovia, começou a vinda de famílias oriundas das mais diversas localidades para se instalar em nossos sertões” (Valascki, 1991, p. 48). Após 11 anos desde a primeira reocupação deste território, já havia, nestas terras, 240 famílias, apontadas pelo recenseamento produzido em 1940.

Fajardo e Cunha apontam que, entre 1810 e 1950, predominavam, na região de Guarapuava, a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência. A partir de 1940, “o setor madeireiro ganha relevância com investimentos na região, inicialmente explorando a madeira nativa da araucária” (Fajardo, Cunha, 2021, p. 39). A extração de madeira na região coincide com o desenvolvimento e a chegada de novas famílias às terras de Palmital, pois a primeira serraria se iniciou em 1948, de propriedade do senhor Bortolo Bertonselli (Valascki, 1992). Valascki aponta que Palmital teve seus:

bons tempos com indústrias de extração de madeira. Existia muita madeira de pinheiro, imbuia, cedro e muitas outras madeiras. Muitas eram as serrarias no território do Município de Palmital. Atualmente [1991] o número de indústrias é pequeno sendo os seguintes: 4 serrarias, 2 fábricas de móveis, 4 fábricas de derivados de milho, 5 beneficiadoras de arroz e 3 indústrias de laticínios (Valascki, 1992 p. 185).

É possível confirmar essa constatação feita por Valascki, pois, em várias fotos do povoado de Palmital, podemos perceber ao fundo a araucária, por se tratar de uma árvore com formato diferenciado e tida como símbolo do Paraná. Esse desenvolvimento da extração de madeira pode ter sido um promotor da reocupação dessas áreas, com pessoas em busca de extrair madeira, assim como pela procura de trabalho, já que em várias fotos contidas no livro de Valascki sobre as serrarias, observa-se o grande número de funcionários. As toras eram tiradas do meio da mata e puxadas por bois carreiros; após serem cortadas, eram transportadas de caminhão para outros municípios.

Foram proprietários de serrarias, além de Bortolo Bertonselli, os senhores Jandir Campanini, Tuca Moreira e José Antonio Sobrinho, no distrito de Laranjal. A Madeireira Palmital LTDA, de propriedade do senhor José Barbosa Klaser e depois Rubens Barbosa Klaser, iniciou seus trabalhos em 1952 e durou 30 anos, sendo desativada em consequência do desmatamento causado pela extração

Figura 5 - Fotografia de Palmital em seu início.



Fonte: Valascki (1992 p.188).

É possível perceber em outras fontes, assim como nas narrativas orais dos moradores de Palmital, que o processo de apropriação dessas terras foi feito de forma espontânea até 1962, por meio do desenvolvimento da agricultura, pecuária e exploração de madeira. Inclusive, antes da apropriação da área feita por Maximiliano e seu grupo de homens, aqueles espaços já haviam sido "descobertos", como aponta Valascki (1992). A região onde hoje se encontram os limites territoriais do município de Palmital, antes de 1929, “foi apenas habitada por moradores esparsos e temporários, que viviam mais da extração de produtos nativos do que propriamente da agropecuária” (Valascki, 1991, p. 154), fator que fez com que esses sujeitos não se fixassem no local, o que nos faz perceber a presença da cultura cabocla nesse espaço.

Segundo Ricardo Abramovay (1981, p. 6), devemos compreender o conceito de caboclo aqui utilizado como “sinônimo de uma determinada maneira de viver, de certas relações sociais”. Essa maneira de viver diz respeito à sua relação com a terra e seus modos de produção, pois, para a cultura cabocla, a terra não apresentava valor enquanto ideia de posse e propriedade. A terra possuía valor a partir do momento em que permitisse o plantio e desse frutos, garantindo a subsistência alimentar do caboclo. Como aponta Abramovay (1981, p. 11), “a terra só lhe servia como objeto de seu trabalho. Separada deste trabalho, ela não tinha valor algum”.

As populações caboclas que deixaram vestígios nas áreas de Palmital devem ter permanecido neste espaço enquanto havia recursos que possibilitassem sua subsistência, tanto da caça, plantações, quanto da criação de animais. Como Palmital possuía paisagens, que são apresentadas tanto nas fotografias quanto nas narrativas orais, sendo um espaço coberto de mata fechada, principalmente com araucárias, árvore nativa do Paraná, esse era um ambiente que contribuía para essa reprodução de organização social e modos de viver.

No livro produzido por Reynaldo Valascki, uma obra memorialista que será problematizada mais adiante, constam dois documentos da Secretaria de Obras, Viação e Agricultura do Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado do Paraná. Uma licença do ano de 1942 e outra de 1945,

a favor de Maximiliano Vicentim, sobre a ocupação de terras para a produção. Esses documentos nos mostram a questão da posse e do trabalho sobre a terra, pois dizem:

O SNR Maximiliano Vicentim, ocupante das terras, situadas no lugar Palmital do município de Guarapuava e distrito de Jujuiá, fica autorizado a executar os serviços de roçada e queima na extensão em 5 alqueires mato e de capoeiras, existentes no referido lugar, compreendendo uma área nunca superior a 15 alqueires. Deve ser observado o serviço de aceiros, para evitar o perigo da propagação do fogo. O proprietário da roçada deverá ocupar as terras de seu domínio, caso contrário, será cassada a presente licença, que implica na perda da roça, que passará então ao legítimo proprietário das terras.⁷ (Valascki 1992 p.65).

Percebemos que as terras apontadas neste documento eram áreas remanescentes das sesmarias. Como não foram colonizadas, tornaram-se propriedade da Província e, posteriormente, do Estado. O início das cartas de sesmarias remonta ao período colonial, em 1614, tornando a terra propriedade privada (Serra, 2010); com seu fim, com a declaração da Independência do Brasil em 1822, foi criada a Constituição, que assegurava legalmente a posse daqueles que já detinham as terras.

Em 1850, com a Lei de Terras (601/1850), três anos antes da emancipação da Província do Paraná, em 1853, da Província de São Paulo, abriram-se novas formas para a reocupação desses espaços "livres". O povoamento do território foi estimulado, com pequenas propriedades rurais, para suprir o déficit de agricultura de abastecimento (Serra, 2010).

Em 1907 publica o Decreto nº 218, em que são definidas as bases para o processo de colonização, privilegiando a implantação de colônias agrícolas para o assentamento de agricultores imigrantes. No ano 1916, é editada a Lei nº 1642, estabelecendo que a colonização passe a ser função também da iniciativa privada. A nova Lei autorizava a constituição e a atuação das empresas colonizadoras, condicionando que parte do lucro obtido na comercialização dos lotes deveria ser aplicada na implantação da infraestrutura necessária à segurança e à prosperidade do loteamento. (Serra, 2010 p. 78).

É importante ressaltar aqui o conceito de colonização, pois, segundo Silva e Silva (2009 apud Guimarães, 2014, p. 23), colonização significa ocupar um novo chão, assim como transmitir práticas às novas gerações, além de ser um processo também de dominação. O “conceito de colonização tem tanto o caráter de ocupação e cultivo de novos territórios como de domínio, exploração e instalação cultural, pois a cultura do colonizador é transposta para o novo território” (Guimarães 2014 p.23).

Em 1962, a Companhia de Colonização e Desenvolvimento Rural, a CODAL, inicia o plano de colonizar as áreas que faziam parte do território de Palmital, mas que hoje pertencem ao município de Altamira do Paraná. Essa demarcação de lotes, inclusive no perímetro urbano, ainda predomina na

⁷ Licença fornecida pela 5ª Inspetoria de Terras de Pitanga (Valascki 1992 p.65).

cidade. Além da CODAL, a partir de 1970, o Banco Nacional também inicia o processo de colonização na área de Laranjal, já considerado distrito de Palmital (Neves, 2012, p. 18).

Pedro Batista Neves, morador de Pitanga (município vizinho de Palmital), conta como foi esse processo de colonização:

Aqui era sertão, muitos ucranianos se espalharam por Pitanga, e também por Altamira do Paraná, onde as terras eram devolutas, sem dono, com o tempo estas pessoas solicitavam ao estado para explorar a terra, quando havia a venda dava brigas. As companhias de terras que estiveram em Pitanga era a UBÁ - Sociedade Territorial Ubá Ltda, que loteou Ivaiporã e a Codal - Companhia de Colonização e Desenvolvimento Rural que loteou Pitanga e Laranjal. Eram empresas particulares que compravam o direito de colonizar o estado. Também os grileiros neste período sabiam das terras devolutas e adquiriram documentos de posses, gerando muitos problemas e conflitos pela terra (Guimarães, 2014, p. 33).

Esses conflitos pelas terras, como aponta Serra (2010), eram causados pela cobiça dos grileiros. As áreas que não haviam sido ocupadas, tanto pelo planejamento do Estado quanto pelas colonizadoras privadas, tornavam-se um prato cheio para esses especuladores de terras. “Na marcha da ocupação pioneira, áreas já apropriadas por posseiros são cobiçadas por grileiros e colonizadoras, com forte ligações com o Estado, estabelecendo-se a partir daí as bases para uma fase de sangrentos conflitos envolvendo disputas pela posse de terra” (Serra, 2010 p.79).

Essa configuração de terra sobre o primeiro domínio com a posse é um fator expressivo das ocupações feitas em Palmital. Percebemos isso na narrativa de Julia⁸, em que ela conta sobre a aquisição da terra por seu pai, que chega em Palmital em 1950:

Entrevistadora: Quando seu pai chegou, eram terras que estavam desocupadas?

Julia: Sim. Ele comprou a área desocupada. Eles falavam assim, é, posse. Posse, é tanto alqueires de fulano, e todo mundo respeitava né, ninguém entrava. Daí depois, com o tempo eles compravam, eles iam e legitimavam. Lógico iam, legitimavam no registro de imóvel. Depois que ele fez isso, mas na época, ele entrou assim, comprou, eles falavam posse, até ele legitimar a terra né (Julia, 2023).

Frederico também fala sobre esse processo de requerer o título de dono da terra pelo Estado:

Então de primeiro tinha os guardas, que andava e daí tinha o cocheiro, que quer comprar tua terra, tá em branco, você pode requerer, fazer o requerimento. Daí ia pagando pro estado. Pagava uma parcela, eu não me lembro quanto tempo pagava. Daí até que terminava de pagar, daí o guarda trazia o título. Era só pelo estado, mas o estado em Pitanga (Frederico, 2023).

Como aponta Serra (2010), o conflito de terras entre os posseiros, grileiros e as colonizadoras foi marcante no Estado do Paraná e identificável em algumas narrativas orais, como as de Pedro, de

⁸ Julia. Entrevista concedida a Maria Gabrieli Miranda de Souza. Palmital, 08 de abril de 2023. Entrevista confidencial.

Pitanga, e outras do município de Palmital. A antropóloga Dibe Ayoub, por exemplo, estuda os muitos casos de violência no município de Pinhão, também pertencente à região central do Estado do Paraná. Para ela, muitos dos casos de agressões e assassinatos no município eram tratados como crimes de honra, causados por provocações e desaforos nas narrativas orais; porém, a questão da terra era uma grande norteadora para o início desses conflitos.

Em Pinhão, em 1940, chega a Indústria José Zattar S/A, que adquire terras pelo estado para a retirada de madeira; porém, nesta região já havia muitos posseiros. A madeireira então contrata homens tidos como jagunços e pistoleiros para amedrontar aqueles posseiros que ocupavam essas terras, além de gerar mortes. Esses conflitos se estendem por longos anos, gerando, em 1992, o Movimento dos Posseiros. Posteriormente, esse grupo se une ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o MST.

Segundo Carlos, advogado que defende membros dos movimentos sociais, algumas das mortes que ocorreram ao longo do conflito com a Zattar foram tomadas por brigas de bar, não sendo investigadas e nem contabilizadas como parte do conflito. Ele não entrou, contudo, em detalhes sobre esses acontecimentos. [...] Para ele, ao tratar certas situações como brigas de bar, as investigações descartavam o conflito por terras, desqualificando tanto a luta dos movimentos sociais quanto os envolvidos na briga, e impossibilitando não só a reparação, mas também o reconhecimento desses conflitos e de suas implicações (Ayoub, 2021 p.16).

Essa questão levantada por Carlos, sobre as disputas entre posseiros e a empresa, envolvendo jagunços contratados para amedrontar e expulsar os posseiros das terras, acaba perdendo seu caráter de conflito pela posse da terra no decorrer do processo, sendo reduzida a meras brigas comuns de bar. Isso nos leva a refletir sobre as narrativas de confusões e assassinatos ocorridos em Palmital, já que a cidade pertence à mesma região e aos mesmos processos de reocupação de terras no Estado do Paraná. No entanto, as questões específicas de violência em Palmital serão tratadas no próximo capítulo.

1.4 TRANSFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS E POLÍTICAS DO ESPAÇO QUE COMPREENDE HOJE O MUNICÍPIO DE PALMITAL

Nos tópicos acima, demonstramos como o espaço que hoje compreende Palmital foi ocupado e como se construiu o sentido de cidade que possui atualmente, de acordo com José D'Assunção Barros: “todo espaço se redefine diuturnamente a partir de alterações que vão se dando no decurso do tempo” (Barros, 2013 p.1).

O espaço se torna um lugar, pois, como aponta Armando Corrêa da Silva, transforma-se em uma "dimensão particular". Dentro dessa dimensão particular, o espaço que se torna lugar pode ainda

ser fragmentado e transformado em uma dimensão singular, onde entra a ideia de território, de uma área ou região (Silva, p. 356).

Mas, então, o que é um território? Segundo José D'Assunção Barros (2013), um território é aquele que possui uma demarcação de poder, “visando um outro indivíduo ou entidade que poderia ter pretensões de assumir controle sobre o espaço em questão” (Barros, 2013, p. 4). O próprio processo de reocupação é um “empoderamento sobre o espaço”, pois delimita e exerce controle. Esse ato de delimitar é um processo de produção do espaço. Quando Maximiliano Vicentin abre uma picada até decidir seu caminho final, ele realiza uma produção de conhecimento daquele espaço, nomeando os lugares por onde passa, bem como o local final, batizando-o de Palmital, em referência à grande quantidade de palmito nativo da região. O primeiro processo de territorialização de Palmital é este; mesmo sendo terras pertencentes ao município de Guarapuava, Palmital se inicia nesse momento.

Como, então, o espaço pertencente aos grandes campos de Guarapuava se tornou território de Palmital? Quando Maximiliano Vicentin ocupou as terras em 1929, elas pertenciam ao distrito de Juquiá (hoje Goioxim), na cidade de Guarapuava. Contudo, acreditamos que, devido à dificuldade de contato com Guarapuava, em razão da falta de estradas e da maior distância, tudo o que era necessário para Palmital e não podia ser obtido no vilarejo era adquirido em Pitanga. Um exemplo disso pode ser encontrado no livro de Valascki (1992), que menciona documentos como licenças para produção em terras (1945), o alvará de licença de uma fábrica de aguardente (1944) e um imposto sobre vendas mercantis (1939). Todos esses documentos foram requeridos por Vicentin, e os locais administrativos responsáveis por esses assuntos estavam situados em Pitanga.

Após 22 anos desde a reocupação e fixação da população, a "localidade de Palmital passa a Distrito Administrativo de Pitanga, pela Lei nº 613 de janeiro de 1951" (Valascki, 1992, p. 348). Valascki aponta que, à medida que a localidade crescia, surgiam intenções de emancipação do município de Pitanga. Comerciantes, industriais e trabalhadores iniciaram, a partir de 1960, um movimento para transformar a localidade em município. Nomes como João de Oliveira Júnior, Antonio Martins de Oliveira, José Silvestri, Carlos Gonçalves Siqueira, Israel Tichler Martins, Miguel Agulhan Milano, Augusto Vicentin e Joaquim Ferreira de Souza começaram a fundar partidos políticos e a conduzir campanhas pró-município.

Por fim, eles conquistaram a emancipação em 25 de janeiro de 1961, pela Lei nº 4.338. As primeiras eleições ocorreram no mesmo ano, em outubro. Figuras importantes para a emancipação de Palmital no cenário da política paranaense foram o Deputado Estadual Doutor João Ferreira Neves, com o apoio do Deputado Estadual Antônio Lustosa de Oliveira⁹.

⁹ Segundo Walderez Pohl da Silva, Lustosa foi uma das personalidades mais importantes do cenário político de Guarapuava, em busca de desenvolvimento tanto do município como também da região. Ver em: Silva, Walderez Pohl da. De Lustosa a João do Planalto: a arte da política na cidade de Guarapuava (1930-1970) Guarapuava: Unicentro, 2010.

No entanto, o território de Palmital ainda não estava plenamente legitimado, e com fronteiras bem definidas, pois duas localidades se emanciparam do município: Laranjal e Altamira do Paraná. A primeira localidade a se emancipar, retirando parte do território de Palmital, foi Altamira do Paraná, cuja ocupação populacional começou em 1941. Em 1962, Altamira do Paraná ganhou destaque por sua colonização promovida pela Companhia de Colonização e Desenvolvimento Rural (CODAL) e, posteriormente, em 1983, foi oficialmente desmembrada de Palmital pela Lei Estadual nº 7.571 de 27 de abril de 1982.

A cidade de Laranjal primeiramente se tornou distrito de Palmital em 1967, pela Lei nº 5.492. A localidade buscava sua autonomia devido à insatisfação da população com o abandono por parte do município de Palmital. Werner H. Meyer, João Rodrigues do Prado, Riolando C. Freitas, Aparecido Rodrigues de Oliveira e Rosana Rodrigues de Oliveira formaram uma comissão pró-município. Na localidade, onde havia 1.732 eleitores, 1.672 compareceram para votar a favor da mudança de distrito para município (Valascki, 1992, p. 673). O projeto de lei que criou o Município de Laranjal foi de autoria do Deputado Estadual Artagão de Matos Leão, em 1990. O distrito se emancipou em 9 de janeiro de 1991, pela Lei nº 9.533. Laranjal foi um dos últimos municípios a se constituírem no Estado do Paraná. Esses processos de independência de cidades ocorreram em todo o Estado, pois, como demonstra Neves (2012), houve um crescimento significativo no número de emancipações de cidades.

No decorrer da História da Evolução Política Administrativa do Paraná, ocorreram mudanças que alteraram a configuração do Estado e dos municípios (em número e área). No ano de 1940, existiam 50 municípios no estado. Em 1950 esse número aumentou para 80, em 1970 para 288, em 2000 alcançou o número de 399 municípios (Alves, 2006; Gomes, 2011 apud Neves 2012 p.13).

Muitas dessas demandas por independência municipal eram impulsionadas tanto pelo movimento dos próprios moradores da localidade quanto, como aponta Alves (2006, apud Neves, 2012, p. 21), pelo interesse dos deputados no eleitorado desses municípios.

1.5 POPULAÇÃO

Os Campos de Guarapuava, dos quais Palmital faz parte, foram territórios de conflitos entre indígenas e colonizadores. Segundo o historiador Lúcio Tadeu Mota (2023), o interesse por essas áreas já existia desde o século XVIII, onde residiam os grupos indígenas Kaingang. Esses grupos atacavam as tropas de gado que eram levadas do Rio Grande do Sul a Sorocaba, pela estrada do Viamão, além de vilas e fazendas. Eles foram insistentes e valentes em defender seus territórios e modos de vida. Os colonizadores conquistaram a região de Guarapuava em 1810, mas os conflitos e lutas com os

indígenas continuaram nos Campos Gerais, onde estes eram considerados inimigos da coroa, bárbaros que deveriam ser expulsos da região.

Como aponta Guimarães (2014), a reocupação das terras (anteriormente ocupadas pelos indígenas) na região de Pitanga, da qual Palmital faz parte, ocorreu pelo deslocamento tanto de caboclos quanto de europeus que emigraram para o Brasil.

Segundo Valascki (1992, p. 143), a etnia municipal de Palmital é formada “por habitantes de origem brasileira (caboclo paranaense 40%, caboclo nordestino 20%, ucranianos 15%).” Além disso, afirma existir outros 25%, mas não especifica a descendência, a qual podemos relacionar com alemães, italianos e poloneses, que aparecem nas entrevistas orais e nos processos criminais. Os imigrantes europeus começaram a aparecer na região de Pitanga no final do século XIX e início do século XX, e em Palmital a partir de 1930, como aponta Neves:

Os registros apontam que a ocupação mais efetiva da região se deu a partir de 1930, por famílias atraídas pelo solo fértil, que vieram de Guarapuava e seus arredores, e também do Rio Grande de Sul, descendentes de europeus, principalmente de italianos, poloneses, ucranianos e alemães. Estes influenciaram na tradição e cultura local (Neves 2012 p.15).

Pelas entrevistas foram identificados a vinda de pessoas a Palmital de municípios vizinhos como Pitanga, Guarapuava, Prudentópolis, Irati, Cândói, Palmas, Cruz Machado e do Estado do Rio Grande do Sul. Os migrantes de outras regiões do Brasil começam a chegar na região:

A partir de 1960 e 1970, o município recebe pessoas vindas da região sudeste (mineiros e paulistas) e nordeste (pernambucanos e cearense), que trouxeram para região outros tipos de cultivo como o café, hortelã, algodão, banana, cana-de-açúcar, além dos que já eram cultivados em maior quantidade para vender (Neves, 2012 p.25).

Podemos relacionar a entrada de novos moradores vindos de outros estados do Brasil com a presença da companhia colonizadora, que distribuiu lotes em Pitanga e em áreas de Palmital, como Altamira do Paraná e Laranjal. Esse processo de migração dentro do estado contribuiu para a reocupação do território em um período que ainda necessitava delimitar seus espaços, visto que o contexto da chegada em Palmital estava relacionado ao projeto da Marcha para o Oeste, do governo Vargas, com o intuito de ocupar espaços com baixa densidade demográfica, delimitar as fronteiras e ter o controle sobre as riquezas do território.

Além dessa condição, os migrantes trouxeram seus costumes e modos de vida. Tanto com o trabalho histórico sobre o município quanto com as entrevistas, percebemos que a população do município se formou, em seus primórdios, com a cultura camponesa. Segundo Antonio Candido, a “sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio” (Candido, 2010 p. 43).

Antonio Candido, em seu estudo sobre a cultura caipira, identifica que esse modo de viver e se organizar socialmente remonta, desde os primórdios, às expedições dos bandeirantes, ao contato com os indígenas e ao reaproveitamento do conhecimento destes pelos portugueses para sua reelaboração. Além de analisar suas origens, Candido também descreve as características dessa cultura. Marcada por um tradicionalismo e por uma economia fechada ou semifechada, predominantemente de subsistência, essa cultura camponesa proporcionava aos moradores de determinadas localidades formas de sociabilidade e ajuda mútua. Ademais, o caráter mais isolado e o povoamento disperso ajudavam a conservar essa forma de organização social.

Marcados por um seminomadismo, quando a terra não possuía mais tanta fertilidade, ou quando a posse da área em que o morador estava era ameaçada, ele saía à procura de novas terras. Foi essa possibilidade de mobilidade que levou a região de Palmital a começar, então, a receber seus primeiros moradores, na condição de posseiros.

Em entrevista com a filha de Maximiliano Vicentim, Idarci¹⁰ (2023) nos conta sobre o trajeto feito por sua mãe até essas áreas, em que ia sozinha a cavalo para cozinhar e lavar as roupas dos homens que lá estavam trabalhando nos “ranchos”. Era um trajeto demorado por conta da distância e perigoso devido à grande presença de animais ferozes; por isso, havia a necessidade de andar armada. Além dessa narrativa de Idarci, informações sobre campos de roça, que eram longe das moradas e exigiam tempo fora de casa, foram encontradas em outras entrevistas. Mariana, por exemplo, ficava em casa com as crianças, enquanto o marido ia para o “fundão”, ficando alguns dias afastado. Henrique (2023) nos demonstra que, mesmo antes de se estabelecer em Palmital, já possuía roças.

Entrevistadora: O senhor veio que ano mesmo pra cá? 56?

Henrique: É eu já vim de mudança né. Mas eu já tinha roça, já tinha porco, já tinha tudo aí. Eu vim do adiante de Santa Maria, cruzando o Piquiri, na estrada que liga Campina do Simão. Mas logo pra lá do Piquiri. O nome do lugar era Despraiado.

Outro ponto de extrema importância para a cultura camponesa está nos laços de solidariedade em sua localidade. Como o trabalho de colheita, plantação, construção de casas, eram atividades que exigiam certo tempo, além de várias mãos, já que dependiam principalmente das condições climáticas para serem finalizadas, os modos de vida camponesa criavam formas de solidariedade para dar conta dessas demandas, pois o trabalho familiar e individual não seria suficiente.

Esta é a estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. As habitações podem estar próximas umas das outras, sugerindo por vezes um esboço de povoado ralo; e podem estar de tal modo afastadas que o observador muitas vezes

¹⁰ Idarci. Entrevista concedida a Maria Gabrieli Miranda de Souza. Palmital, 15 de abril, 2023. Entrevista confidencial.

não discerne, nas casas isoladas que topa a certos intervalos, a unidade que as congrega (Candido, 2010 p.76).

Assim, essas formas de solidariedade são chamadas de mutirão ou ajutório, em que as famílias das localidades têm obrigações bilaterais, como aponta Antonio Candido (2010). “É membro do bairro quem convoca e é convocado para tais atividades. A obrigação bilateral é aí elemento integrante da sociabilidade do grupo, que desta forma adquire consciência de unidade e funcionamento” (Candido, 2010 p. 81).

O casal Frederico e Mariana¹¹, por exemplo, nos fala sobre esse processo, permitindo-nos observar os papéis de gênero dentro desse sistema de produção e como essas formas de trabalho criavam laços de reciprocidade entre os moradores da mesma localidade.

Frederico: O trabalho era bastante mais antigamente. Porque o dinheiro foi difícil, tudo a vida o ... sempre troca de dia entre os vizinhos, a gente tava apurado com uma coisa tipo o feijão, “meu feijão tá meio verde, quer que eu vá clarear uns dia com você?” “venha”. A se reunia lá, era na base de mutirão, um ajudava o outro. Enquanto isso o dele madurava, já tinha gente pra ajudar. Era na base do mutirão, um ajudava o outro, troca de dia. Nós trabalhamos bastante. Sempre troca com o Kanarski, trocava dia com..
Mariana: Rende o serviço, e a gente não gasta dinheiro, só troca o dia.
Frederico: Vinha meio dia aqueles “panelão” velho cheio de frango, arroz, todo mundo com fome e tal, aí almoçava. Tudo na base da troca, e tudo crioulo, porco, frango.
Mariana: Eu mesmo me acostumei a fazer bastante comida, que até agora eu não sei fazer pouquinha (Frederico. Mariana. 2023).

Vimos acima que, enquanto Frederico recebia um grupo para ajudar no trabalho agrícola, sua esposa precisava preparar o almoço para os trabalhadores. A ajuda mútua no mutirão não se restringia a isso; quando o trabalho era concluído, uma festa de agradecimento era realizada, e o beneficiário assumia a obrigação moral de retribuir o favor quando seus vizinhos o chamassem. Não havia remuneração, mas, como mencionado na entrevista, tratava-se de uma "troca de dia".

Outro fator importante dentro desta cultura camponesa é a questão da subsistência. Tudo o que era consumido era produzido pelos próprios moradores, colhido das florestas ou caçado. A variedade de carnes de caça que eram consumidas, como tatu, paca, veado e sapos, é mencionada nas entrevistas orais. Além da caça, os animais domésticos também eram criados e, por isso, protegidos contra animais que poderiam atacar tanto as famílias quanto os animais domésticos.

À medida que a comunidade se desenvolvia, ela entrava em ciclos econômicos. Portanto, não devemos entender essas comunidades como culturas isoladas. O isolamento era em termos de distância de alguns centros urbanos, mas não significava um rompimento de contato com eles. Uma atividade econômica expressiva na comunidade de Palmital foi o comércio de porcos.

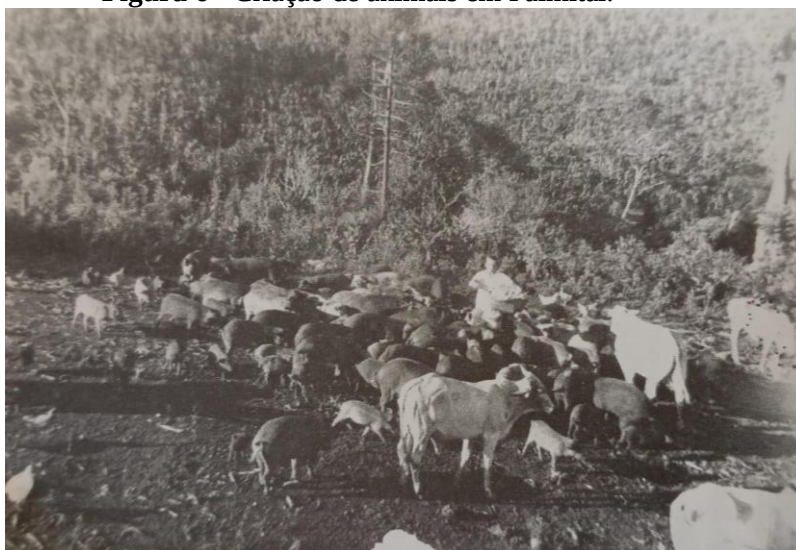
¹¹ Frederico. Maria. Entrevista concedida a Maria Gabrieli Miranda de Souza. 26 de março de 2023. Entrevista confidencial.

O comércio de porcos foi fundamental tanto para a economia de Palmital quanto para cidades vizinhas. O porco, além de servir como fonte de alimento, também fornecia banha para a conservação da carne. O processo de criação e venda dos porcos, configurado como suinocultura extensiva, variava de acordo com as condições naturais em que os animais se encontravam. Havia dois modos de organização da criação: o porco alçado e o porco de safra, mas em ambos os sistemas os porcos eram criados em completa liberdade (Chang, 1988).

O método de criação de suínos, como o porco alçado, é herdado dos gaúchos. Os animais ficavam soltos e se alimentavam do que a natureza fornecia, localizando-se em áreas de capões, onde as fontes naturais eram mais ricas em alimentos do que as áreas de campos limpos (Chang, 1988). Já o método de safra de porcos é característico dos povos caboclos. O processo de criação consistia em soltá-los em plantações de milho, em uma clareira aberta no meio da mata, com algumas dezenas de hectares (Kóss, 2012, p. 89).

Na foto abaixo, por exemplo, tirada no ano de 1962, na fazenda São João, na localidade do Cantú, vemos uma roça de milho que, pela proximidade, deveria ser utilizada no sistema de safra de porcos. No centro da foto, os animais estão soltos, como porcos, gado e galinhas, todos misturados. Aparentemente, o homem da foto está alimentando os animais, pois seu comportamento, o cesto que segura e as palhas caídas no chão indicam essa ação.

Figura 6 - Criação de animais em Palmital.



Fonte: Valascki (1992 p. 98).

As criações de porcos na região representavam um setor econômico forte. Os moradores engordavam os animais e os vendiam para comerciantes, ou eles mesmos percorriam o caminho até Ponta Grossa, onde havia um frigorífico. Júlia, relata o objetivo de seu pai, fundador da localidade de Barra Grande, de sair de Pitanga para o vilarejo de Palmital, que estava se formando.

Meu pai na época né, eles vieram pelos fundões, pra fazer safra de porco. Então naquela época a renda maior era as safras de porco que eles faziam né. Então ali, depois que eles engordavam aqueles porcos, eles tinham os comprador ou se não tinha o comprador eles levavam tocado a pé daqui a Ponta Grossa. Levavam 15 dias. Daí a carroça na frente, com as comidas, tudo né, e eles tinham os pontos certos. Eles gastavam 15 dias pra chegar em Ponta Grossa, pra daí entregar o porco pro comprador né. E assim foi, eles faziam aquelas roças de ... na época né falava de roça de milho, nem lavoura que nem hoje não existia né? Era matão. É, ali eles plantavam milho, pra engordar os porcos, daí depois da engorda levavam pra vender né (Grande, 2023).

Podemos visualizar esse fato na foto abaixo, que mostra José Brasiliano de Oliveira, em 1946, conduzindo porcos de Palmital para serem vendidos em Ponta Grossa.

Figura 7 - Comércio de porcos em Ponta Grossa.



Fonte: Valascki (1992, p. 81).

Lucimara Kóss (2012), em seu trabalho sobre os carroceiros tropeadores de Ivaí, nos faz perceber que, além das viagens em que levavam os porcos até Ponta Grossa, essas viagens também tinham outra finalidade. Ao transportar os porcos, eles levavam também o excedente da produção agrícola, como milho, trigo, feijão, entre outros, para ser comercializado em Ponta Grossa. De lá, retornavam com produtos que não eram obtidos em Palmital, como querosene, soda, açúcar e tecidos, por exemplo. Ainda segundo Kóss:

O porco constituiu o capital que possibilitou a aquisição dos mais variados artigos em Ponta Grossa. Os carroceiros tropeadores conduziam as tropas até esta cidade. Após a venda dos animais enchiam as carroças de produtos inexistentes nos armazéns de Ivaí para abastecê-los. (Kóss, 2012 p.94).

Percebemos essa mesma forma de organização dos tropeiros de porcos em Palmital. O transporte dessas mercadorias era feito por carroções puxados por cavalos e burros, até serem substituídos pela chegada dos caminhões. Na foto abaixo, podemos observar um carroção de transporte de carga entre Guarapuava, Ponta Grossa, Pitanga e Palmital, no ano de 1944.

Figura 8 – Carroções de Palmital.



Fonte: Valascki (1992 p.79).

Esses modos de vida e de produção são transmitidos de geração em geração para atender às demandas e formas de subsistência das comunidades. João, por exemplo, relembra os tempos de seu pai e avô, que vieram das regiões de Irati e Prudentópolis, áreas que, além de também abrigarem a cultura camponesa, possuíam as comunidades faxinalenses, uma outra estrutura de organização social presente na região Centro-Sul do Paraná. Na entrevista, João nos conta o seguinte:

Meu avô tinha gado, meu pai ... era faxinal, não era cercado, todo mundo tinha em comum sabe. Tinha muito pinhão, muita coisa né, depois que foram fechando, foram formando o que hoje é a pecuária, a parte mais forte (João, 2023).

Como podemos observar na narrativa de João, o sistema faxinal e as formas de organização da cultura camponesa acabam se desestruturando à medida que os modos de produção rural vão se modificando. Segundo Chang (1988, p. 15), o processo que leva à desagregação do sistema faxinal ocorre “em decorrência de uma nova estratégia de desenvolvimento rural a partir de meados dos anos 60”. Entretanto, esse processo de desagregação na área rural não ocorre da mesma forma em todos os lugares, nem com o mesmo impacto. Cada região será afetada de maneira diferente, e, em Palmital, o desmantelamento dessa estrutura de trabalho e organização camponesa ocorreu de forma mais lenta.

Em São Paulo, por exemplo, Candido (2010) demonstra que, enquanto havia atraso técnico e uma economia de subsistência, não existiam diferenças essenciais entre as culturas das populações rurais e urbanas. No entanto, com o advento da industrialização e de uma economia baseada na exportação de gêneros tropicais, ocorreu uma diferenciação nos níveis econômicos. Assim, o campo passou a fazer parte desse ciclo econômico, voltado para a produção industrial, com novas técnicas,

expansão de crédito e abertura do mercado interno, rompendo com as formas tradicionais de trabalho e, conseqüentemente, deslocando o homem do campo para as cidades

O Censo Demográfico realizado em Palmital em 1986 apontava um total de 36.280 habitantes, dos quais 29.280 viviam na zona rural, 6.000 na zona urbana, e outros 1.000 no distrito de Laranjal. No novo Censo, de 1991, o número total de habitantes caiu para 24 mil, com a maior parte ainda residindo na área rural (18.200) e 6.000 na área urbana (Valaski, 1992, p. 135). Atualmente, de acordo com o Censo de 2022, realizado pelo IBGE, a população total de Palmital é de 13.033 habitantes.

Esse declínio populacional pode ser relacionado à discussão feita por George Martine (1990) sobre o processo de Modernização Agrícola na segunda metade da década de 1970. A entrada de capital na agricultura alterou as relações produtivas, transformando a atividade em um negócio empresarial, com o envolvimento de capitais financeiros, comerciais e industriais, além da defesa do direito 'inalienável da propriedade privada' (Martine, 1990, p.7). A base tecnológica foi modificada, e o crédito foi direcionado para áreas rurais, embora apenas os proprietários de grandes e melhores terras tivessem acesso a esses recursos. Além disso, surgiu uma indústria de insumos voltada para a produção. O grande proprietário, ou aqueles com capacidade de endividamento, obtinham acesso a recursos financeiros, técnicos e assistenciais, vendendo sua produção para o mercado externo ou para a agroindústria.

O pequeno produtor, menos capitalizado, dependente de práticas tradicionais e do trabalho da agricultura familiar, não consegue acesso a esses recursos. Sua produção é voltada para a subsistência e um “pequeno excedente comercializado nos mercados urbanos, onde o baixo poder de compra das massas garantiam preços também baixos” (Martine 1990 p.10).

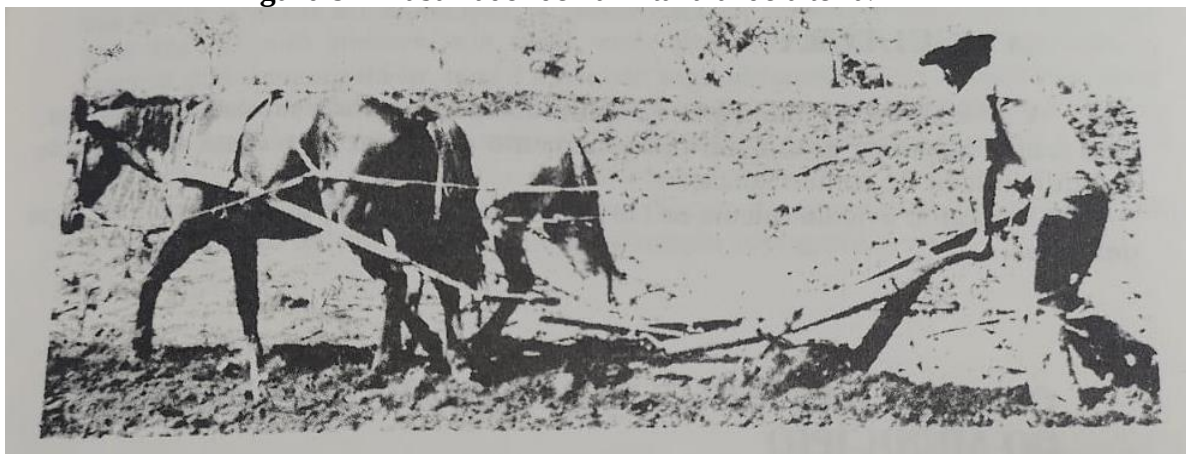
Além da mecanização expulsar a mão-de-obra, o espaço de arrendatários, parceiros, posseiros e outros pequenos produtores também ficou reduzido pela “territorialização do capital”. Isto provocou um forte êxodo rural (de quase 30 milhões de pessoas entre 1960-80), além de crescente assalariamento da força do trabalho agrícola, muito da qual passou a residir nas cidades. Como resultado dessas transformações, o processo de urbanização brasileiro mostrou uma face qualitativamente diferente na década de 70. Pela primeira vez na história moderna, as áreas rurais tiveram uma redução absoluta de população. O número de cidades cresceu rapidamente, assim como a proporção da população total em algumas macros cidades” (Martine 1990 p.10).

Podemos associar o desenvolvimento tecnológico e empresarial ao declínio populacional de Palmital, mas não no mesmo período apontado por George Martine, que situa esse processo na década de 1970. Como Valaski observa, no início da década de 1990, “aos poucos os produtores estão utilizando novas tecnologias, a fim de melhorar a produtividade e manter a fertilidade do solo” (Valaski 1992 p. 275).

Ainda no começo dos anos 1990, o solo de Palmital era trabalhado manualmente, com arados puxados por cavalos, sendo que cerca de 70% da população utilizava esse método, enquanto o restante

já contava com terras mecanizadas. Acreditamos que, à medida que o processo de modernização foi entrando na agricultura de Palmital, ele contribuiu para o êxodo rural. Abaixo, uma foto de um trabalhador rural de Palmital arando a terra com cavalos.

Figura 9 - Trabalhador de Palmital arando a terra.



Fonte: Valascki (1992 p.275).

2. NARRATIVAS, MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES

2.1 MEMÓRIAS DISSONANTES

Sabemos que o conhecimento do passado não é produzido apenas por historiadores; muitos jornalistas, intelectuais e pessoas cultas também buscam registrar acontecimentos que estão, indiretamente, no nosso presente. Mas há um outro grupo que ganha destaque para a nossa análise: os memorialistas.

Para a produção deste trabalho, foram utilizados documentos oficiais do Estado, entrevistas orais e portais de prefeituras, assim como a obra “Palmital e sua trajetória política”, de Reynaldo Valascki, que é repórter e escritor. Como o município de Palmital é pequeno, pouca coisa sobre seu passado dentro de um trabalho historiográfico foi encontrada, restando-nos utilizar a obra memorialística. Inclusive, a obra é muito rica em detalhes, narrativas, documentos, mapas e fotografias que colaboraram para a compreensão do espaço, da história do município e de seus agentes.

O intuito desta obra é relembrar os pioneiros e fundadores da cidade, que contribuíram para a evolução de um simples vilarejo até se tornar um município, exaltando seus feitos e nomes, a fim de perpetuar essas histórias para as novas gerações. Em caráter narrativo, a obra busca, em vários trechos, destacar e enaltecer a história do município de Palmital, como vemos no excerto abaixo:

Em Palmital [...] sentiu-se a premente necessidade de registrar os acontecimentos e todo o *processo evolutivo* de seus cidadãos, autores da realidade atual. Não se podia, de forma alguma, deixar no obscurantismo a anonimato os feitos históricos do povo Palmitalense, suas lutas e realizações.
Como continuar indiferente diante da ousadia e bravura dos pioneiros, ou, ante a consolidação de uma das mais *bem organizadas e sucedidas colonização já ocorridas no Estado do Paraná*. (Valascki, 1991, p. 16, grifos nossos).

O autor utiliza, na construção narrativa do livro, alguns termos que nos chamam a atenção, como “processo evolutivo”, destacado acima, as repetições sobre a cidade estar em progresso, e também a “melhor colonização do Estado”. A partir de Michel Foucault (1986), percebemos que esses enunciados são dotados de práticas discursivas, pois essa forma de narrativa permeia o livro do início ao fim. Como vemos em mais este exemplo:

O Município de Palmital, no Centro-Oeste do Paraná, pertencia a Pitanga, antes de sua integração econômica-administrativa. Aliás, *foi o melhor* dos vários distritos que Pitanga possuía. É um Município de terras fortíssimas, tanto que em sua área territorial atravessam o Rio Piquiri, e ladeado pelo Rio Cantú e diversos outros riachos, em cujo vale as *terras são consideradas as melhores do mundo*, sobrepondo-as apenas as terras de Tanganyika, na África. Observando-se o Estado do Paraná, é o *Município mais bem localizado* no Centro-Oeste do Paraná. (Valascki, 1991 p.354, grifo nosso)

Para uma análise do discurso, devemos focar exatamente nas 'coisas ditas', ou seja, não presumir que exista uma verdade alcançável por detrás das cortinas. Segundo Foucault (1986), em *A Arqueologia do Saber*, um discurso é “conjunto de enunciados que se [apoia] na mesma formação discursiva”, ou seja, ele apresenta regularidades, e, a partir destas regularidades, conseguimos perceber e “definir uma rede conceitual”. Os enunciados citados acima nos fazem perceber um movimento do algo dito para a transformação de um acontecimento, pois eles irrompem em um certo tempo (1991) e lugar (cidade de Palmital). Além disso, apresentam os quatro elementos básicos de um enunciado, pois, quando o autor do livro descreve Palmital com apenas boas qualidades, além de caracterizar esse “sujeito” (a cidade e seus moradores/políticos), ele cria um princípio de diferenciação em relação a outros distritos, cidades e regiões. Além desses dois elementos, sua narrativa se alinha com as narrativas políticas, ou seja, um “campo associado” que permite a coexistência de outros discursos, e, por se tornar um livro físico, com distribuição para os moradores da cidade, possibilita a sua propagação discursiva e possivelmente sua repetição.

Essa discursividade de exaltação da cidade faz parte, geralmente, das obras de caráter memorialista. Aqui, identificamos que se busca construir uma narrativa da cidade com um passado e um progresso singulares, enquanto outras questões não estão presentes em sua composição narrativa, mostrando que ocorre uma escolha do que merece ou não ser digno de lembrança.

O livro *Palmital e sua trajetória política* foi encomendado pelo prefeito de Palmital, Miguel Horban, no ano de 1991, período em que a cidade comemorava seus 30 anos de emancipação política. Pensando nessa construção, no presente de um passado glorioso, mas também em um discurso do próprio presente de triunfo, e pelo envolvimento da administração pública da cidade como incentivadora da produção do livro, percebemos que sua narrativa estava comprometida em escrever aquilo que o grupo de sujeitos que o financiaram desejava. Em seu texto “A Operação Historiográfica”, Michel de Certeau (1982) nos mostra que a produção de um historiador possui relação com o lugar social onde ele se encontra, bem como com o tipo de técnicas e práticas utilizadas em seus textos. Pensando nisso, o trabalho de um memorialista também deve ser analisado sob essas questões.

Tzvetan Todorov (2002), em *A memória do mal, tentação do bem: uma análise do século XX*, faz um estudo sobre o controle da memória, seja por agentes que buscam a monopolização desse “passado no presente”, seja com o intuito de se apropriarem desse passado. Essa apropriação, ou, como ele coloca, esse “aproveitamento” do passado, segundo o autor, é uma escolha, pois, “após ter sido reconhecido e interpretado, o passado será agora utilizado” (Todorov, 2002, p. 149). Todorov aponta os três sujeitos envolvidos na elaboração de um discurso do passado sobre o presente, que seriam: as testemunhas (que serão abordadas ao final deste texto), os historiadores e os comemoradores. O lugar de escrita de Reynaldo Valascki, autor do livro aqui analisado, é exatamente o de comemorador, pois ele faz uma “adaptação do passado às necessidades do presente” (Todorov, 2002, p. 155-156). Além disso, “como a testemunha, o comemorador é guiado sobretudo pelo interesse; mas, como o

historiador, produz seu discurso no espaço público e apresenta-o como dotado de uma verdade irrefutável, distante da fragilidade do depoimento pessoal” (Todorov, 2002, p. 154).

Percebemos, que o tipo de narrativa tanto de Valascki quanto de outros autores, cujos textos estão presentes na obra, busca exaltar a cidade em seus discursos, incluindo tanto seus moradores quanto os políticos responsáveis pelos feitos. Moro (2021) ainda ressalta que, como o trabalho dos memorialistas também é baseado em narrativas orais, essas memórias, que antes eram transmitidas pela oralidade, tornam-se memórias impressas.

Sobre isso, Moro (2021) nos demonstra que “como todos os documentos, as memórias são parciais e possuem em geral uma funcionalidade política muito latente. Os memorialistas, por seu turno, mostraram ao mundo os valores de um grupo” (Moro, 2012, p. 2). Os memorialistas, então, escolhem, dentro dessas narrativas, apenas o passado que condiz com os objetivos do livro, ou seja, a exaltação desse passado e das figuras ligadas à sua gestão. Sendo assim, a memória:

Essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. [...] A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum. (POLLAK, 1989 p.7)

Portanto, este trabalho de escolha de memórias e sua publicação em livro buscam desenvolver uma memória comum entre os habitantes, uma coesão social sobre seu passado, além de criar ou reforçar laços de pertencimento. E, mesmo nessa tentativa de coesão, ou, como Todorov (2002) aponta, de uma “memória coletiva”, ela é e sempre será uma memória individual. Todorov, utilizando Alfred Grosser, nos mostra que:

Memória, no sentido de vestígios mnésicos, é sempre e unicamente individual; a memória coletiva não é uma memória, mas um discurso que evolui no espaço público. Esse discurso reflete a imagem que uma sociedade ou um grupo dentro da sociedade querem dar de si mesmo” (Todorov, 2002, p.154-155).

É importante perceber que, dentro dessas escolhas de memórias sobre a cidade pelos memorialistas, ocorre um processo chamado “enquadramento de memória”. O enquadramento de memória é um trabalho que busca a formação de uma memória comum; ele “fornece um quadro de referências e de pontos de referência”, e esses pontos priorizam um tipo de memória em detrimento de outro.

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. (Pollak, 1989 p.8)

É pensando nesses combates, apontados pelo autor, de reinterpretação do passado e de manutenção ou modificação das fronteiras sociais, que ressaltamos a existência de memórias coletivas criadas por agentes que buscam organizar uma imagem que “desejam passar e impor” no espaço público (Pollak, 1989, p. 6). No entanto, as memórias de uma sociedade não se resumem apenas àquelas criadas por esses agentes; existem também as “memórias coletivas subterrâneas”. Essas memórias subterrâneas, como aponta Pollak (1989), ou “clandestinas e inaudíveis”, aproveitam certas ocasiões para invadir o espaço público, passando do “não-dito” para o dito.

Mas o que seriam, então, essas narrativas que estão no campo do “não-dito” da obra memorialística sobre Palmital? E por que elas não estão nesta obra? Para responder a essas duas indagações, utilizamos a metodologia da História Oral, com entrevistas de moradores idosos da cidade, que também acompanharam as transformações citadas na obra. No entanto, suas narrativas não são tão gloriosas como as do livro. O passado foi um lugar difícil, com muito trabalho e também violento, como aponta Mariana em sua entrevista: “é como dizem, nós vimos muita coisa boa, e muita coisa horrível também” (Mariana, 2023).

Com as entrevistas orais, foi possível perceber que dois prefeitos da cidade, em tempos diferentes, foram assassinados: João de Oliveira Júnior e João Cecura. João Cecura foi assassinado no ano de 1989, em uma tarde, em horário comercial, dentro do Banco do Estado do Paraná — BANESTADO. Como o livro de Valeski traz vários textos em homenagem a agentes da história palmitalense, com Cecura não é diferente. No entanto, o que nos chama a atenção são as escolhas de palavras ao tratar o assassinato do ex-prefeito: “no dia 15/09/1989 *desaparece* tragicamente, deixando uma grande lacuna na família nos meios políticos e em toda a comunidade Palmitalense” (Valascki, 1991 p.531, grifo nosso)

Utilizar a palavra “desaparecimento” ao invés de “assassinado” ou “falecimento” é uma tentativa de encobrir ou aliviar o acontecimento, possivelmente para se desprender da ideia de uma cidade violenta. Percebemos, que ocorre um recorte de memórias e uma escolha sobre o que se quer mostrar e o que se quer esconder ou “esquecer” sobre o passado. Além disso, essas narrativas de casos de violência e homicídios não vão de encontro ao “tipo ideal” de produção para a promoção de uma cidade, que buscava ali trazer seu discurso fundador. Segundo Eni P. Orlandi (2001), esse discurso busca construir um “imaginário necessário para dar uma 'cara' a um país [ou, no caso do livro, uma cidade] em formação; para constituí-lo em sua especificidade como um objeto simbólico” (Orlandi, 2001, p. 17).

Portanto, o objeto simbólico na construção do livro *Palmital e sua trajetória política* buscava divulgar uma cidade próspera, que estava se desenvolvendo rumo ao progresso, fazendo uma boa propaganda de si mesma. No entanto, dentro dessa construção de uma memória sobre a cidade, alguns elementos são deixados de lado, principalmente os que ressaltam Palmital como um lugar violento, para não contradizer toda a discursividade apresentada no livro. A escolha de palavras buscava, então, desprender-se dessa ideia de que a cidade era violenta no passado. Porém, mesmo com a tentativa de elaborar uma memória coletiva desse passado, as memórias individuais possibilitadas pelos moradores antigos da cidade ainda continuam vivas sobre a violência.

2.2 AS NARRATIVAS ORAIS SOBRE A CIDADE

Segundo Verena Alberti (1989), o trabalho com a história oral nos permite “reconstituir a História através de suas múltiplas versões” (Alberti, 1989, p. VIII). Essas versões, possibilitadas pelas entrevistas, são analisadas de forma qualitativa, pois são “versões” de um passado vivido pelo entrevistado. As entrevistas realizadas para este trabalho foram tanto entrevistas temáticas quanto de história de vida, pois o que se buscava entender era o cotidiano dessas pessoas, seus modos de viver, costumes e trabalho, além de refletir especificamente sobre a cidade e como eles concebiam esse espaço no passado.

A História Oral reúne métodos de análise que incluem tanto abordagens qualitativas quanto quantitativas. Além disso, envolve técnicas específicas de produção e tratamento das entrevistas registradas, uma vez que essas se tornam fontes de pesquisa. O historiador, ao realizar esse trabalho, constrói, em conjunto com o entrevistado, o objeto de estudo. Ao considerar essas fontes como documentos de análise, não buscamos um:

ineditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade - e a da história oral como um todo - decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações socioculturais que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu (Alberti, 1990 *apud* Alberti, 2004 p. 16).

Não buscamos contradizer a história apresentada pela obra memorialista, mas sim entender como os entrevistados concebiam Palmital e o passado que viveram na cidade. Como aponta Thomson, “uma das coisas que temos de fazer é ver quais são as relações entre o modo como esse indivíduo se lembrou de suas experiências e os tipos de história pública dessas experiências” (Thomson, 1997 p.79).

Se são as narrativas orais que geralmente configuram e representam Palmital como uma cidade perigosa no passado, é a elas que passamos a dar atenção mais detalhada a partir de agora. Como mencionado anteriormente, utilizamos a História Oral para compor as reminiscências dos moradores

da cidade. Por meio dessa metodologia, obtivemos esclarecimentos sobre pontos que não eram tão claros nas fontes e referências bibliográficas. No entanto, é importante ressaltar que o método de História Oral utilizado aqui não serviu apenas para "preencher lacunas" deixadas pelas outras fontes; ele próprio é passível de análise.

A escolha de quem entrevistar foi pautada pelo tempo de residência em Palmital e pela idade dos entrevistados, que variava entre 50 e 97 anos. As entrevistas seguiram dois caminhos: primeiro, perguntas voltadas para a vida pessoal do entrevistado, em que ele narrava sua infância e seu ambiente familiar e social; depois, perguntas diretamente relacionadas à cidade de Palmital. Ao todo, foram realizadas 13 entrevistas com homens e mulheres. No entanto, em três delas, os entrevistados optaram por não assinar o Termo de Consentimento. Essa decisão nos levou a refletir sobre os rumos da dissertação, pois falar sobre violência é um tema delicado e sensível.

O fato de não conhecer pessoalmente o entrevistado nos impede de prever se algumas perguntas o afetarão ou como serão recebidas, já que o passado dessas pessoas, assim como suas reações, não é previsível. Além disso, a idade também foi um fator importante, pois alguns dos selecionados para as entrevistas não puderam participar devido a problemas de saúde, e em outros casos, a própria audição dos entrevistados dificultava a conversa. Por tratar de temas sensíveis e informações que, muitas vezes, dizem respeito a terceiros e não aos próprios entrevistados, optamos por usar pseudônimos para garantir a confidencialidade das conversas gravadas, além de assegurar a segurança dos entrevistados.

Em nenhuma das entrevistas sobre a cidade foi negado o passado violento de Palmital. As narrativas sobre homicídios e violência surgiam quase sempre de forma espontânea e, na maioria das vezes, com certo cuidado. As pessoas abaixavam o tom de voz e olhavam para longe, como se estivessem escolhendo com cautela as palavras que utilizariam. Houve também momentos em que certas informações foram ditas com o gravador desligado, em que foram narradas situações de homicídio. Esse cuidado por parte dos entrevistados pode estar relacionado ao receio de mencionar certos nomes e sobrenomes conhecidos na cidade.

Outra semelhança entre as entrevistas é o caráter generalista com que os fatos eram relatados. Não eram histórias cheias de detalhes, mas, de forma geral, os entrevistados localizavam onde os fatos ocorreram, quem eram os envolvidos, o que foi utilizado no crime e, em algumas vezes, até a justificativa do acontecimento.

Nenhuma das memórias apresentadas nas entrevistas orais é composta apenas de coisas boas, o que difere do livro analisado. Elas também incluem aspectos negativos do passado. O que levantamos aqui é que as narrativas sobre situações de violência e conflitos em Palmital são frequentes, e muitas vezes surgem sem que os entrevistados sejam diretamente instigados a falar sobre esses assuntos. Por exemplo, quando Mariana é questionada sobre as festividades, ela responde: “era, era animado, só que dava muita briga, dava morte essas festas[...] aqui nessa igreja mesmo num dia de

festa mataram um cara em cima de uma picape. Atiraram lá do outro lado e ele caiu no chão” (Frederico, 2023).

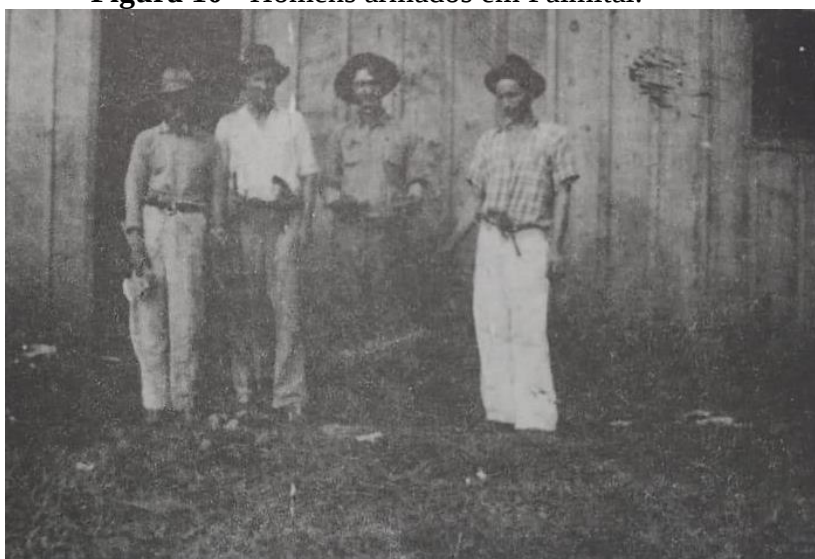
Quais são os caminhos da memória? O que é dito, o que não é, e o que é destacado nas narrativas orais são perguntas que surgem nesses momentos. Por que, quando perguntada sobre as festas, Mariana realça exatamente essa narrativa de violência? Ela poderia ter seguido por outros caminhos, dado características das festas, falado sobre onde elas ocorriam, quem participava, o que era servido e tocado, por exemplo. Mas não, ela escolhe narrar cenas de conflito e violência, o que nos demonstra que isso era recorrente, pois esse tema também aparece em outras entrevistas que abordam festas e pontos de sociabilidade dos palmitalenses.

2.3 A ARMA: O “ENFEITE” DO HOMEM

Mesmo o livro não possuindo esse discurso violento, ele deixa “escapar” uma fotografia. Infelizmente, não temos a data de seu registro nem uma legenda completa que indique todos os homens que aparecem. A legenda menciona apenas o primeiro ferreiro da cidade, o senhor Henrique Hiensen, e mais três homens. Na fotografia, é possível perceber que pelo menos um homem está com uma arma presa à cinta, e outro, ou com uma faca em sua bainha, ou também com uma arma.

Pelas narrativas orais que veremos a seguir, essa imagem era corriqueira em Palmital, desde os seus “primórdios”, com o processo de reocupação do território, até aproximadamente o final da década de 1970 e início de 1980, quando começam a aparecer nos processos criminais autos de prisão por porte de armas na cidade.

Figura 10 - Homens armados em Palmital.



Fonte: Valascki (1992 p. 78).

Mas por que o uso de armas? Nas próprias narrativas orais, os entrevistados nos dão justificativas para a posse, como no caso de Idarci, que conta sobre sua mãe e como ela fazia sozinha o trajeto de Santa Maria a Palmital, no início da ocupação.

um certo tempo entrou uma carrocinha daí quando entro essa carrocinha a minha mãe já vinha de a cavalo, ela não tinha eu ainda, ela vinha de cavalo pra lavar roupa pros homem e fazer comida pra eles. Mas ela também enfrentava medo, ela dava tiro em tigre¹², mas ela derrubava tigre da árvore com tiro. [...] Daí minha mãe lavava roupa e olhava naqueles embruacado tava aqueles tigres né, olhando a minha mãe. Nossa senhora ela largava daquelas roupas lá, pegava uma winchester e épiou (barulho do tiro) (Idarci, 2023).

A arma era utilizada tanto para caça quanto para a segurança pessoal e a proteção dos animais da propriedade, contra feras que habitavam o espaço antes do desmatamento de seu habitat natural. Além disso, a segurança também era necessária nas estradas ou carreiros, o que explicava a recorrência no uso de armas. No entanto, essa realidade não era exclusiva de Palmital. Em outras regiões do Estado, no mesmo período (1930-1950), as pessoas também possuíam armamento para defesa contra animais selvagens e ladrões, mostrando uma realidade muito similar. Um exemplo disso é o trabalho de Lucimara Kóss (2012) sobre os carroceiros que transportavam mercadorias de Ponta Grossa a Ivaí durante o período de venda de porcos; eles também andavam armados para proteger os animais e as mercadorias contra ladrões.

Aruanã Antonio Passos (2009), que também estuda a violência no Sudoeste Paranaense, relata, por meio de seus entrevistados, essa mesma necessidade de portar armas no período, além de expressar indiretamente a questão da violência no município: “Pato Branco antigamente era bravo! [...] Pra que nós andava armado? Antigamente dava porque tinha bicho, tinha fera, percisava, hoje não percisa gente!”. ¹³

Nos próprios testemunhos, os moradores de Palmital contavam que possuíam armas, como no caso de Frederico, que fala sobre a sua arma na época: “eu tinha revorvinho, trintadoizinho, até o câozinho era quebrado em cima, pra armar era ruim que era quebrado em cima, era pitoco” (Frederico, 2023). E João “meu pai nunca deixou nós usar armas, que viam que não era tão ... o pai tinha em casa, mas não usava” (João, 2023).

Outro caso que demonstra a espontaneidade das informações sobre a questão de andar armado aparece na entrevista de Henrique¹⁴. Novamente, quando perguntado sobre os pontos de encontro, ele ressalta as brigas e menciona que também possuía uma arma:

¹² Sabemos que no Brasil não existem tigres em nossa fauna. Acreditamos que os animais referidos como tigres eram, na verdade, onças-pintadas e onças-pardas. Essa prática de chamar esses animais de “tigres” também apareceu em outra entrevista, o que indica que esse era o nome utilizado pelas pessoas mais antigas que moravam em Palmital.

¹³ Primon, F. Entrevista concedida a Aruanã Antonio Passos, Pato Branco, 2005.

¹⁴ Henrique. Entrevista concedida a Maria Gabrieli Miranda de Souza. Laranjal, 24 de julho, 2023. Entrevista confidencial.

Entrevistadora: Como que era os pontos de encontro dos moradores? Onde o pessoal mais se reunia?

Henrique: Era mesma coisa, só que aquele tempo, dava muita briga.

Entrevistadora: Uhum, porque que dava muita briga seu Henrique?

Henrique: A bebedeira, daí tudo armado. Daqui até o Parmita, nós ia de revolver na cinta .. ia e voltava, ninguém se incomodava.

Entrevistadora: tudo mundo usava?

Henrique: todo mundo, os que usavam mesmo, usava um revolver e uma faca dessas assim (mostra o tamanho) então daí um não facilita o outro né. Agora não, agora sabe quem ta armado e quem não ta. É mudança de lei.

Entrevistadora: E aquela época não se tinha isso seu Henrique?

Henrique: Não ... Comprava o que queria, vendia, e ali iam embora

Entrevistadora: E era muito caro por exemplo para adquirir essas coisas seu Henrique?

Henrique: era custoso ... Às vezes tinha que ir buscar em Guarapuava. (Henrique, 2023).

Ressaltamos aqui outro ponto importante que surge na narrativa de seu Henrique: ele menciona que, sobre o uso de armas, "um não facilita o outro". Portar uma arma era também uma forma de mostrar aos demais que ele estava preparado, quase uma questão de respeito, pois quem buscasse confusão sabia dos riscos. Como aponta Castro (2007), “em uma sociedade em que a violência, ou a ameaça de violência, era uma constante, certamente, os moradores, mesmo os mais comuns, tomavam medidas de autopreservação” (Castro, 2007 p.27).

Além disso, ele nos mostra que, naquela época, não havia leis ou impedimentos significativos para o porte e uso de armas de fogo. A dificuldade encontrada estava apenas no custo e na aquisição, que às vezes era feita em Guarapuava. Em 1934, no governo de Getúlio Vargas, foi criado o Decreto nº 24.602 de 6 de junho¹⁵, que buscava fiscalizar o comércio, a venda e a produção de armas. Segundo Adler Castro, antes disso, não existia nenhuma legislação específica sobre a compra, venda e fabricação de armas no Brasil (Bastos, Braga, 2015, p. 213). Felipe Bastos e Gabriel Braga apontam uma certa escassez de estudos e documentos sobre essa temática do armamento, mas, mesmo nessas condições, “é possível considerar uma significativa profusão de armas no âmbito civil no território paranaense” (Bastos, Braga, 2015, p. 2013).

Como foi possível visualizar nesses testemunhos, as armas faziam parte da vida dos entrevistados, que foram escolhidos aleatoriamente. Todos eles, nesse período, residiam na área rural e atuavam no comércio, como em armazéns e bares, ou na agricultura e pecuária. Outra semelhança é a recorrência nos relatos dos locais onde as cenas de crime, como tentativas de homicídio ou homicídios, ocorriam, sendo estes bares, festas e até casamentos, como no caso que Julia nos conta:

Julia: Iam casar. No outro dia já encilhava os cavalos, iam na igreja, casavam já. Daí os noivos e os convidados, as mulher e os homens, tudo de revorvão na cinta e faca, é, (risos) nós pegamos o tempo, revorvão na cinta, e faca e foguete veio é pow (gargalhada).

Entrevistadora: E nossa, e eles mesmo em casamento andavam todos armados?

¹⁵ Decreto Nº 24.602, de 6 de julho de 1934. Disponível em: <https://bit.ly/3zEY5LR>. Acesso em: 10 de jul. de 2024.

Julia: Andavam, aquela época se não andasse assim com um revorvão na cinta não era homem, tinha que pra ser homem tinha que ... ó ignorância né? Não, tinha [no sentido de afirmar] [...] todo mundo tinha que ter, e usavam, gostavam de usar e usar. Um ou outro não né, mas aqueles mais assim né, usavam, i tinham o revorvão na cinta e não aguentavam desaforo, i, não leva desaforo pra casa, qualquer coisa ... mataram muita gente aqui (muda o tom de voz e fala mais baixo) os Martins? Eram muito ignorantes né, os coitadinhos era mal educado, não tinham conhecimento de nada né? E assim era. (Corta esse assunto). (Julia, 2023).

Nos dois relatos, tanto de Henrique quanto de Julia, percebemos algumas características em comum, que também foram notadas nas narrativas de outros entrevistados. A primeira é a presença de pontos de sociabilidade que se tornavam propícios a desentendimentos: as bodegas, os armazéns e as festas. A segunda é o hábito de andar armado, tanto com facas quanto com armas de fogo, não apenas por utilidade, mas também como “enfeite”.

Muitos dos conflitos narrados nas entrevistas destacam que, nas brigas que resultaram em lesões corporais ou assassinatos, além da violência física, eram utilizadas armas de fogo, armas brancas, como facas, e também objetos cortantes usados no trabalho rural, como o facão. A partir das entrevistas, percebemos que o porte de armas era considerado normal naquele período. João, ao ser questionado sobre isso, nos conta que as armas eram até comparadas a “um enfeite. Faca e revólver era um enfeite”¹⁶.

O uso de armas era tão recorrente em Palmital que chegou a criar um “outro” apelido para a cidade. Como apresentado no primeiro capítulo, Palmital foi inicialmente ocupada por Maximiliano Vicentin, que tinha como assinatura o termo “Trinca”. Por ser o primeiro possessor, e por sua família ser grande e conhecida pelo apelido de Trinca, a cidade de Palmital até hoje carrega esse apelido: “Palmital dos Trinca” ou, popularmente, “Parmitá dos Trinca”¹⁷.

Mas esse apelido, chega até a ganhar uma nova “identificação”, “Palmital, tinha o nome de Palmital dos Trinca, porque Trinca era uma assinatura, depois já batizaram Palmital dos Trinta por que era resolvido né ... chamavam dos Trinta, por causa do 38. Todo mundo andava armado”. (João, 2023).

Essa fama de Palmital dos “Trinca” e suas formas de resolução de problemas, pouco convencionais em outras localidades, tornavam a cidade conhecida não apenas nas regiões vizinhas, mas também em áreas mais distantes:

¹⁶ João. Entrevista concedida a Maria Gabrieli Miranda de Souza. Laranjal, 27 de maio 2023. Entrevista confidencial.

¹⁷ Pelas entrevistas, a justificativa do aparecimento do termo “Trinca” para referenciar a família Vicentin, tem duas justificativas: A primeira, apontada por João diz respeito a quantidade de familiares, o “Trinca” seria utilizado na expressão “uma trinca de gente” simbolizando muitas pessoas, a segunda justificativa, vinda da própria família Trinca, era por conta que Maximiliano quando chegava em um determinado bar, ele trincava os copos de vidro do estabelecimento. Relato recolhido do vídeo: PAWLOK, Felipe. Mas você sabia, da onde vem o Tal *Palmital dos Trinca* a minha vó Tita filha do fundador da cidade contou pra gente! Palmital, 9 de jul. 2024. Instagram: zueratrinca. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C9N8nwVuY5D/>. Acesso em: 10 de jul. 2024.

Henrique: É, Parmitá dos Trinca. Todo mundo conhecia como Parmitá dos Trinca ... até fora daqui... Agora tinha uma, se você saía pro lado de Campina da Lagoa, Ubiratã, ali, se você falasse que era do Parmitá, o povo se escondia. Entrevistadora: porque seu Henrique?

Henrique: dava muita briga, tinha muito nego valente e muito nego brigador
Entrevistadora: Aqui em Palmital?

Henrique: é, bastante, daí foram se acabando ... um ou outro matavam, e outro fugia do lugar e ali foi.

Mas não eram apenas essas cidades mais próximas de Palmital em que havia esses tipos de comentários; as mais distantes, como Ponta Grossa e Guarapuava, também possuíam, entre seus moradores, essa “ideia” sobre a população de Palmital.

Tiago: O povo aqui de Palmital se ia pra Guarapuava ou ia pra Ponta Grossa ou outros lugar, perguntavam “da onde que você é?” “sou do Palmital dos Trinca” “barbaridade”, o povo passava medo. Ou alguém que viesse pra morar em Palmital tinham medo, de vir morar em Palmital por causa que surgiam muita morte mesmo, então morreu muita gente. Era muito violento Palmital. (Tiago¹⁸, 2023).

Quando questionada sobre outras cidades, como Laranjeiras do Sul, Pitanga e Guarapuava, serem tão perigosas quanto Palmital, Marta¹⁹ nos responde: “não, era famoso Palmital mesmo” (Marta, 2023). Frederico também recorda as festas em que participava no salão da casa de seu pai, em Candói, e compara as duas cidades:

Frederico: sou lá do Candói, lá parece que não dava essas mataiada. Entrevistadora: O senhor vê que não tinha isso? Tipo essas cidades das outras regiões o Candói ...
Frederico: Não tinha. Lá a turma fazia um baile surpresa, meu pai tinha uma sala boa lá, as vezes de noite era foguete véi, gaita véi e vamo dançar Paulowski vei. E era assim.

Entrevistadora: E faziam a festa tranquilo?

Frederico: Coisa mais lindo, um não chamava o outro de feio, nada, brincadeira tudo. (Frederico, 2023).

Essas não foram as únicas narrativas que abordaram os homicídios e o hábito de andar armado em Palmital. Se incluíssemos todos os trechos, o texto se tornaria repetitivo e extenso. Nosso objetivo, no entanto, é mostrar como essas narrativas apresentam semelhanças, geralmente justificando tais acontecimentos com o consumo de álcool e o porte de armas. Essa experiência era quase exclusivamente masculina, sendo que, em apenas duas entrevistas, as mulheres foram lembradas como figuras que também usavam armas de fogo, rompendo, assim, com a ideia de que apenas os homens as utilizavam, de que este era apenas um “papel masculino”. Mas o que seria esse papel masculino?

Segundo Joan Scott (1990), o conceito de gênero nos possibilita perceber a distinção feita a partir das relações sociais, que criam construções culturais e influenciam os papéis considerados

¹⁸ Tiago. Entrevista concedida a Maria Gabrieli Miranda de Souza. Palmital, 17 de julho de 2023. Entrevista confidencial.

¹⁹ Marta. Entrevista concedida a Maria Gabrieli Miranda de Souza. Palmital, 17 de julho de 2023. Entrevista confidencial.

"adequados" para homens e mulheres. O gênero, como ela coloca, é, por definição, "uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado" (Scott, 1990, p. 75). Essa categoria fornece as bases para entender o que é a mulher e o que é o homem, e seus papéis sociais, ou seja, as funções que esses corpos, a partir da identificação biológica, devem desempenhar.

Até Palmital se emancipar de Pitanga em 1961, aqueles que deveriam assegurar a paz e resolver conflitos eram os Inspetores Municipais e Policiais. Não havia ali a presença cotidiana dos policiais, que ficavam em Pitanga e só iam para Palmital quando necessário. A responsabilidade de manter a ordem recaía sobre as próprias pessoas da comunidade. Marta relembra o papel dos Inspetores Municipais:

Marta: antigamente não tinha polícia e não sei se existia nem ... acho que nem existia delegado. Acho que começou a existir delegado só que na região se dava uma briga ou indício de vizinho era inspetor. Cada localidade, por exemplo aqui na Barra Grande nós tinha 1 inspetor. Aquele tempo dava muito dano de criação né, os porcos saía na roça dos vizinhos, lá as vezes enguiçava lá por causa de não se acertar o estrago do milho lá, da planta, daí chamava o inspetor pra avaliar o estrago lá pro dono da criação pagar, era o inspetor, não existia policiamento daquele tipo. Daí o inspetor mesmo, que as vezes quando davam confusão ele pedia ajuda pra que nem outro e prendia a pessoa na casa né (Marta, 2023).

Os inspetores municipais eram responsáveis por questões relacionadas a acertos de danos, como animais que destruíam plantações, disputas sobre divisas de cercas e as condições das estradas (Candido, 2010). Já o Inspetor Policial era encarregado de lidar com situações de violência e morte, como nos relata João:

João: polícia a gente veio conhecer depois de grande, era esses inspetor, o policial, tinha o inspetor policial e o municipal. Esse policial ele por exemplo, dava uma morte quem que .. um tio meu se matou na estrada ali, quem que era o inspetor? Geraldo Gouvea né? Ele que vinha sabe, liberar para o enterro. Hoje meu deus do céu vai pro M.L. Então tinha, eles tinham uma carteira, vou te dizer assim, tinha um documento que eles podiam né, fazer acerto né, daí tinha o juiz de paz que fazia os casamentos. (João, 2023).

Para ser tanto Inspetor Policial quanto Municipal, a escolha era feita por indicação, mas não era qualquer pessoa que poderia desempenhar um papel tão importante na sociedade. Idarci, por exemplo, nos conta que, para ter acesso a esses cargos, como também ao de delegado, a pessoa deveria ser: "honesta em tudo, tinha que ser uma pessoa de palavra, uma pessoa que não bebesse, uma pessoa honesta, uma pessoa de juízo né, que tivesse o nome firme. Não era qualquer pessoa" (Idarci, 2023). Os Inspetores Policiais também tinham o papel de prender aqueles que não seguiam as regras da comunidade. Se viesse uma ordem dos policiais, o inspetor tinha a autoridade de realizar prisões. Henrique relata: "vinha ordem pra ele prender um, ele ia ... se reagisse eles matavam ... lei era lei." (Henrique, 2023).

Quando necessário, os inspetores convocavam os policiais para prestar assistência. Esse é o caso que seu Frederico relata, descrevendo uma situação que ele deixa claro ter visto e presenciado em um baile privado:

Então eu trabalhava com esse meu cunhado e era solteiro, e tudo a vida eu carregava uma faquinha e tinha um baile nos tais italianos, daí eu tava indo no baile, e tinha um veinho conhecido nosso, até depois foi padrinho de casamento nosso, o Joaquim Nunes de Camargo, conhecido por Joaquim Catarinense. Cheguei no bar dele “escuite, ta indo no baile?” “To”, “Ta levando faca?” digo “To levando faquinha, ta aqui na minha bolsa”, “deixa aqui, porque ta um polícia”. Pois veio um polícia com o inspetor, e era o tar dos Mirindo, e vieram aí no baile e tinha bastante gente armado. Mas fizeram uma rapa, uma rapa, e só um polícia. Era um polícia troncho não tinha uma orelha “Vão estar no baile, se chegar lá com a faca, já te tomam”. Daí eu deixei, “Amanhã cedo eu pego”, “Então ta bom”. Daí, no baile, mas dito e feito, tava a polícia, quem chegava lá, já revistavam, e tiravam faca, revolve, o que for. Até dois rapaz estavam perto da porta do baile assim, chego dois rapaz lá do lado do Cantu, do lado do Mato Rico lá, com umas facona, as bainha tudo cheia de rós, bem feito, coisa boa, bonita ... mas a polícia chego de vereda. E andava virando até pijuca de lanterna, campeando pra vê se algum não guardo faca, revolve. No outro dia, eu vi eles saíram a cavalo, eles andavam a cavalo, dois sacos, um do lado e outro do outro, cheia de ... de ... amarrado esses sacos, feito uma mala, cheia de revolve, faca, facão. Tudo recolhido do baile. Até tinha um veio, tar de Darci B. Machado, fumava um cachimbo, daí foram revista ele, “Eu não tenho armamento” [falando com voz brava], ele andava de palitô. “Meu armamento é esse aqui” aí ele mostro o cachimbo, o polícia se atento, quiseram dar um tiro nele, dentro da sala do povo, guincho guinchado [expressão de certo de bater]. Polícia era ruim, daí apaziguaram (Frederico, 2023).

Frederico nos relata isso com tantos detalhes que podemos facilmente imaginar o desenrolar dos fatos. Ele não sabe dizer se houve uma denúncia que justificasse a presença do policial no local, mas é certo que, para realizar esses bailes privados, quem os organizava precisava obter uma licença e solicitar que os inspetores “dessem uma olhada”. O fato de o policial aparecer e revistar todos os presentes, recolhendo “duas malas, feitas de sacos”, cheias de armamentos como revólveres e facas, mostra como era comum andar armado, especialmente nesses eventos. Essa apreensão foi uma tentativa de evitar tiroteios e brigas com facas durante o baile, já que Frederico encerra o relato sem mencionar se houve brigas nesse evento em particular. Contudo, outros bailes em diferentes locais não tiveram a mesma “sorte”, como evidenciam as frequentes ocorrências de violência registradas nos processos criminais que serão abordados no próximo capítulo.

Ainda sobre os inspetores policiais, em entrevista, o senhor Vilson²⁰, nos conta como foi convidado a se tornar delegado no município de Cruz Machado, a pedido do próprio delegado da cidade. Ele recusou o convite, pois desejava aproveitar a vida. Vilson atuou como inspetor tanto em Cruz Machado quanto em Guarapuava. Em Palmital, foi inspetor municipal, realizando ações como manutenção de estradas, abertura de caminhos e construção de pontes. Ele exerceu o cargo de policial

²⁰ Vilson. Entrevista concedida a Maria Gabrieli Miranda de Souza. Palmital. 16 de julho de 2023. Entrevista confidencial.

no Exército Brasileiro e, por isso, também foi requisitado em Palmital para assumir o cargo de Inspetor Policial e Delegado. No entanto, mais uma vez, recusou essas funções.

Primeira coisa, queriam me por, foi o prefeito que eu votei contra ele, daí o dia que eu carnei uma vaca com a minha mulher ali em cima. nós tava tirando o coro, ele chegou ali com os jepinho tava indo para Curitiba, e disse “Vilson, pra quem que você votou?”, “Votei pro Israel”, não falei que votei pra ele, ”Dona Maria, a senhora votou pra quem?” “Pra Israel Martins” daí ele disse “Vilson vá buscar seu documento” eu disse “Documento pra que, porque você quer?” “Eu vou pra Curitiba, vou levar teu documento e você vai assumir a delegacia”, digo “Não, i, pelo amor de Deus, não quero” aí ele “De juiz?” digo, “Não, não quero, coisa de mandar eu não quero”, por que tem gente que compreende a coisa, e tem outros que já leva mal”.

Como podemos ver nessa narrativa, a escolha desses cargos era feita de forma mais livre, mas ainda assim dependia da vontade de quem quisesse exercer essas funções. Quando questionado sobre o motivo de não aceitar os cargos de Inspetor Policial e Delegado na cidade de Palmital, seu Vilson diz: “Era um cargo muito espinhoso, e a gente pode, vai julgar um outro que bebe, ele se dói”. O que podemos entender dessa afirmação “era um cargo muito espinhoso”? Esses cargos lidavam diretamente com crimes e com aqueles que rompiam o contrato social, violando normas morais, éticas e as leis do país. Consequentemente, os ocupantes desses cargos eram responsáveis por resolver esses atos, cumprindo apenas o seu dever. No entanto, as pessoas repreendidas por eles poderiam interpretar uma prisão, por exemplo, como algo pessoal e, por conta disso, se revoltarem contra os ocupantes desses cargos. É por isso que Vilson os classifica como “espinhosos”, pois esses cargos poderiam colocar a integridade física de seus ocupantes em risco.

2.3 A VIOLÊNCIA AO LADO?

Fala-se muito de um passado violento, mas esses entrevistados, escolhidos aleatoriamente, teriam enfrentado alguma dificuldade ou situação de violência em suas próprias vidas? Esse foi o objetivo de uma pergunta feita a todos eles. Quando questionados diretamente, foram incisivos ao dizer que não, mas mencionaram ter visto ou presenciado, nas proximidades de onde moram, vizinhos ou parentes passando por situações de violência.

Em suas narrativas, quando questionada se já havia presenciado alguma situação de conflito, Julia nos contou que ficou no meio de um tiroteio. Acontecia uma festa de igreja na localidade onde morava, e, devido a uma desavença política, pessoas da mesma família começaram a se enfrentar:

Tudo ali tomando cerveja né, e festando. Isso era hora do leilão, e nós tava, ás mulher, que nem diz, na barraquinha, nós tinha barraquinha lá né de café, essas coisas assim, doce, tudo ali né, e a gente escutou qualquer coisa ali ... daí falaram assim “vocês corram que já vão brigar”. Daí todo mundo ... todo mundo correu ali né. E teve umas

peessoas que tentaram separar os dois cunhados né, começaram a discutir por política e nem era época de política, de nada, era por bobeira assim, de passado, por que um era de um lado, e outro de outro né .. e vai um e dá um soco no, sabe? o rapaz deu um soco no pai ... os dois primo, o primo deu um, como que falo, um empurrão assim no outro né, no tio né, e daí lógico né, que o outro já deu um tiro .. A, naquilo já ferveu .. daí eles correram, o sobrinho falo “pai, esses polaco num .. é .. vamos ensinar esses polaco a brigar na bala, não no braço”. [...] Naquela época tinha só as picape né, era o transporte aqui no interior né .. que era tudo mais difícil né .. E se armaram e vieram, saiu mais de 30 tiro, daí já começou ali o primeiro tiro, saíram entraram em duas erveira que tinha, até em frente a nossa casa e foram atirando, saiu mais de 30 tiro. Daí cada pai de cada lado com cada filho né .. e quando terminou, a gente ficou ali perdido, a gente ficou .. correu também né, lógico decidiu correr, só que eu sai e não consegui chegar na minha casa, era na frente né, não consegui chegar, por que tinha tiro dos dois lados né. [...] daí quando eu vi que parou os tiro que ele grito assim pro outro “ó polaco, agora que terminou as bala, vamos brigar no braço”, e daí um foi encontrar o outro né ..e foi assim querer abraçar o outro lá sabe, achando que sei lá com medo de dar no braço, e simplesmente o outro primo tava com uma faca né, pois eles usavam faca e era festa né, cortar churrasco e já usava a mesma né, quando ele foi que ele abraçou o outro assim (faz sinal de acertar a faca no corpo). Daí ele sai pulandão assim, daí parece andando por cima, daí era o chão meio assim, descida né, pulando e caiu tinha assim uma vala assim sabe, daí ali ele caiu ... daí terminou, um ficou caído lá na estrada que ele rolou e caiu na estrada, e o outro ficou naquela vala caído também, e o outro, o pai também ficou caído na outra vala junto com o filho lá.

Podemos perceber, por meio desse relato, que essas violências iam além das relações familiares dos envolvidos. Mesmo possuindo laços de parentesco, os conflitos chegavam a extremos. Julia qualifica os envolvidos como “quentes” e relata que, após o ocorrido, alguns deles deixaram a cidade, venderam suas terras e se mudaram para o estado do Mato Grosso, pois a situação havia se transformado “em uma bola de neve, [onde] um queria se vingar do outro”.

Devemos destacar, neste trabalho, a grande contribuição dos familiares dos entrevistados, tanto pelo auxílio dado durante as entrevistas quanto por permitirem que essas histórias sobre um passado violento, sempre lembradas nos encontros familiares, fossem compartilhadas.

Filha: O pai sempre falava que aqui no início era muito violento, as pessoas matavam assim bastante pessoa. Lembra pai, que o pai falava que no começo tinha bastante, matavam bastante pessoa.

V: É

Filha: Que o pai conta que matavam, matavam gente na zona

V:É, no começo quando eu entrei aí, eu me assustei. Numa noite que nós pozemos, até fomos lá no sítio. Mataram dois de noite, digo “Nossa aonde é que eu fui entrar”.

Foi a partir da iniciativa de conversa da filha do entrevistado que seu Vilson nos relatou esse acontecimento, já mencionando suas primeiras impressões sobre a cidade após sua mudança para lá, por volta da década de 1950. Em outro relato, Vilson também nos conta sobre um assassinato ocorrido em uma churrascaria ao lado de sua casa:

Filha: O pai era amigo, lembra que o pai contava do cabo beato pai? Lembra do cabo beato que o pai contava as histórias do cabo beato?

V: Cabo beato?

Filha: sim

V: O que mato o Gasparino, o valentão ...

E: Tinha um valentão aqui na cidade então?

V: tinha o Gasparino que tomava um pouco demais daí atirava dentro do bar assim nas garrafas, fazia voa caco, e daí tinha uma churrascaria perto da minha casa daí mataram ele ali. Ele com o revólver na mão, pra .. esperando o sargento e o cabo Beato, e quando o sargento, o cabo Beato entro de vereda na porta já atirou daí ele saiu eu escutei só o gemido “eeeeee”.

E: O senhor viu isso ou não?

V: A luta eu não vi porque, mas eu tava dentro da casa escutando. Ainda aconselhei, “se encostem pra lá, porque vai haver tiro”.

Filha: Era aqui onde era a churrascaria, agora é um posto, era pra cá assim.

Como apontamos no subtópico, a violência estava “ao lado”, literalmente. Um caso de homicídio aconteceu ao lado da residência do entrevistado, com o risco de ele ser atingido por uma bala perdida. Relatos como esse foram comuns nas entrevistas: em um momento, o entrevistado estava em casa; em outro, em uma festa de igreja ou em uma casa comercial. A violência não tinha hora para acontecer, embora alguns lugares pudessem ser considerados propícios a esses atos, especialmente onde a bebida alcoólica também era consumida.

2.4 O CAMPO VELHO

Uma pergunta feita a todos os entrevistados nos levou a um “local comum” de Palmital: o Campo Velho, uma localidade na área rural de Palmital, próxima à divisa com a cidade de Laranjal. A pergunta, de modo geral, era se havia algum lugar considerado mais perigoso ou se todo o município era violento. Em algumas entrevistas, não havia distinção entre as localidades; nenhum lugar se sobressaía nesses casos. No entanto, em outras, Campo Velho foi lembrado ou citado em casos de confusão, sendo a localidade mais mencionada nos relatos. Frederico, ao narrar um caso de homicídio, também conta que:

Frederico: Nesses lado de Campo Velho, Pinhal Grande, ali nossa senhora, tem gente que mataram.

Entrevistadora: Era por ali que era por exemplo esses locais perigosos da cidade?

Mariana: É.

Frederico: Era perigoso, em dia de uma festa se não matasse ao menos uns 2 ou 3 não era festa. Risos. Não deu boa.

Entrevistadora: Era o Campo Velho é?

Frederico: Era. Uma vez queriam trocar de Campo Velho, “vamo troca de nome, ponhar Campo das Cruz”?

Entrevistadora: Nossa.

Frederico: Mas não colo, ficou por Campo Velho (risos). Cada passo matavam.

Mariana: Tem lugar que não da nem gosto de ir de medo (Frederico. Maria. 2023).

O entrevistado João também relembra essa localidade como um espaço marcado pela violência. Ele relata: “O Campo Velho, que era uma comunidade próxima daqui, tem muita cruz perto da igreja, muita morte, sabe? Em festa de igreja, matavam 2, 3, era comum”. Podemos ver certa semelhança entre os dois relatos e também um elemento importante: a existência dessas cruzes, que é uma prática cultural da região para simbolizar que naquele local ocorreu alguma morte por causa não natural.

Essa prática nos faz perceber que essas cruzes permitem rememorar a questão da violência, pois elas se tornam monumentos, segundo a ideia de Jacques Le Goff (1994). As cruzes despertam recordações; são obras ligadas à memória coletiva. Elas lembram voluntariamente a memória de quem ali faleceu, mas também, de forma involuntária, nos recordam que o local foi palco de cenas conflituosas.

Vilson também nos mostra que o local não era apenas uma zona de conflito em dias de festa, mas também foi cenário de assassinatos durante o período eleitoral.

Filha: O pai assistiu algum assim, alguém matando outra pessoa, briga assim o pai viu ou não?

V: Não. A vi, no dia da eleição, da eleição do Cecura lá no Campo Velho quando um caboco mato o como é que era o nome dele ... bem a parte que o homem tomo os balaço era numa distância como aqui ... Eu era candidato a vereador.

Filha: Mataram perto.

V: E depois eu fui buscar o corpo daquele homem, sozinho, eu cheguei lá no velório, tava a negada fazendo, me provocando daí eu falei com a mulher, com a mulher do morto, “vamo tira o homem, vamo leva ele embora porque vai da mais morte ainda” daí ela pediu que arrumassem o corpo e carreguemos na picape, vim só eu com meu filho, chegamos ali no cemitério, não tinha ninguém para descarregar o o homem. Essa briga foi perto de mim.

Neste relato, as motivações desse homicídio não ficam claras, mas, por ter ocorrido durante o período eleitoral, é possível que o conflito tenha surgido devido a posições políticas contrárias. Além disso, mais uma vez, a arma de fogo aparece como o instrumento do homicídio. Outro relato sobre o Campo Velho nos é contado por Julia. Quando questionada se havia algum lugar considerado mais perigoso na cidade de Palmital, ela relata que:

Entrevistadora: tinha por exemplo lugares considerados violentos Dona Julia, tipo, tal região, cuidado, aquela região era perigosa, aqui dentro de Palmital?

Julia: Tinha, Campo Velho.

Entrevistadora: aham, o pessoal comentava que lá era um lugar perigoso? Como que era?

Julia: aham, sim. Comentavam, era, a região daqui não é muito longe, é onde mora meu irmão, que hoje onde tinha uma igreja lá, era sempre que saia festa que faziam uma festinha que nem eu disse pra você, daí tudo armado né . Tomavam lá, não era só cerveja era licor, era pinga esses tipo de bebida né, e qualquer por coisinha de nada eles já brigavam, já se agarravam e já ... Tinha, não podia ir embora, tinha que pega, se você disse, o outro [tinha que dizer] uma palavra, outra maior (risos) sabe. Não sei te explicar direitinho, mas eu acho que lá não sei se não, naquele lugarzinho não sei se não deu umas 9 ou 10 mortes.

A bebida, o armamento e até mesmo a relação cultural daquela sociedade favoreciam esses acontecimentos. Como Julia nos narra, os homens não deviam "aguentar" desaforos, e sua masculinidade era "testada" nesses conflitos. Essa era uma prática cultural comum no período entre 1950 e 1980, durante o qual, pelos processos criminais, podemos observar um aumento no número de prisões por porte ilegal de arma de fogo, evidenciando um maior policiamento e a introdução de novas leis.

Retomando o tema das práticas culturais, Julia encerra sua fala destacando, além de sua percepção sobre as mudanças em relação às brigas de antigamente, que essas ações eram uma reprodução do meio social em que o indivíduo estava inserido.

Julia: Na época, hoje não, hoje a gente percebe, nossa percebe assim que o povo mais civilizado né, tem um pouco mais de cultura né, que na época era muito carente ... eu acho assim, como eles foram criados .. tão era aquilo, era aquilo, se você tivesse uma ofensa tinha que .. né, repetir com violência. E hoje não, hoje todo mundo tolera, tem tolerância né, deixa pra lá, não vi, não escutei, da um desvio né ... E antes não tinha isso aí o povo, era violento mesmo.

Pessoas violentas, bravas, valentes: uma forma de conduta de certos homens neste período, o que podemos considerar uma prática cultural. No entanto, não devemos estender essa característica a todos os moradores de Palmital, pois, se assim fosse, não teríamos tantos relatos desse período. Essas práticas de conduta e ação eram aprendidas no meio familiar ou social e acabavam sendo reproduzidas por aqueles que adotavam esse modo de ser. Consequentemente, surgiram as chamadas famílias "bravas", pessoas mencionadas nas entrevistas como violentas, em que pai e filhos resolviam seus problemas por meio da violência, seja em grupo ou individualmente, além de, em algumas situações, vingar seus próprios parentes.

2.5 AS MÍDIAS SOCIAIS E O IMAGINÁRIO SOCIAL: SEUS DISCURSOS E ESTEREÓTIPOS

Ao realizar uma análise reflexiva dos conjuntos de entrevistas orais feitas com os moradores das cidades de Palmital e Laranjal, percebemos que muitos dos discursos que tratam sobre a violência nessas localidades apresentam estruturas narrativas bastante similares. No entanto, não é apenas nas conversas do dia a dia que o tema aparece. Para ilustrar, utilizamos como exemplo as falas transcritas de um vídeo publicado no perfil do Facebook da Polaquinha Paranaense.

Parmitá!

Pense numa cidade assim tranquila, carma, assim, primeira coisa que “cê” chega na cidade você enxerga um cimiterio. Portal, lá na entrada já tem dois “revolve” assim cruzado. Diz que tem o tar do ditado: entre se quisé, saia se puder. Se no Cavaco as coisas é resorvida na base do facão, no Parmita é no tiro. Gente do céu, lá é, no Parmitá

eu tenho medo de ir. A gente vai meio se escondendo pra trás do banco do carro, ou dizssim: pare com o carro aqui vamo pelo meio do mato aqui pra sair lá em tal loja, lá em tal coisa. Porque o maior medo é de levar um tiro, porque no Cavaco eu tenho curiosidade de ir, porque facãozada você da umas vortuada, “opá” se escapo, agora tiro não. Tiro não é muito fácil de se escapar e eu tenho medo de ir no Parmitá. Parmitá dos Trinca conhecido ainda, o bicho véio.²¹

A autora do vídeo é moradora do município de Marquinho, cidade vizinha a Palmital. O vídeo foi publicado em novembro de 2020 e, após três anos, acumula mais de 3.900 curtidas, 500 comentários e 179 mil visualizações — um número extremamente expressivo, considerando que supera em muito o número de habitantes da cidade de Palmital atualmente. No vídeo, destaca-se uma narrativa que retrata a cidade como um lugar onde o uso de armas de fogo é comum, a segurança pessoal é instável e a recepção aos recém-chegados é marcada pela presença de um cemitério.

Esse vídeo, porém, não é o único a seguir essa mesma estrutura discursiva de enfatizar um Palmital violento na internet. Conteúdos semelhantes são produzidos por diferentes perfis, tanto no Facebook quanto no Instagram, como é o caso do "Zueira Trinca". Esses perfis pertencem tanto a moradores de Palmital quanto a outros, como "Migué Braia", "Este Piá" e "Polaquinha Paranaense". Todos esses perfis têm como objetivo criar conteúdos de humor em suas publicações

Consideramos, então, esses vídeos e conteúdos publicados na internet como fontes digitais que abrem possibilidades de reflexão. Embora esse seja um campo de estudo ainda em consolidação, ele nos permite interpretações e, como toda fonte, é um “registro de uma informação, independentemente da natureza do suporte que a contém” (Paes, apud Almeida, 2011 p. 17).

A partir de Michel Pollak (1989), com seu trabalho “Memória, Esquecimento e Silêncio”, também percebemos que esta forma de produção — os vídeos publicados nas redes — impacta as memórias coletivas dos moradores. Pollak (1989) afirma que os filmes são instrumentos de enquadramento de memórias, pois “se dirige não apenas às capacidades cognitivas, mas capta as emoções” (Pollak, 1989 p.9).

Dentro deste mesmo conjunto de perfis que criam, ou melhor, reproduzem discursos sobre a temática da violência em Palmital, há um perfil que não se enquadra no teor de comédia. Seu objetivo é divulgar as notícias e acontecimentos das cidades da região onde Palmital está inserido. Os responsáveis por esse perfil, denominado CentralR3, são da cidade de Roncador, também vizinha de Palmital.

Em uma de suas tantas publicações, há um vídeo com uma montagem em que o fundo é uma foto do portal da cidade de Palmital, e nele ocorre o diálogo entre dois homens. Um diz: “Vai na frente, vai na frente que eu lhe acompanho!”. Ouvem-se alguns barulhos de tiros, e ele repete: “Olhe!”. O outro homem aparece na imagem e diz: “Bora, vai na frente!”. O homem do início responde: “Vai na

²¹ Facebook. POLAQUINHA PARANAENSE. Parmita dos trinca. Marquinho, 01 de novembro, 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=650437456961799>. Acesso em: 12 de agosto de 2023.

frente que eu vou atrás. Eu garanto a você que eu vou com você, mas agora para eu ir na frente? Eu vou uma porra!²²”. Esse diálogo não aconteceu na cidade de Palmital, e os homens também não são moradores do local. Contudo, o contexto desse diálogo foi atribuído à cidade de Palmital.

Nos dois exemplos de vídeos apresentados, percebemos como elementos em comum a relação de insegurança ao estar em Palmital e a afeição dos moradores por armas de fogo. Essas duas características também estão presentes nos outros vídeos dos perfis citados. Devido a essas semelhanças nas formas de representar Palmital — tanto nas produções das redes sociais quanto nas entrevistas orais —, constrói-se uma representação cultural da cidade, permeada por um imaginário social.

Para Dominique Kalifa (2017), um imaginário social é um conjunto de figuras e imagens que são atribuídos a sujeitos e lugares, formados por sistemas coerentes que refletem como as sociedades enxergam e descrevem seus grupos. Esses relatos podem ser tanto qualificadores quanto desqualificadores, baseando-se em fatos reais e, muitas vezes, intensificando-os. Isso ocorre porque há a necessidade de contar histórias que, na prática cotidiana, adquirem status de verdade e são naturalizadas.

Um ponto importante a se destacar dentro dessas representações discursivas e imagéticas diz respeito ao seu próprio domínio de controle da criação, pois, segundo Kalifa (2017), “nenhum mestre-de-obras comanda sua elaboração, são coletivos apenas por acidente e podem às vezes tomar caminhos atravessados. A pluralidade de sua inspiração e, principalmente, de seus usos constitui tanto sua complexidade quanto sua riqueza” (Kalifa, 2017, p. 21).

Não é apenas Dominique Kalifa que trabalha com essa ideia de imaginário social. Utilizamos também o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, que, em *A Invenção do Nordeste*, identifica o início da visão de um Nordeste permeado pela fome e pela seca em discursos regionalistas, na mídia, na literatura, no cinema, na pintura e até mesmo na produção acadêmica. Segundo ele, um dos principais aspectos para perceber um imaginário social é a criação de estereótipos, pois eles estão presentes e se repetem entre discursos e imagens.

O discurso da estereotipia é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e autossuficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo (Albuquerque Júnior, 2011 p. 30).

O que percebemos como um estereótipo da cidade de Palmital é a criação de figuras que, embora variem em sua forma de expressão, mantêm um eixo central comum: Palmital é vista como

²² CentralR3. Quem vai na frente?. Rencador, 12 de fev. 2024. Instagram: @Centralr3. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C3Qls6gxLug/>. Acesso em 15 de fev. 2024.

terra de gente brava, violenta, matadora, pistoleira, e outros atributos que reforçam a ideia de um lugar perigoso para se estar, frequentar e morar. Nesses discursos, não são destacados indivíduos específicos como perigosos; ao contrário, há uma generalização que recai sobre todos os seus moradores. Assim, os estereótipos, segundo Albuquerque Júnior, acabam instituindo verdades que se reúnem em “um feixe limitado de imagens e falas-clichês, que são repetidas, seja pelos meios de comunicação, pelas artes, seja pelos próprios habitantes de outras áreas do país e da própria região” (Albuquerque Júnior, 2011 p.343).

Nesses discursos, percebemos que ocorre também uma diferenciação espacial em relação às outras cidades do Paraná. Como exemplo, temos dois vídeos. O primeiro²³ é a junção de cinco homens, e cada um representa uma cidade: Pinhão, Guarapuava, Curitiba, Pitanga e Parmitá dos Trinca. Eles estão reunidos em volta de uma mesa, bebendo e cantando. Quando a música chega ao refrão, o homem que representa Palmital saca um revólver e dá dois tiros para cima, pela janela. Os outros homens observam o que ele faz e continuam como se isso fosse normal; apenas o que representa Curitiba fica com semblante assustado. Este vídeo não foi feito por moradores de Palmital, nem gravado lá, pelo que se sabe; ele é retirado de seu contexto original e usado como representação de Palmital.

No segundo vídeo, há um corte de uma cena da novela Pantanal, produzida em 2022. Na cena, aparecem os personagens Tenório e Maria Augusta. As falas originais de Tenório são modificadas, e ele diz para Maria Augusta:

“Matia Augusta, você tem alguma ideia de onde fica Maringá, Marialva, Pinhão, Guarapuava, Turvo, Parmitá dos Trinca? O lugar disgracido, aquele Parmitá dos Trinca! Me encheram de bala, saí correndo de lá e vim parar nesse pantanal aqui! Me lembro até hoje do pipoco. Pá! Pá!”²⁴

Nesses dois vídeos, percebemos que o intuito é diferenciar Palmital das outras cidades. Essas narrativas constroem tanto uma localização de espaço físico quanto uma de ordem social. Na maioria das representações de Palmital, nota-se uma associação entre a cidade e o uso de armas. Em outro vídeo, observamos que ele foi gerado pelo impacto dessas publicações e produzido pelo perfil “Este Piá”, no Facebook. Embora o texto não faça menção direta à cidade de Palmital, algo nos chamou a atenção: ele utilizava o município de Goioxim em seu discurso. Como Goioxim é município vizinho de Palmital, o vídeo foi inicialmente aberto por curiosidade, mas, conforme avançava, também apresentou uma narrativa carregada de estereótipos sobre Palmital:

²³ Zuera Trinca. Resumo das festas de final de ano das Cidades do Paraná. Palmital, 16 jan. 2023. Instagram: @zueratrinca. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CnekjxkAbOA/>. Acesso em 06 mar. 2024.

²⁴ PAWLAK, Felipe. Cidade afamada, Esse Parmita. Palmital, 10 de mai. 2022. Facebook: Zuera Trinca. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?mibextid=xfxF2i&v=339679101580034&rdid=8bXzeJxKRlOrzVi3>. Acesso em: 15 out. 2023.

Não sei se é fronteira que fala? Tamos aqui na fronteira. Acabemo de chegar, muitas horas de viagem. Agora não sei se do lado de lá é outro país ou não, se passou a praca, eles falam outra língua, vamos ter que passar pro lado de lá pra nós vê. [...] Dizem que o povo lá são brabo, não sei se é verdade. Igual no Palmital! No Palmital, diz que a gente entra ali pra dentro do portal da cidade, já tem uns caboco do lado oferecendo foice, facão, revólver, espingarda, cartucheira, rabo de égua. Que pra gente andar pra dentro ... é.... entro lá, de boa, mas você tem que rezar pra sair, não sei se é verdade né, no Parmita imo conhecer lá também!²⁵

Percebemos, por meio desse vídeo, como a criação de estereótipos gera impactos. Palmital é descrita de forma carregada de características negativas no discurso citado, mesmo que o homem nunca tenha pisado na cidade, já que ele ainda iria “conhecê-la”. Observamos novamente que esse discurso se baseia em uma reprodução, pois, se ele não tivesse ouvido falar desses estereótipos, não teria se referido a Palmital da forma como o fez. Partimos, então, do princípio de que esses discursos, tanto imagéticos quanto narrativos, produzem “verdades” que são naturalizadas por aqueles que entram em contato com eles. Outro ponto fundamental nessa relação de produção e reprodução de estereótipos é que, muitas vezes, aqueles que são estereotipados também acabam se apropriando dessa estereotipia. Como destaca Albuquerque Júnior (2011),

o estereótipo não é apenas um olhar ou uma fala torta, mentirosa. O estereótipo é um olhar e uma fala produtiva, ele tem uma dimensão concreta, porque, além de lançar mão de matérias e formas de expressão do sublunar, ele se materializa ao ser subjetivado por quem é estereotipado, ao criar uma realidade para o que toma como objeto (Albuquerque Júnior, 2011 p. 30).

Ou seja, há um processo em que o estereótipo produzido acaba sendo internalizado por aqueles que são estereotipados. Dessa forma, percebemos que os moradores de Palmital desenvolvem uma certa identificação com o que é dito sobre eles. Notamos que os palmitalenses adotam esses discursos por dois motivos. Primeiro, nas entrevistas orais, observamos que esse passado é frequentemente rememorado; a questão da violência surge com destaque quando os entrevistados falam sobre a história do município, o que revela uma memória coletiva em torno desse tema, marcante para as pessoas entrevistadas. Segundo, da mesma forma que esse passado foi lembrado nas entrevistas, embora de maneira mais contida e velada, nas conversas cotidianas e nas narrações de “causos” em encontros familiares, os entrevistados narram essas histórias com mais detalhes do que nas entrevistas formais, quando o gravador estava ligado.

Chegamos, então, a outro fator: a continuidade dessas histórias ou 'estórias' pelas gerações mais novas, o que gera um impacto ainda maior. Quando o processo de representação da cidade de Palmital começa a ocorrer por meio das redes sociais, o alcance desses estereótipos se torna

²⁵ MEDEIROS, Elder. A cidade mais perigosa do Paraná é essa aqui. Guarapuava, 29 de fev. 2024. Facebook: Este piá. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/v/bZbkM73b8x1HjRrR/?mibextid=xfxF2i>. Acesso em: 02 mai. 2024.

extremamente amplo, podendo atingir até uma audiência global. Assim, o imaginário social em torno de Palmital se perpetua, pois, enquanto os vídeos continuam disponíveis nas redes, eles podem ser acessados e o estereótipo, reproduzido.

Devemos, entretanto, destacar uma diferença entre as narrativas das entrevistas e os discursos nas mídias. Para os entrevistados, as violências e as brigas que geram mortes, tanto por faca, revólver ou outros objetos, não se perpetuam mais. Eles descrevem Palmital como uma cidade tranquila para se viver atualmente. Enquanto isso, nos vídeos das mídias sociais, não há referência a esses estereótipos como algo do passado; os vídeos apresentam uma narrativa do hoje, do presente.

Um exemplo disso é o vídeo publicado pelo perfil “Zuera Trinca” no Instagram. O vídeo²⁶ começa com a imagem do dono do perfil, Felipe, e seu amigo sanfoneiro, que toca na sanfona a abertura do Jornal Nacional. Felipe então diz: “Veja como foi o bailão do nosso gaiteiro, com o grupo Vento Aragano, no interior de Palmital”. Após essa “abertura jornalística”, a filmagem mostra casais dançando ao som de uma música da banda Vento Aragano. Em determinado momento, em um grupo de homens, dois sacam armas de fogo e atiram para o alto. Outro homem, que estava dançando com uma mulher, faz o mesmo logo em seguida.

Esse vídeo, onde ocorrem os tiros, é tirado de contexto, pois não corresponde ao que foi enunciado no início, na abertura jornalística. No entanto, ao mencionar que o baile era da banda composta por moradores da cidade, o vídeo consegue localizar tanto o tempo (presente) quanto o espaço, inserindo-o como se fosse realmente de moradores do município.

Outro elemento que devemos destacar nas representações da cidade de Palmital é o impacto que esses vídeos provocam, tanto nos próprios moradores quanto em pessoas de fora da cidade. Para Albuquerque Júnior (2011), o imaginário social é uma produção histórica que faz uma “construção subjetiva de uma cartografia sentimental” (Albuquerque Júnior, 2011, p.14). Ou seja, trata-se de um espaço criado e definido por delimitações tanto sociais quanto afetivas. As delimitações sociais seriam aquelas que marcam as diferenças entre os moradores de Palmital e seus vizinhos, onde os palmitalenses são vistos como “perigosos”. Além das produções midiáticas em vídeo nas redes sociais, uma simples busca sobre Palmital no Google revela outro material imagético e discursivo sobre essas representações estereotipadas, como o que encontramos no site da Desciclopédia²⁷:

O município do Parmitá conta com uma população de aproximadamente 5 mil pessoas e 10 mil polacos (contado antes do último baile, segundo o IBGE). Destacasse a conhecida hospitalidade parmitalense, que inclui olhar de atravessado, comentar com o colega mais próximo a falta de malemolência do desinfeliz e consequentemente arrancar a jugular da pessoa de outra cidade que ousa frequentar as festas locais. Isto

²⁶ Pawlak, Felipe. Bailão no Interior do Parmitá é com o Vento Aragano. Palmital, 18, mai. 2023. Instagram: @Zueratrinca. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CsZh589ADaQ/>. Acesso em: 19 out. 2023.

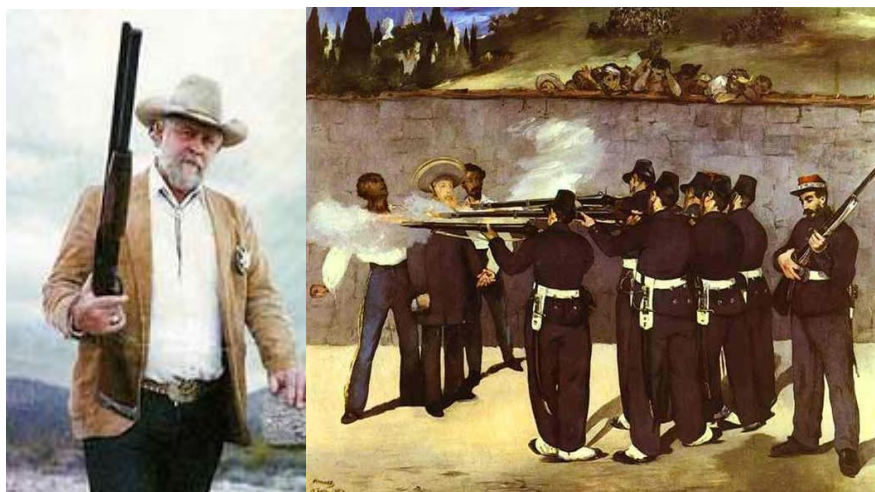
²⁷ Devemos ressaltar que este site é aberto aos usuários e qualquer pessoa pode sugerir alterações em seu conteúdo, onde a primeira publicação feita sobre Palmital é elaborada em 2007, passando por várias alterações. Um outro ponto sobre o site, diz ao respeito dos seus objetivos, ele não visa a informação, e sim, como local de produções de sátira e humor.

ocorre porque a educação palmitalense desde a infância baseia-se no método espartano, onde os jovens são induzidos a acreditar que nasceram em uma terra de valentes e bravos pistoleiros e que por isso tem o direito a hospitalizar e rechassar os visitantes que se aproximem de suas "donzelas" [...] Nesse tipo de educação a cordialidade e a educação são apenas para os fracos, e o território local deve ser protegido do a quem doer.²⁸

Como é possível perceber, esse trecho descreve de maneira irônica e exagerada o município, reunindo as principais características atribuídas à cidade: o acirramento e a hostilidade com populações de cidades vizinhas, a violência e os confrontos físicos, os bailes como lugares de desentendimentos e homicídios, e até mesmo o ciúme pelas mulheres palmitalenses. Esses atos narrados mostram que ser violento era considerado um ato de bravura e, de certa forma, um heroísmo local. Também destacamos outro elemento no trecho: “os jovens são induzidos a acreditar que nasceram em uma terra de valentes e bravos pistoleiros”, o que revela o agenciamento dessas características no imaginário social, a partir das narrativas do cotidiano, e uma identificação com esse passado.

Além dessa produção discursiva em forma de textos, no mesmo site há também imagens que supostamente representam a cidade de Palmital, como, por exemplo, o típico morador e o esporte mais praticado no município:

Figura 11 - Típico morador de Palmital e seu esporte favorito.



Fonte: Desciclopédia²⁹.

Aqui, observamos uma figura que permeia todo o estereótipo dos moradores de Palmital: a existência de pistoleiros. Essa "existência" também é destacada em dois outros vídeos de mídias

²⁸ PALMITAL (PARANÁ). Desciclopédia. 2007. Disponível em: [https://m.pudim.info/wiki/Palmital_\(Paran%C3%A1\)](https://m.pudim.info/wiki/Palmital_(Paran%C3%A1)). Acesso em: 20 de ago. de 2023.

²⁹ PALMITAL (PARANÁ). Desciclopédia. 2007. Disponível em: [https://m.pudim.info/wiki/Palmital_\(Paran%C3%A1\)](https://m.pudim.info/wiki/Palmital_(Paran%C3%A1)). Acesso em: 20 de ago. de 2023.

sociais. O primeiro é um vídeo³⁰ e um diálogo entre “Miguel” e “Tonho”, que estão em frente a uma placa sinalizando a cidade de Palmital, na qual há vários buracos provocados por tiros de arma de fogo.

Miguel: onde é que que nós estamos indo Tonho?

Tonho: tamo indo pra Palmital

Miguel: é uma cidade bem tranquila né

Tonho: é, mas não parece muito (risos)

Miguel: da pra ver na placa, é pouco tiro

Tonho: é O vídeo possui em torno de 14.600 curtidas e 182 comentários, um número considerável de alcance. O próximo vídeo é publicado pelo perfil Zuera Trinca no Facebook, em que o texto informa ser a “parte dois da entrevista com o pistoleiro do cadaço”. O vídeo começa com uma montagem do portal da cidade, ao som de um trecho do hino municipal, enquanto um carro é alvejado por tiros. Em seguida, aparece o corte da entrevista com o tal “pistoleiro”, onde ele, segurando uma arma aparentemente de fabricação caseira, tem o diálogo abaixo com a mulher que o entrevista, mas não aparece.

Miguel: Deve ter algum pistoleiro (risos)³¹.

O vídeo possui em torno de 14.600 curtidas e 182 comentários, um número considerável de alcance. O próximo vídeo é publicado pelo perfil Zuera Trinca no Facebook, em que o texto informa ser a “parte dois da entrevista com o pistoleiro do cadaço”. O vídeo começa com uma montagem do portal da cidade, ao som de um trecho do hino municipal, enquanto um carro é alvejado por tiros. Em seguida, aparece o corte da entrevista com o tal “pistoleiro”, onde ele, segurando uma arma aparentemente de fabricação caseira, tem o diálogo abaixo com a mulher que o entrevista, mas não aparece.

Entrevistadora: Estamos aqui em Palmital dos Trintas né, onde a gente vai...

Pistoleiro: Trinca! Dos Trinca! Já começou errado.

Entrevistadora: Onde a gente vai entrevistar o maior matador da região. Se a pessoa encomendar a cabeça o senhor leva?

Pistoleiro: Levo.

Entrevistadora: Daí é mais caro com a cabeça?

Pistoleiro: Daí é mais caro né, que daí .. (risadas de uma terceira pessoa ao fundo).

Entrevistadora: Em média de quantos reais?

Pistoleiro: Depende. Se for a cabeça, 20 mil, 25.

Entrevistadora: Nossa, mas daí tá muito caro.

Pistoleiro: Caro, e a liberdade, quanto que vale?

Entrevistadora: E esse dinheiro, o senhor investe em que?

Pistoleira: Muierada, e festa e goró³².

³⁰ Cabe aqui ressaltar que durante um período, o homem mais jovem que aparece no vídeo foi um policial militar da cidade de Palmital.

³¹ MIGUÉ BRAIA E TONHO. Parmitá É bem tranquilo. Palmital. 01 de mar. 2024. Instagram: @miguebraia. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C3-Xutrgjx6/>. Acesso em 05 abr. 2024.

³² PAWLOK, Felipe. Parte dois da entrevista com o pistoleiro do cadaço, Parmita dos Trinca. Palmital, 04 de jul. 2020. Facebook: Zuera Trinca. Disponível em: <https://bit.ly/3Lg31JA> . Acesso em: 15 de jun. 2024.

Vale ressaltar que o vídeo não é, de fato, gravado com um pistoleiro real, mas sim um momento descontraído entre amigos, que resolvem “brincar” com os estereótipos de Palmital, mostrando como eles são vivos e presentes no imaginário sobre a cidade. Esse vídeo, assim como tantos outros vídeos, imagens e textos, revela um dos objetivos que acreditamos estar por trás desses materiais: reafirmar a identidade de Palmital como uma cidade diferenciada das demais da região, além de proporcionar entretenimento e humor. É uma valorização desse passado e uma maneira de narrá-lo de forma que torne Palmital uma cidade única.

Como buscamos demonstrar, esses discursos imagéticos e narrativos apresentam regularidades que são reproduzidas nos vários espaços em que o objeto de fala e produção é a cidade de Palmital. Constatamos que se trata de um “discurso identitário” dos moradores locais, tanto pelos vídeos quanto pelas entrevistas. No entanto, esse discurso identitário, segundo Albuquerque Júnior (2011), é perigoso, pois acaba retirando essa produção discursiva do âmbito histórico e datável, como produção das relações humanas, e a transforma em algo natural, inato aos moradores da cidade.

Ocorre, então, uma cristalização dessa ideia de Palmital, que pode ter surgido em tempos mais antigos, mas que, de alguma forma, não quis ficar no passado. Essa imagem não é tratada como algo a ser apagado ou motivo de vergonha, mas como algo importante a ser lembrado e narrado. Sobre a questão de narrar estereótipos adotados como identidade de um espaço, Albuquerque Júnior (2011) pontua que:

Não existe esta exterioridade às relações de poder que circulam no país, porque nós também estamos no poder, por isso devemos suspeitar que somos agentes de nossa própria discriminação, opressão ou expressão. Elas não são impostas de fora, elas passam por nós. Longe de sermos seu outro lado, ponto de barragem, somos ponto de apoio, de flexão. (Albuquerque Júnior, 2011 p.31-32).

Ou seja, essa identificação com o passado, essas repetições estereotipadas, são recolhidas e re/produzidas pelos próprios moradores. Ao invés de se esquecer deste passado, ele é sempre rememorado e, conseqüentemente, essas falas produtivas acabam sendo reproduzidas por pessoas de fora da cidade. Por isso, a necessidade de perceber que a história e a sua interpretação devem, neste momento, se desprender de olhar apenas para o passado, “para [assim] se debruçar sobre presente, descobrindo este presente como multiplicidade espaço-temporal, pensando os vários passados que se encontram em nós, e os vários futuros que se pode construir” (Albuquerque Junior, 2011 p.347).

“Parmitá dos Trinca significa perigo! Ouviram bem? Pe-ri-go³³”, mas também significa um lugar real e imaginário. Real, pois é uma cidade como tantas outras do Estado do Paraná e do Brasil; porém, imaginária, pois é construída a partir de discursos que lhe atribuem essas características

³³ PAWLAK, Felipe. Parmita dos Trinca = Pre Ri Go. Palmital, 4 fev, 2023. Instagram: @zueratrinca. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CoPkaMPgODX/>. Acesso em: 15 de jun. 2024.

mencionadas, além de reproduzir, em seus moradores, atributos morais e, consequentemente, culturais. Uma representação de uma cultura violenta, da existência de moralidades e comportamentos sociais que eram requeridos de seus moradores, como se fosse a “norma social” desta cidade.

Assim, compreendemos que os estereótipos são falas tanto produzidas quanto reproduzidas pelos próprios moradores da cidade. Trata-se de um conjunto de imagens que caracteriza a cidade como perigosa, singularizando-a em meio às diversas narrativas existentes. Essas imagens são, ao mesmo tempo, sobre a própria cidade e sobre seus habitantes, e, pela repetição, acabam se materializando naqueles que as ouvem, perpetuando, assim, esses estereótipos. São falas geradas no cotidiano, bem como nas redes sociais. Parafraseando Albuquerque Júnior, o “Parmitá dos Trinca” nada mais é do que a regularidade de certos temas, imagens e falas que se repetem em diferentes discursos” (Albuquerque Júnior, 2011, p. 344).

3. OS PROCESSOS CRIMINAIS DE PALMITAL (1960-1980)

3.1 CONSIDERAÇÕES NA UTILIZAÇÃO DOS ARQUIVOS DO PODER JUDICIÁRIO (PROCESSOS CRIMINAIS).

Como foi tratado no capítulo anterior, a cidade de Palmital é caracterizada por um imaginário social permeado de estereótipos que relacionam a cidade e seus moradores como violentos e “matadores”. Como, então, analisar essa relação de violência, já que esses discursos estereotipados estão carregados de histórias, como também de “estórias”, que nos fazem questionar: seria Palmital um lugar tão perigoso quanto narram?

Obviamente, todas as colocações das entrevistas e das mídias sociais são consideradas de forma integral em suas informações, e uma das premissas do imaginário social é que esses estereótipos não “surtem do nada”; eles se baseiam em fatos reais para sua produção. Contudo, nessa produção, acaba ocorrendo uma certa seleção,

eles escolhem entre lembranças, experiências, imagens, enunciados, fatos, aqueles que consideram essenciais e característicos desta região, de um tipo de regional. [...] . O que importa é a técnica de representação que utilizam, que o torna visível, claro e “lá” (Albuquerque Júnior, 2011 p. 128).

É pensando nesse “tornar visível” que agora nos debruçamos em outras fontes. Já que a violência é narrada de forma tão forte nesse estereótipo, nossas forças agora se voltam especificamente para ela. Para isso, utilizamos os processos criminais da Comarca de Palmital. A cidade de Palmital se tornou Comarca no ano de 1978, e os processos criminais que ainda estavam em aberto e eram tramitados em Pitanga foram transferidos para Palmital. No entanto, aqueles que já estavam arquivados permaneceram no antigo fórum de justiça. Assim, encontramos processos criminais das décadas de 1960 até a atualidade. Foi feito um recorte temporal de 1960 a 1980 para a análise dos processos criminais, nos quais foram catalogadas 17 caixas de arquivos, com um total de 164 processos.

Desses 164 processos criminais, foram selecionados cerca de 80 por tratarem de questões de agressões físicas, ameaça à integridade e homicídio consumado. Sendo assim, dentro desse recorte, 48% dos processos catalogados tratam de ações contra a vida. Voltamos, assim, à questão levantada anteriormente: Palmital seria uma cidade tão perigosa? Se compararmos com os resultados do estudo realizado na Comarca de Mallet, também no estado do Paraná, feito pelos historiadores Hélio Sochodolak e Clóvis Gruner (2022), no período de 1913 a 1945, observamos que:

Foram catalogados e descritos, num primeiro momento, 181 processos criminais da Comarca de Mallet-PR desde sua fundação na segunda década do século XX até 1945.

Neles, os registros de crime contra a vida são os mais abundantes no recorte espaço-temporal definido. São muito comuns as agressões, algumas fatais, contra vizinhos ou familiares, muitas vezes, motivados ou acompanhados por consumo de bebidas alcoólicas (Sochodolak, Gruner, 2022 p.13).

Cerca de 70% desses processos da Comarca de Mallet-PR são de crimes contra a vida, um número muito mais expressivo do que os 48% da Comarca de Palmital. A partir desses dados, percebemos como está presente o imaginário social que aponta Palmital como “a cidade mais perigosa”, o que, pelas comparações, revela um número menor que o de outro município do estado do Paraná. Mas, é claro, não estamos negando que houve homicídios e que a violência existia na cidade; porém, ao comparar com outros municípios, fica ainda mais evidente a construção desses estereótipos para representar a cidade. Portanto, agora apontaremos as questões que os processos criminais podem nos revelar sobre o município de Palmital. No entanto, antes de irmos às fontes e suas informações propriamente, devemos destacar como é esse trabalho com os processos criminais.

Segundo Keila Grinberg (2009), os processos criminais, como fontes para a análise histórica e também antropológica, tiveram como marco de sua utilização a década de 1980, período em que ocorre a difusão da História Social no Brasil. Os processos foram vistos como fontes ricas que permitiam perceber as relações cotidianas das populações “comuns”, seus valores e formas de conduta. Contudo, é necessário destacar que esses documentos possuem relações de poder, pois:

São fundamentalmente fontes oficiais, produzidos pela Justiça, a partir de um evento específico: o crime e seu percurso nas instituições policiais e judiciárias. Por conta disso, é fundamental que os processos sejam tomados também como “mecanismos de controle social”, marcados necessariamente pela linguagem jurídica e pela intermediação do escrivão (Grinberg, 2009 p.126).

Por isso, a utilização desses documentos em trabalhos historiográficos deve ser feita com certos cuidados. Esses documentos, produzidos tanto por instituições policiais quanto judiciais, reúnem os discursos de réus, vítimas, testemunhas, advogados e demais agentes da lei e da ordem (Grinberg, 2009). Além disso, dentro dessa elaboração discursiva, há regras legais estabelecidas pelos códigos penais sobre o que deve constar nos autos. Esse trabalho é conduzido pelos “manipuladores técnicos³⁴”, onde as testemunhas respondem apenas ao que lhes é perguntado, e suas narrativas são interrompidas quando não são pertinentes — ou seja, trata-se de discursos mediados, como aponta Mariza Correa (1983). Devemos ainda destacar que o objetivo desses documentos,

não é reconstruir um acontecimento – o que, de resto, jamais poderia ser – mas buscar ou produzir uma verdade, acusando e punindo alguém. Nessa perspectiva, todos os depoimentos seriam “ficções”, papéis desempenhados por personagens, cada qual procurando influenciar o desfecho da história (Grinberg 2009 p.127).

³⁴ Expressão cunhada por Mariza Corrêa em “Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais” publicado em 1983.

Assim, os processos criminais são produzidos quando ocorre a quebra da norma legal e é instaurado o aparato repressivo (Fausto, 1984, p. 21). Nessa batalha discursiva entre réus, vítimas e advogados, o “fato” se transforma em “autos”, em que “cada um deles usa parte do ‘real’ que melhor reforça o seu ponto de vista” (Correia, 1983, p. 40).

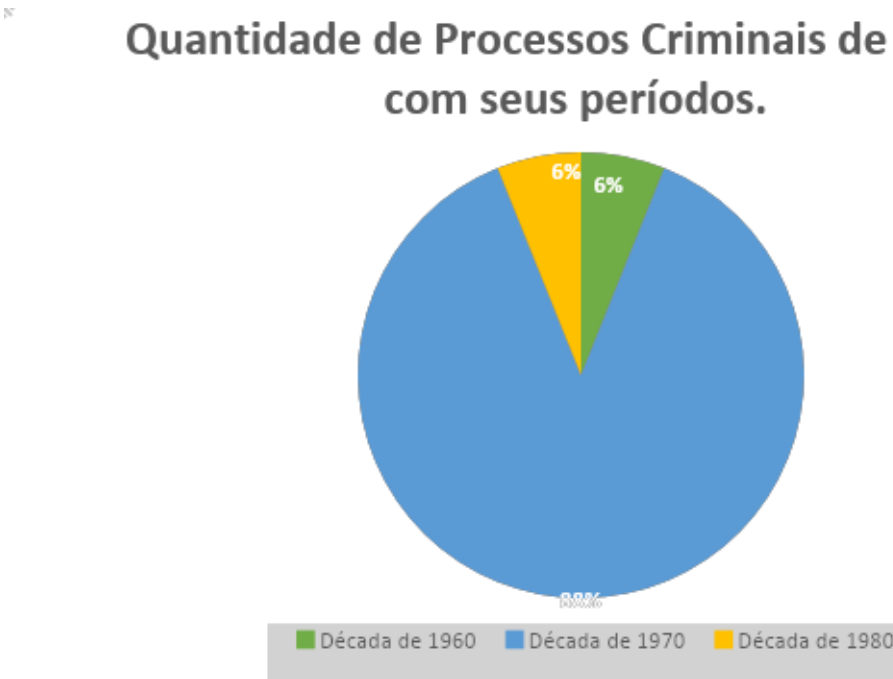
Portanto, o uso dos processos criminais deve ser considerado sob tais aspectos. Mesmo assim, não representam, segundo Boris, uma “lacuna”; por meio deles, os discursos de acusação e defesa “representam uma fonte importante para a apreensão de valores e representações sociais” (Fausto, 1984, p. 25). Além disso, “nos permite recuperar as relações de vizinhança, as redes de sociabilidade e de solidariedade, as rixas, enfim, os pequenos atos cotidianos das populações do passado” (Bacellar, 2005, p. 37).

3.2 GÊNERO E SUAS SOCIABILIDADES

Os processos criminais nos fornecem uma série de informações, como gênero, profissão, faixa etária, nacionalidade, raça, cidade, filiação e redes de solidariedade — informações essas dos “personagens” que os compõem, sejam réus, vítimas ou testemunhas. Com esses dados, podemos perceber as migrações, níveis de escolaridade, bem como as condições socioeconômicas dos envolvidos, e, conseqüentemente, compreender os contextos que podem ter favorecido essas relações de violência.

Os processos de Palmital selecionados para este trabalho abrangem as décadas de 1960 a 1980. Todos os processos são posteriores à emancipação da cidade de Palmital e à sua elevação à condição de município. Por isso, cabe ressaltar a presença de policiamento na cidade, visto que, antes desse autogoverno, os policiais se encontravam na cidade de Pitanga, cabendo a Palmital apenas a atuação de Inspectores Policiais e Subdelegados. Abaixo, vemos o gráfico que informa a quantidade de Processos Criminais de acordo com seus períodos.

Gráfico 1 - Gráfico da quantidade de processos criminais de acordo com seu período.



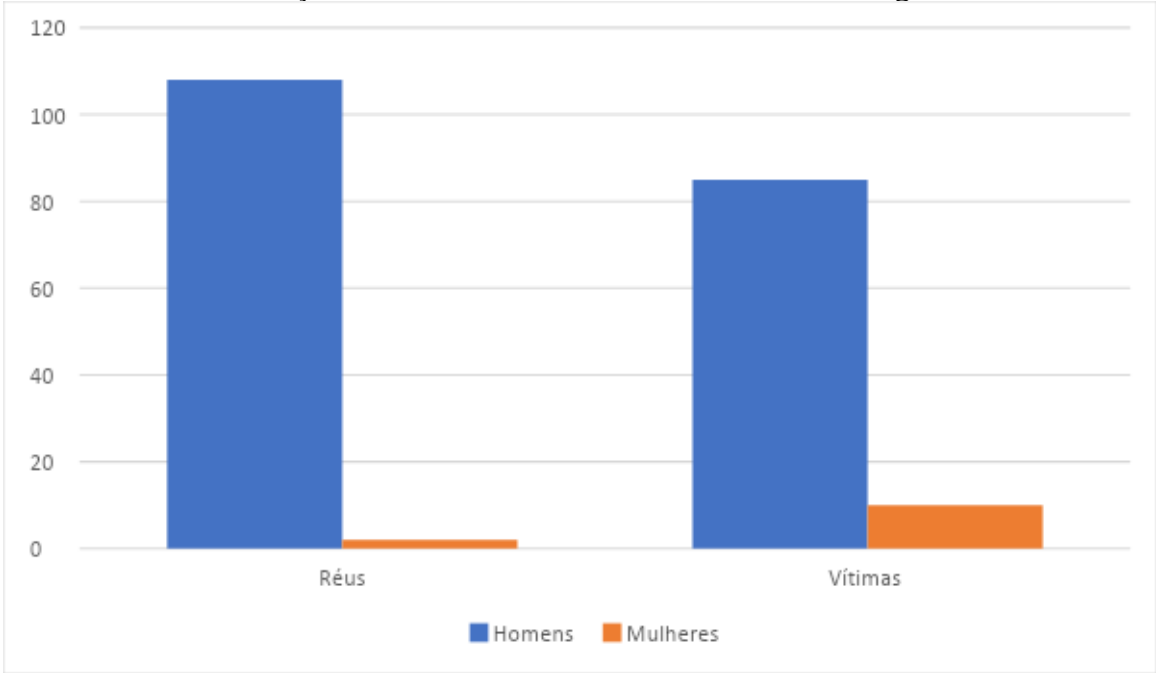
Fonte: Comarca de Palmital.

Como é possível perceber, há uma prevalência de processos criminais da década de 1970 em relação às outras décadas³⁵. Isso não se deve à ausência de documentos produzidos, mas sim ao processo de mudança de fórum. Optamos por destacar essas três décadas por dois motivos: o primeiro é que percebemos uma mudança em seus contextos, pois, em 1961, a cidade foi emancipada e, com a chegada de policiais, os fatos de violência passaram a ser mais supervisionados; o segundo motivo é que, a partir da década de 1980, surgem processos criminais que abordam a prisão por porte de armas de fogo.

Deste conjunto de fontes, passamos agora a analisar um elemento bastante expressivo nesses dados: o gênero, tanto dos réus quanto das vítimas.

³⁵ No total, são 5 processos criminais de 1960, 72 processos de 1970 e 5 processos criminais de 1980.

Gráfico 2 – Relação dos réus, réas, e vítimas de acordo com seu gênero.



Fonte: Comarca de Palmital.

Como é possível perceber, os homens são maioria tanto na posição de réus quanto de vítimas, e isso se deve a dois fatores: o primeiro é a atribuição de papéis sociais, funções, comportamentos e expectativas sociais que são considerados masculinos e femininos, onde aos homens são definidos os espaços públicos e institucionais, enquanto às mulheres é reservado o espaço doméstico e privado (March, 2015, p. 57). Além dessa distinção, o “ser homem” exige uma carga de comportamentos e ações que são esperados deles e que, muitas vezes, acabam resultando em situações de conflito.

Ao contrário da mulher, cuja feminilidade está ligada a elementos fisiológicos e atrelados ao corpo, a masculinidade seria, então, essa oposição ao “ser mulher”. Segundo Elisabeth Badinter (1993), a identidade masculina se define por uma evitação, na qual “ser homem significa não ser feminino; não ser homossexual; não ser dócil, dependente ou submisso; não ser efeminado na aparência física ou nos gestos, não ter relações sexuais nem relações muito íntimas com outros homens; não ser impotente com as mulheres (Badinter, 1993, *apud* March, 2015, p. 63).

A masculinidade, portanto, é um conjunto de comportamentos que se espera que os homens apresentem. Contudo, não existe apenas uma masculinidade; Raewyn Connell e James W. Messerschmidt nos mostram que existem múltiplas masculinidades, e em alguns contextos uma delas se sobressai, sendo intitulada como “masculinidade hegemônica”, seja em nível nacional, regional ou local. Mesmo assim, isso não significa que existirá um homem com todos esses padrões de comportamento, pois a masculinidade hegemônica seria uma padronização, uma normatização do “ser homem”. Trata-se de uma construção cultural de um modelo a ser seguido, que reina nas esferas dos discursos, mas que se materializa nas práticas e interações cotidianas (Connell, 1990, p. 267).

Albuquerque Júnior (1999), ao estudar a literatura de cordel, percebe como o nordestino é representado apenas como uma figura masculina, e os elementos de masculinidade dentro dessas fontes são associados à violência. A construção histórica do nordestino é feita a partir de figuras de homens “viris, valentes e violentos”, onde Albuquerque Júnior (1999) aponta que o “cabra macho” requer ser destemido, forte, valente e corajoso. Nesta sociedade, “o frouxo não se mete; não há lugar para homens fracos e covardes” (Albuquerque Júnior, 1999, p. 175). Assim, percebemos também, dentro deste imaginário social que permeia o Nordeste, a figura dessa masculinidade apta à violência: o homem “viril”.

Mas o que seria, então, esse homem viril? Ou melhor, o que seria essa virilidade atribuída a essa masculinidade? March (2015) pontua que podemos compreender a virilidade como um conceito, e que, para outros grupos de pesquisadores, ele é considerado mais eficiente para a compreensão da naturalização de determinados comportamentos atrelados aos homens, em comparação ao conceito de masculinidade.

Até que ponto podemos compreender a virilidade como diferente da masculinidade? Entendemos a virilidade como parte fundamental da constituição das masculinidades, conceito mais amplo que abarca tanto a potência viril do enfrentamento do “outro” a partir da violência, quanto às diferentes formas de ser homem nessa sociedade específica nesse momento de transformação. Masculinidades não excluem, a nosso ver, a virilidade, já que a última é parte inerente ao “ser masculino” construído socialmente. A virilidade é apenas um dos aspectos da masculinidade, é uma das práticas possíveis de “ser homem”. Enquanto a virilidade marca a insistência na manutenção da ordem social baseada na força potente do homem, a masculinidade demonstra como essa virilidade era trabalhada na subjetividade masculina a fim de formar sujeitos enquadrados em determinados modelos. (March, 2015 p.71-72).

Assim, percebemos que a virilidade, que faz parte do contexto da masculinidade, é um conjunto de comportamentos esperados dos homens, nos quais eles devem demonstrar sua “superioridade” tanto perante outros homens quanto perante as mulheres. E essa superioridade é demonstrada por meio da imposição da força. Como aponta Lia Zanotta Machado (1998), a virilidade requer do homem “o desempenho de um comportamento social vinculado à coragem, ao destemor, à independência e à iniciativa” (Machado, 1998, p. 253).

O homem deve ser validado por outros homens a partir de seu comportamento, e, por conta disso, certas atitudes, se não enfrentadas — como, por exemplo, uma ofensa — são vistas como covardia e associadas a características femininas. Essa associação fere a honra e a dignidade de um homem. Silva (2014) nos demonstra como essa masculinidade opera:

A masculinidade viril ou hegemônica requer que o homem não se mostre covarde, ou melhor, que se torne arrogante e imprudente; não leve desaforo para casa, respondendo qualquer agravo cometido contra ele com uma lição que imponha a sua autoridade;

deve ser cioso de sua honra e reputação; deve manter a aparência de estar fisicamente apto, inclusive sexualmente sempre disposto; não deve admitir desvio da ortodoxia heterossexual, em si ou mesmo nos outros; deve sempre exercer sua autoridade; e tem com seus bens um zelo possessivo, que se estende a todos aqueles a ele subordinados. [...] Além disso, preso às rígidas expectativas do modelo hegemônico de sucesso financeiro e físico, o homem persiste numa contínua insegurança, sem paz interior. (Silva, 2014, p. 2815).

Assim, percebemos que essa ideia de virilidade é internalizada pelos homens e pode ser compreendida tanto pela capacidade reprodutiva, sexual e social (bens materiais), como também pelo combate e exercício da violência. A virilidade, segundo Pierre Bourdieu (2017),

é um princípio indiscutível de todos os deveres para consigo mesmo, o motor ou móvel de tudo que ele *se deve*, isto é, que deve cumprir para estar agindo corretamente consigo mesmo, para permanecer digno, a seus próprios olhos, de uma certa ideia de homem” (Bourdieu, 2017, p. 73).

Um homem viril, que se defende e protege sua autoridade, não tolera desaforos e está sempre pronto para reagir. Como Silva (2014) nos mostra, homens que tomam atitudes consideradas perigosas, seja em situações de risco de vida ou ao enfrentar outros homens, são vistos como valentes nas narrativas orais. Contudo, essa valentia traz consequências, como é evidenciado neste trecho de uma entrevista:

Frederico: A onde tinha os briguento nós não ia. Nós evitava, nós não ia. Mas aí tinha gente briguenta, ali brigava cobra cum cobra (risos)
Entrevistadora: então era meio geral, tinha que tomar cuidado.
Mariana: Primeiro nós caçamos, os valentes tão tudo pra lá da Coamo, no cemitério. (Frederico. Mariana, 2023).

A virilidade, então, seria uma forma de ser e estar no mundo, e, como apontado acima, gerava uma grande consequência: a morte. A virilidade está atrelada à violência, que era a forma de resolução de conflitos utilizada pelos homens (March, 2015, p. 88). Como aponta Julia, “a violência não leva a lugar nenhum, mas na época eles entendiam que levava, né? Então, eles eram muito... como é que diz? Ignorantes, assim que a gente fala”.

Nas análises dos processos criminais e nas entrevistas orais, percebemos, a partir dos testemunhos, que grande parte das violências era uma forma de reaver situações em que as pessoas se sentiam prejudicadas, seja por uma simples ofensa, roubo, disputa de terras ou até mesmo uma ofensa sofrida pessoalmente ou por parentes e amigos próximos.

Kety Carla de March (2015), em análise sobre os processos criminais de violência entre homens nas cidades de Guarapuava e Curitiba durante a década de 1950, aponta que “a violência [...] fazia parte da normalidade da vida cotidiana como elemento de regulação” (March, 2015, p. 24). Visto que Palmital era um espaço em formação, sem uma presença maciça de órgãos responsáveis pelo

controle e segurança de acordo com as leis nacionais, as populações criavam suas próprias formas de organização e respeito mútuo. Se as cidades de Guarapuava e Curitiba, que March (2015) analisa no período de 1950, já contavam com uma certa presença do Estado, e mesmo assim as pessoas regulavam seu cotidiano a partir da violência, imagine em um espaço com essa presença estatal fragilizada, como Palmital.

É importante ressaltar que, embora existam esses padrões de comportamento esperados tanto de homens quanto de mulheres, isso não significa que todos agirão dessa maneira. Os indivíduos são plurais e constroem suas subjetividades, e por isso “não podemos conceber a existência de uma única forma de ser e estar no mundo a partir do gênero, até mesmo porque outros condicionantes sociais interferem diretamente nas vivências de gênero, como a classe social ou a etnia, por exemplo” (March, 2015, p. 57).

Assim, percebemos nos processos criminais a quebra desses papéis sociais tradicionais. Em dois casos criminais, duas mulheres foram classificadas como ré: uma por tentativa de homicídio contra outra mulher, e outra por ameaçar um grupo de homens, acusando-os de roubo de um caixão. Embora os casos de violência praticada por mulheres sejam muito menos expressivos do que os cometidos por homens, notamos um rompimento da ideia tanto de docilidade feminina quanto de submissão aos homens.

O primeiro caso que nos demonstra isso é o de tentativa de homicídio de Aparecida³⁶, de 16 anos, cometido por Marlene³⁷, de 23 anos, no Distrito de Altamira. Como apontado no processo criminal, as duas mulheres, antes do dia da violência consumada, já haviam tido uma discussão na beira de um riacho, onde lavavam suas roupas. Entre xingamentos e ofensas, no dia 2 de agosto de 1980, a ré, que levava uma faca “não com a intenção de ferir alguém, mas para tampar um buraco no tanque de madeira”, acabou desferindo um golpe na vítima, atingindo-lhe o braço. Com este processo, percebemos que a violência não perpassa apenas os homens da cidade de Palmital; as mulheres também, quando ofendidas, recorrem a atos violentos em defesa de sua “moral”, pois, no processo, a vítima havia chamado a ré de “biscate”. Além disso, o caso nos revela outro espaço de violência, já que o conflito ocorreu à beira de um riacho, um local aparentemente frequentado por várias mulheres para lavar roupas.

O segundo processo criminal³⁸, de 1975, que também evidencia esse rompimento de padrões de comportamento esperados das mulheres, é o caso em que, após o furto de um caixão que estava sobre a caminhonete do marido, Romilda, de 53 anos, decide procurar o suposto ladrão. Como o marido chegou bêbado em casa, ela, junto com sua filha Bárbara, foi até o bar anexado ao Hotel

³⁶ Os nomes foram substituídos por pseudônimos.

³⁷ COMARCA DE PALMITAL. Processo crime nº 146. Nº da caixa 141-152. 1980.

³⁸ COMARCA DE PALMITAL. Processo crime nº 85.. Nº da caixa 81-89. 1975.

Brasil, na cidade de Palmital, portando um revólver que “foi exibido acintosamente”, causando tumulto no local. Vejamos um dos primeiros testemunhos do processo, dado pelo senhor Rodrigo:

No dia vinte e oito de abril último, quando o declarante estava no Bar Junto ao Hotel Brasil, nesta cidade, por volta das dezenove horas, chegou no dito Bar o indivíduo Jaime [esposo de Romilda], o qual em visível estado de embriaguez alcoólica e armado de revólver, passou a expressar-se da seguinte maneira: EU VOU LEVAR O CAIXÃO DO CRUZ E SE ALGUÉM SE ATRAVESSAR NA FRENTE, EU PASSO FOGO; AQUI NO PALMITAL E PITANGA TEM DUAS CABEÇAS QUE PRECISAM SER CORTADAS, UMA NESTA CIDADE E OUTRA EM PITANGA; que, o Jaime disse ainda que **esta cidade está infestada de pistoleiros**; que logo em seguida Jaime. foi embora; que minutos depois chegou naquele bar a Sra. Romilda, mulher de Jaime. a qual também armada de revólver, passou a perguntar para os presentes, quem teria furtado o caixão fúnebre, que estava em cima da pick-up de seu marido; que a mulher implicou com Geraldo, acusando que foi ele o autor do furto, ao que ele negou, pois estava ali tomando vinho junto com Jaime e nem sabia se tinham furtado algum caixão fúnebre.(Grifos nossos).

Em seguida, temos a declaração feita por Romilda, considerada ré, durante o interrogatório:

No dia vinte e oito de abril passado, a interrogada estava encarregada de mandar fazer o caixão fúnebre para Afonso, e leva-lo até a sua residência; que, depois de feito o dito caixão, o marido da interrogada foi busca-lo na fábrica e depois de te-lo na sua pick-up, parou num bar e começou a beber pinga em companhia de Geraldo; Antenor; Rodrigo e outros; que, enquanto o marido da interrogada bebia, alguém furtou o dito caixão de sobre a pick-up; que, quando o marido da interrogada chegou em casa, caindo de bêbado, não tinha mais o caixão no seu veículo; que, diante disso, a interrogada passou a mão em um revólver e foi até o dito Bar onde seu marido havia bebido e logo passou a interrogar Geraldo, para saber quem havia furtado o caixão de sobre o veículo; que, houve um princípio de tumulto no interior do referido bar, tendo inclusive, um tal de Antenor sacado seu revólver e ameaçado a filha da interrogada Barbara, a qual estava em companhia da interrogada; perguntada pela autoridade se lembra-se que quando conversava com o Delegado, **disse que se alguém atravessar-se na estrada ela atravessaria de bala**, a interrogada respondeu que não disse isto e sim, que passaria por cima com o veículo mas não lembra de ter dito que atirava de bala; perguntada pela autoridade quem seriam os pistoleiros abordados por ela, respondeu que o tal de Antenor, que inclusive ameaçou sua filha, não negou ao ser chamado de pistoleiro; que, Geraldo, é outro elemento que está sempre armado com dois revólveres e está sempre a par de todos os acontecimentos; perguntada se é naturalizada no Brasil, disse que não.

Neste processo criminal, podemos perceber dois fatores. O primeiro é a atitude de Romilda ao ir até o bar por se sentir prejudicada pelo furto do caixão. Ela, uma mulher, ultrapassa o ambiente doméstico e vai a um bar, um local considerado masculino. Na tentativa de resolver o furto, Romilda ainda leva consigo uma arma e ameaça os homens que estavam na companhia de seu marido, sendo descrita em outros testemunhos como uma “Alemoa brava”. Essa expressão, atribuída a ela por sua atitude de enfrentamento dos homens e pelo uso de uma arma de fogo para intimidação, parece ter sido uma consequência de sua transgressão dos papéis femininos esperados para a época. O uso de sua

nacionalidade de origem para caracterizar tal comportamento sugere que sua ação de recorrer à violência para resolver conflitos não se encaixava nos padrões tradicionais de gênero da localidade.

Além dessa questão de gênero, o processo também revela a presença das armas de fogo nos meios de sociabilidade, bem como a recorrência das narrativas sobre pistoleiros na cidade, que permeiam tanto as histórias orais quanto as produções midiáticas da região. As pessoas ameaçadas por Romilda, descritas como “pistoleiros”, são figuras recorrentes nos processos criminais analisados. Ora aparecem como réus, ora como testemunhas ou vítimas, mas sua presença é constante, sendo também mencionadas em entrevistas orais.

Sobre esse processo, vale destacar parte do testemunho de Antenor, que também é considerado réu:

[...] Perguntado pela autoridade se é verdade que ameaçara a filha de Dona Romilda, o declarante disse que de fato estava com seu revólver na cintura, mas não ameaçou ninguém; que, a filha de Jaime, de nome Barbara, foi quem disse para o declarante que dentro de uns dias ele, o declarante, estaria embaixo da terra e talvez o caixão furtado até viesse servir-lhe para o sepultamento [...]

Comparados com os outros testemunhos do mesmo processo, podemos perceber o jogo discursivo existente, em que cada um quer vender a sua verdade sobre o fato ocorrido. São falas que passam por construções de verdades a partir de valores e visões de mundo dos personagens; discursos construídos com base em interesses de se mostrar inocente, acusar outras pessoas e, também, justificar tais atitudes.

E, por mais que o processo-crime seja uma fonte que visa julgar culpados e inocentes, o nosso papel aqui não é esse, mas sim “ouvir” o que essas pessoas falaram sobre os fatos de sua época, e, por meio deles, construir possíveis análises desse passado, ao qual só temos acesso por esses recursos. Gringberg (2009), por exemplo, coloca que “por maior que seja a tentação, é importante lembrar, sempre, que nós não somos os detetives. Ou melhor, somos um tipo diferente de detetive, cujo objetivo não é descobrir o culpado de um crime. Nossa tarefa é outra” (Gringberg, 2009, p. 128).

Assim, mesmo que um fato seja apontado em diferentes versões em seus testemunhos, por meio deles podemos compreender o cotidiano das pessoas ali existentes, trabalhando, como aponta Gringberg (2009), com a verossimilhança desses discursos, pois “saber o que é e o que não é plausível em uma determinada sociedade nos leva a compreendê-la melhor” (Gringberg, 2009, p. 128). Sidney Chalhoub (2001), a partir dos processos criminais, também se preocupa com essas divergências que ocorrem nos testemunhos dessas fontes. Em seus trabalhos, ele busca trazer compreensões de temas como histórias de amor, brigas em botequins e conflitos entre pessoas de etnias e nacionalidades diferentes. Em seu trabalho, utilizando os processos criminais, ele percebeu que:

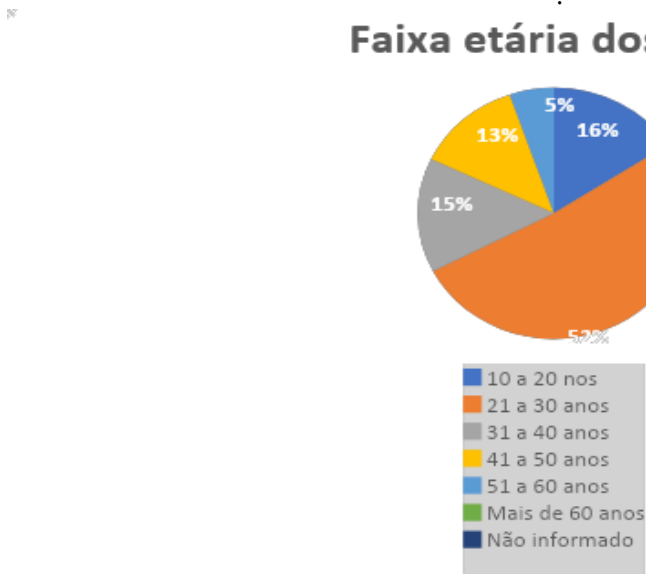
Ler processos criminais não significa partir em busca ´do que realmente se passou` porque esta seria uma expectativa inocente – da mesma forma como é pura inocência objetar à utilização dos processos criminais porque eles ´mentem`. O importante é estar atento às ´coisas` que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência (Chalhoub, 2001 p. 40-41).

A partir de sua metodologia e apontamentos sobre os processos criminais, compreendemos que nossas leituras não devem ficar apenas atentas ao acontecimento principal, mas sim ler “nas entrelinhas”, prestando atenção às versões, já que elas são construídas a partir de personagens que possuem solidariedade entre si, laços de afinidade ou de conflitos sociais. Assim, as informações contidas nos processos nos fornecem pistas para a compreensão da sociedade em vários aspectos sociais, culturais, políticos e até econômicos, abrangendo as relações familiares, de trabalho, amizade, vizinhança e inimizades. Essas repetições de relatos, sejam eles distintos ou deturpados, nos fornecem informações sobre os interesses daqueles sujeitos, bem como sobre as divergências naquele grupo social.

3.3 TIPIFICAÇÃO DOS RÉUS

Agora buscamos problematizar aqueles que, pelas suas sociabilidades, cultura e entendimento de si, acabam se transformando em seres que atravessam a violência: os homens e suas virilidades. Como foi apontado acima, os homens são maioria, tanto na condição de réus quanto de vítimas, na temporalidade delimitada. Por meio dos processos, buscamos fazer uma tipificação desses homens, sendo que o primeiro tópico que entendemos apresentar diz respeito à sua faixa etária:

Gráfico 3 – Faixa etária dos réus

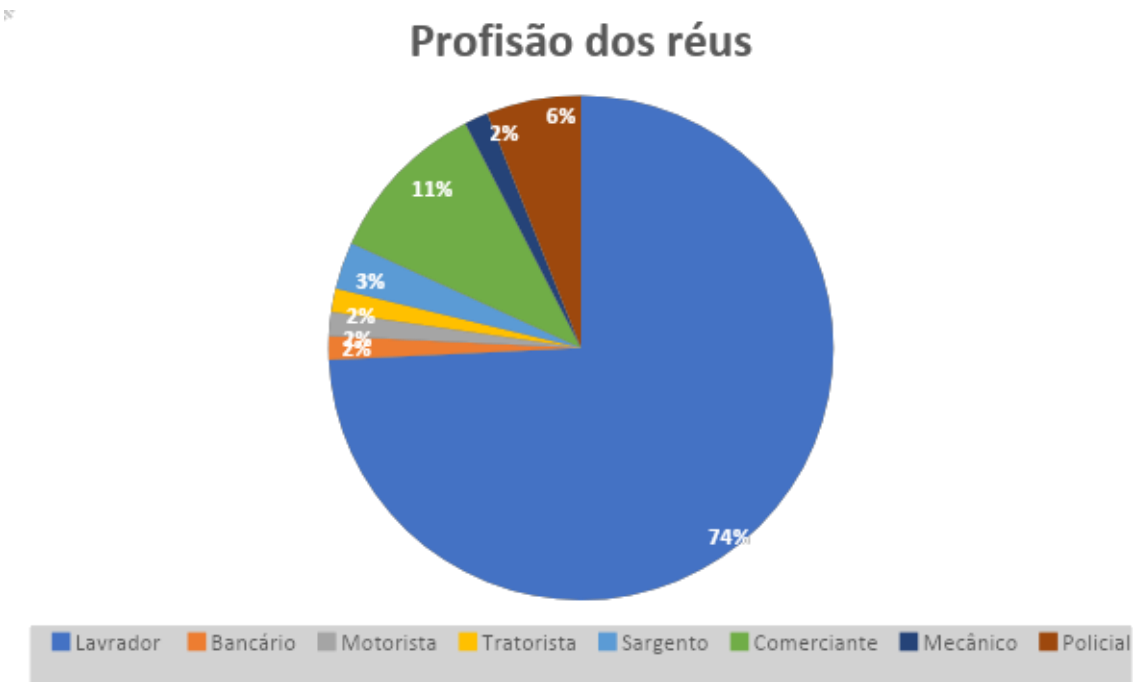


Fonte: Comarca de Palmital.

Elizabeth Lozada et al. apontam que, na década de 1980, a maioria das mortes por causas não naturais de homens no Brasil ocorria por conta de homicídios e acidentes de transporte. Em relação a esses homicídios, Lozada et al. (2009) destaca que “como em todos os estados, no Paraná, os homens de 15 a 49 anos estão mais expostos ao risco de morte por homicídios com armas de fogo” (Lozada et al., 2009, p. 259). O gráfico acima não nos indica a faixa etária das pessoas assassinadas, mas nos mostra as faixas etárias dos réus que, consequentemente, se utilizaram da violência física contra terceiros, tanto em casos de lesão corporal leve e grave quanto em homicídios.

Isso nos faz perceber uma semelhança de paridade entre réus e vítimas de homicídio na média do Paraná. Os homens na faixa etária de 21 a 30 anos são os que mais figuram como réus nos processos criminais de Palmital, totalizando 49 réus nessa faixa etária. Isso indica que, embora a violência seja utilizada por homens de diferentes idades, aqueles na faixa etária de 21 a 30 anos, considerados jovens, têm maior tendência a recorrer a recursos de violência contra outros homens. Outro elemento que podemos extrair desses dados diz respeito às profissões dos réus:

Gráfico 4 – Profissão dos réus



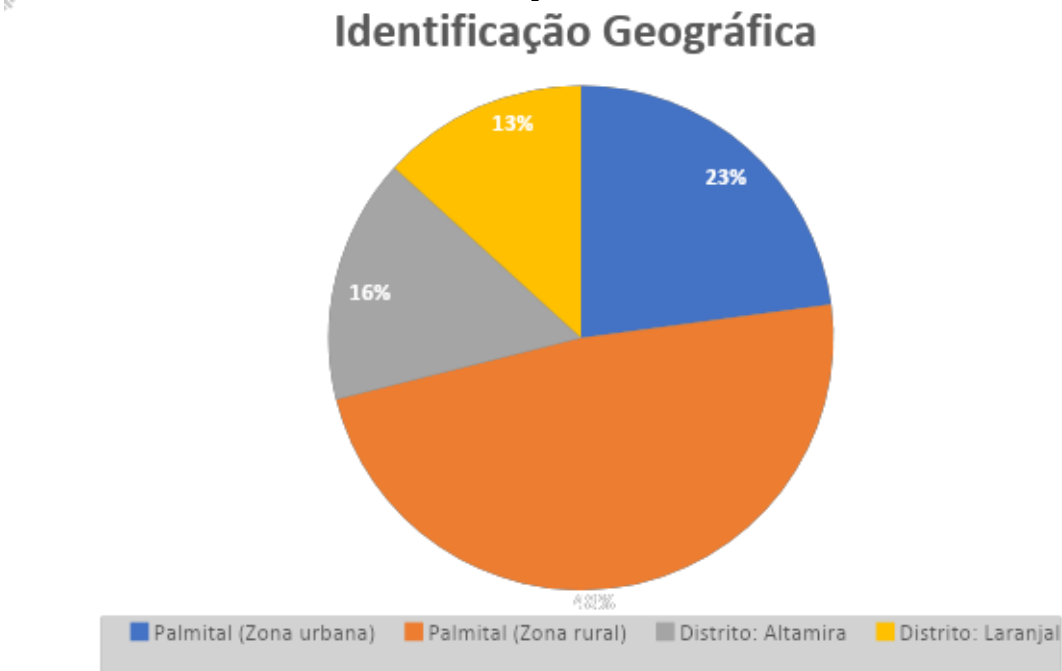
Fonte: Comarca de Palmital.

O gráfico acima mostra que a maioria dos réus nos processos criminais de 1960-1980 eram lavradores, o que reflete a realidade da cidade, onde grande parte dos moradores residia no campo. Não devemos, portanto, concluir que as populações rurais são mais “propensas” a cometer atos de violência contra seus semelhantes, mas sim que o campo concentrava a maior parte da população.

No gráfico abaixo, vemos a divisão dos locais onde ocorreram os conflitos que deram início aos processos criminais, com a cidade de Palmital classificando as ocorrências entre zona urbana e

zona rural, além dos distritos de Laranjal e Altamira. Os processos criminais indicam que, embora houvesse patrulhas policiais nesses locais, também havia inspetores encarregados de manter a ordem.

Gráfico 5 - Identificação geográfica de onde aconteciam os autos em Palmital de acordo com sua divisão política.



Fonte: Comarca de Palmital.

No período estipulado (1960-1980), é possível observar que a área rural de Palmital concentrava grande parte da população, o que se reflete nos casos de violência registrados no campo, onde encontramos maior incidência nas fontes.

3.4 AS SOCIABILIDADES CONFLITUOSAS

Como mencionado acima, a área rural predominava nos casos de violência na cidade de Palmital. Nossas análises agora se voltam para outro objeto de estudo: os locais onde ocorreram as desavenças registradas nos processos criminais. A partir da identificação desses espaços, pretendemos entender como as sociabilidades em determinados lugares poderiam facilitar tais conflitos.

Durante o período analisado, Palmital apresentava características de uma cultura camponesa, no que diz respeito à produção e aos modos de vida. Seguindo a definição de Antonio Candido (2010), compreendemos que as sociabilidades são um “agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas” (Candido, 2010, p. 62). Essas relações de sociabilidade descritas por Candido (2010) aparecem tanto nas narrativas orais quanto nos processos criminais, que indicam

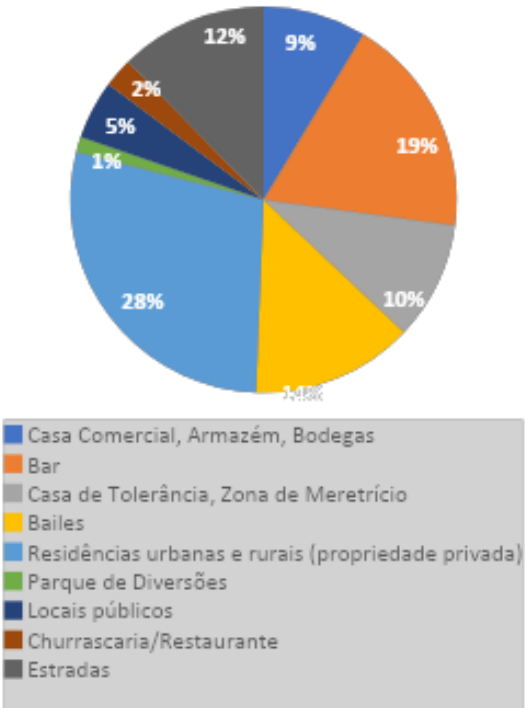
que os conflitos geralmente ocorriam em locais de trabalho, como mutirões, em estabelecimentos comerciais, como armazéns, e em eventos sociais, como festas religiosas e bailes.

Maria Alexandre Lousada (1999) afirma que os espaços de sociabilidade podem variar ao longo do tempo, pois existe uma “geografia das sociabilidades” em que determinados locais são frequentados durante a semana e outros, nos fins de semana, conforme os interesses e usos dos grupos sociais, levando em conta aspectos como gênero e faixa etária. Além disso, os mesmos espaços, em horários diferentes, também poderiam ser utilizados de diferentes formas (Lousada, 1999, p. 538).

Pensando nessas sociabilidades que mudam conforme o tempo e o espaço, buscamos compreender as interações sociais nos locais identificados nos processos criminais, pois eles nos permitem perceber as relações que os homens estabelecem em seu meio social. A partir dessas fontes, podemos analisar como a violência se manifestava em determinados contextos.

Nas narrativas orais, os locais de sociabilidade que frequentemente terminavam em cenários conturbados eram bares e bailes, apontados pelos entrevistados como lugares a serem evitados devido à recorrência de situações violentas. Abaixo, apresentamos o gráfico que mostra os locais onde os conflitos ocorreram, dando origem aos processos de acusação:

Gráfico 6 - Locais das ocorrências.
Locais das ocorrências



Fonte: Comarca de Palmital.

Nos processos criminais de Palmital, os locais que mais aparecem como cenários de conflitos são propriedades privadas, principalmente moradias. Embora não tenha sido feita uma distinção entre moradias urbanas e rurais, a maioria dos conflitos ocorre no campo, envolvendo tanto moradores

dessas casas quanto pessoas de fora. Essas violências em propriedades privadas são motivadas por diversas causas, como um marido que, desconfiado de traição por parte da esposa, acaba atirando nela e no suposto amante³⁹; ou um caso de feminicídio, em que a esposa, ao se recusar a preparar um chimarrão para o marido, é assassinada a facadas⁴⁰.

Embora esses espaços sejam vistos como locais de relações familiares, os conflitos podem ser desencadeados por diferentes motivos, como discussões sobre dívidas, danos em plantações e roubos, levando os homens a resolverem os desentendimentos por meio de violência física. Quando essas violências ocorrem no ambiente familiar, como nas residências, as mulheres ora são vítimas, ora atuam como testemunhas, pois a maioria dos acontecimentos registrados nos autos ocorre em locais considerados “masculinos”, e, conseqüentemente, os homens são a maioria entre os que prestam testemunhos⁴¹.

Outro local de sociabilidade que apresenta dados significativos no gráfico são os bares. Esses espaços eram predominantemente masculinos, funcionando como pontos de encontro para conversas informais, mas também onde certos assuntos eram resolvidos. Nos bares, consumia-se bebidas alcoólicas, como cerveja e aguardente, um hábito que se estendia além desses estabelecimentos, ocorrendo também em bailes e moradias.

Os bares eram locais de convivência entre homens, que ali realizavam jogos e disputas. Antônio Candido (2010) aponta que o consumo de álcool, especialmente aguardente, era “amplo e generalizado” entre os paulistas, que tinham uma cultura caipira no interior. Esse consumo é comparado por ele ao do café e é frequentemente mencionado tanto nas entrevistas orais quanto nos processos criminais de Palmital. Candido (2010) ressalta que:

Toda casa tem a sua garrafa, para pequenos goles dos adultos, para fricções nas crianças, para cordiais de uns e outros, em caso de resfriado, friagem, doença. Além desse consumo doméstico - pelo qual se equipara de certo modo ao café e aos tônicos - há o consumo público nas festas e nas vendas. Todos passam mais ou menos do limite aos sábados, quando vão a elas, ou à vila, fazer compras. Os ébrios contumazes abundam, e as mulheres nem sempre dão exemplo de sobriedade. [...] E pode-se verificar, aos sábados e domingos, não apenas que os lavradores voltam pela estrada bastante bêbados, mas que nas ruas da vila a partir das 20 ou 21 horas predominam as pessoas alcoolizadas (Candido, 2010 p. 155).

Percebemos que o consumo de bebidas alcoólicas ocorre tanto no âmbito doméstico, em relação aos cuidados com a saúde, quanto como uma oferta cordial àqueles que visitam a casa. Como foi mencionado anteriormente, a maior quantidade de cenas conflituosas nos processos criminais ocorre em ambientes domésticos e nas roças, onde a presença de bebidas alcoólicas é constante. Isso

³⁹ COMARCA DE PALMITAL. Processo crime nº 44. Caixa 42 à 51. 1974.

⁴⁰ COMARCA DE PALMITAL. Processo crime nº 20. Caixa 18 a 25. 1975.

⁴¹ Nas zonas de meretrício, as mulheres também aparecem como testemunhas nos processos criminais, tanto em casos de violência sofrida por outras mulheres quanto em desentendimentos entre os homens que frequentavam esses locais.

se dá tanto nas visitas, em que a bebida é oferecida, quanto ao fim do expediente no campo, quando os homens se reúnem para descansar e ingerir bebidas alcoólicas. Abaixo, apresentamos um gráfico que relaciona réus e vítimas, com a descrição do consumo de bebidas alcoólicas nos processos criminais:



Fonte: Comarca de Palmital.

Essas informações foram retiradas tanto dos inquéritos policiais quanto dos relatórios dos delegados, os quais ainda podem conter processos criminais que não abordam diretamente essa questão. No entanto, é possível que os indivíduos, sejam réus ou vítimas, tenham consumido bebidas alcoólicas, mesmo que isso não esteja registrado nas descrições feitas pelos agentes da lei nos processos criminais, mas que seja relatado por algumas testemunhas. Conforme apontado, em 53% dos processos criminais há a incidência de consumo de álcool, principalmente em bares, residências, roças, bailes e zonas de meretrício. Percebemos que esse consumo fazia parte das sociabilidades de Palmital e, conseqüentemente, por intensificar os sentidos, facilitava atitudes violentas contra terceiros.

Além disso, o consumo de álcool era uma prática predominantemente masculina. Relacionamos isso a um dos atributos e comportamentos esperados dos homens, conforme o papel que deveriam desempenhar na sociedade. Ana Lúcia Gonçalves Rosa (2003), em seu estudo sobre alcoolismo e violência no Recife no período de 1920 a 1930, com base em recortes de jornais, mostra que, nas agressões masculinas em que não havia uma explicação racional para o ato, a violência era vista como um meio pelo qual os homens afirmavam e reafirmavam suas masculinidades. O intuito desses conflitos era demonstrar maior força, virilidade e superioridade em relação a outros homens e

adversários. A bebida, especialmente a cachaça, intensificava essas competições, pois funcionava como um estimulante para confrontos, afetando o juízo e aumentando a coragem para enfrentar outros homens (Rosa, 2003, p. 58).

Vemos, por exemplo, essa situação no processo crime⁴² nº 42, onde, em um baile em comemoração a um casamento, ocorre um tiroteio no dia 12 de outubro de 1975. O início do conflito se dá porque Edmundo convida Carol para dançar, mas a mulher, que já havia dançado com ele, aceita dançar com outro homem no mesmo instante, dando-lhe uma “taboa”. Por conta dessa recusa, Edmundo vai até o esposo de Carol tirar satisfações, dizendo ainda que iria “meter a faca”. O marido, Valdir, responde que não seria possível a esposa dançar com dois homens ao mesmo tempo. Por conta disso, chegam os tios de Edmundo e obrigam a mulher a dançar à força com o sobrinho, que era menor de idade. Esse fato desencadearia uma discussão e, a partir dela, forma-se “um verdadeiro tiroteio”, nas palavras de Valdir.

[...] Valdir dissera para os irmãos [tios de Edmundo] que sua mulher não podia dançar com dois homens ao mesmo tempo [...] que, nesse instante, Silvo. e Paulo [tios de Edmundo] começaram a detonar suas armas contra Valdir; que naquele instante foi uma correria tremenda, todos pulando as janelas para fora, enquanto formou-se um verdadeiro tiroteio dentro da casa do declarante que resultou em quatro feridos.

No inquérito policial, quem teria iniciado os tiros foi Joaquim, cunhado da mulher que recusou a dança. No momento da discussão entre seu irmão e os tios de Edmundo, Silvio e Paulo, o primeiro teria dado uma coronhada na cabeça de Joaquim, que, em busca de se defender, atirou contra os tios de Edmundo, que revidaram, também atirando. O que podemos refletir a partir desse processo é como um simples acontecimento poderia se transformar em uma cena digna de um faroeste, devido à sensação de autoridade quebrada. A mulher recusa uma dança, e seu marido, em vez de “resolver” a atitude dela, defende-a, contrastando com o que se esperava das mulheres na época, que era a submissão aos homens.

Por conta da frustração de um homem e da postura de seus tios, que defendem a “honra” humilhada pela recusa, surge uma discussão com outros homens, levando a uma disputa para ver quem é “melhor” ou mais “viril”, como aponta Rosa (2003). Isso resulta em um tiroteio no qual três homens armados se enfrentam.

Outro local de sociabilidade onde também ocorriam tumultos e confusões frequentes eram as casas de meretrício. Esses espaços eram locais onde os homens se reuniam para beber, jogar, satisfazer seus desejos sexuais e até mesmo “vender revólveres⁴³”. As casas de meretrício, frequentadas especialmente por homens, eram, segundo March (2015), lugares onde “lá poderiam pôr à prova suas

⁴² COMARCA DE PALMITAL. Processo crime nº 42. Caixa 42 à 51. 1975.

⁴³ Há um processo crime em que na demonstração de um revólver, o réu acaba atirando sem querer e acertando uma das mulheres presentes.

masculinidades⁴⁴”. Frequentadas principalmente à noite e com a presença de bebidas alcoólicas, essas casas eram descritas, nas entrevistas orais, como locais “perigosos” devido à alta incidência de confusões.

Um desses muitos casos de confusão nesse ambiente envolveu a morte de um sargento da polícia, conforme consta no inquérito do processo criminal⁴⁵:

No dia 8 de setembro do corrente ano [1973], mais o menos às 22,15 hrs., encontrava-se fazendo patrulha, na zona de meretrício da cidade de Palmital, n/Comarca, a vítima 2ª Sargento da P. M. E., Joca, acompanhado dos soldados Miguel. e Ari e como já tivesse procedido a revista em algumas pessoas que se encontravam na sala da casa de tolerância de Heloisa, dirigiam-se ao corredor que dá para os quartos, oportunidade em que o denunciado Antenor, que já fora desarmado pela vítima dias antes, protegeu-se atrás de uma porta fazendo vários disparos com revólver calibre 38 produzindo na vítima 2ª Sargento Joca. os ferimentos descritos no Lauro de Exame Cadavérico de fls., que lhe ocasionaram a morte, tendo um dos projéteis atingido a Jair, produzindo-lhe os ferimentos descritos no Laudo de Exame Cadavérico de fls., os quais lhe ocasionaram a morte, evadindo-se a seguir o réu para lugar incerto e não sabido.

Conforme descrito, em uma única noite, um homem, utilizando uma arma de fogo, acaba causando a morte de duas pessoas: o sargento, que cumpria seu papel de segurança, e outro frequentador da casa de meretrício. O réu já havia tido problemas anteriores com o sargento, relacionados à apreensão de uma arma de fogo, o que reforça a tensão entre eles. Isso também evidencia que o local era patrulhado pela polícia, justamente porque situações como essa eram previsíveis.

Em seu testemunho, Cleusa, que estava no quarto com o réu no momento em que ele atirou no sargento, afirmou ter sido coagida a não gritar ou avisar os policiais. Ela ainda ressalta que o réu.

[...] Em outra ocasião, o criminoso, ameaçou a depoente de morte, tendo inclusive atirado na mesma; que, só não a matou, porque ela esquivou-se, tendo o projétil raspado o seu peito; que, na mesma ocasião, o criminoso fora desarmado pelos elementos da Polícia.

As mulheres que trabalhavam nessas zonas também eram vítimas de violência, algo que podemos considerar até corriqueiro. Um ponto interessante ao analisar processos criminais envolvendo crimes em casas de meretrício é que, nesses casos, as mulheres aparecem com mais frequência como testemunhas, ao contrário de outros ambientes, onde a maioria dos interrogados são homens. Um exemplo de violência contra mulheres nessas casas de prostituição é o processo criminal nº 139⁴⁶, no qual o réu Tadeu desferiu duas facadas na vítima, a mulher Lais. Nos testemunhos, é

⁴⁴ (March, 2015 p.37).

⁴⁵ COMARCA DE PALMITAL. Processo crime nº 38. Caixa 35 à 41. 1973.

⁴⁶ COMARCA DE PALMITAL. Processo criminal nº 139. Caixa 130 à 140. 1979.

descrito que, dias antes, o réu havia sido expulso da zona de baixo meretrício pelas mulheres que trabalhavam no local. Assim, quando Tadeu retornou ao mesmo lugar dias depois, ele descreve:

[...] Quando o declarante chegou na casa e entrou para dentro às mulheres começaram a rir, que o declarante percebeu que era por motivos de dias anteriores, terem empurrado para fora; que o declarante se sentia inraivado, puchou de uma faca que o declarante utilizava para cortar carne na churrascaria e foi para o lado da mulher, que a vários dias tentou lhe agredir, mas sem a intenção de lhe cortar; que a mulher ao se virar a faca veio a lhe ferir; que não sabe o lugar onde foi o ferimento; que ao ver que a mulher estava ferida, o declarante saiu correndo para fora e foi para o mato, logo depois dirigiu-se para a cidade de Pitanga, a pé.

Percebemos, pela narrativa do próprio réu, que ele se sentiu ofendido por ter sido expulso pelas mulheres da casa de meretrício. Esse sentimento de ofensa pode ser compreendido como uma ferida em sua condição de homem e em sua virilidade, já que ser expulso por mulheres foi uma experiência humilhante, agravada pelas risadas delas.

No gráfico que mostra as porcentagens dos locais onde os crimes ocorreram, as estradas também aparecem como um cenário frequente. Esses locais podem ter configurações e intenções diferentes. Muitos processos criminais indicam que as discussões começavam em outros ambientes, como bares, residências e casas de tolerância, e, ao saírem desses locais, os sujeitos se envolviam em cenas de violência física nas estradas. Os réus também se utilizavam de formas de espera, sabendo os rumos que seriam tomados pelas vítimas. Além dessa proximidade do conflito, alguns casos envolviam rixas antigas, e as estradas tornavam-se o local incerto para que essa "resolução de conflito" irrompesse, utilizando recursos de violência física e objetos para tal ato.

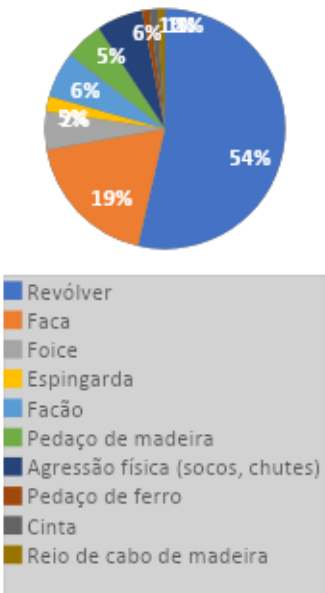
3.5 Os MEIOS DE VIOLÊNCIA

Como é possível perceber nas citações e descrições dos processos criminais, agora damos ênfase a outro elemento: os recursos utilizados pelos réus para ferir as vítimas.

Gráfico 8 - Recursos utilizados para ferir as vítimas.

7

Recursos utilizados para ferir as vítimas



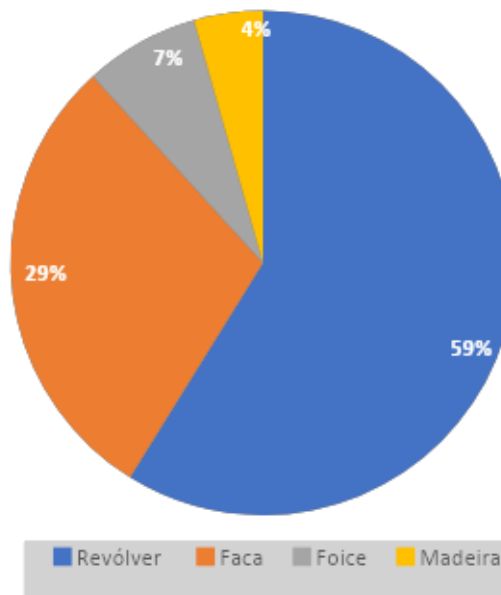
Fonte: Comarca de Palmital.

Até pelo tipo de arma ou forma de agressão, podemos compreender o contexto e as práticas culturais de Palmital. Algumas das armas utilizadas, como reio de cabo de madeira (chicote), foice e espingardas, são recursos usados por aqueles que residem em zonas rurais. Nos casos em que a foice foi utilizada, os réus estavam realizando serviços no campo e já portavam esses instrumentos cortantes, recorrendo a eles para ferir suas vítimas após um desentendimento.

O uso de revólveres, como os de calibre 38 e 32, era o recurso mais comum, podendo ser considerado a arma “preferida” dos réus, com uma porcentagem superior à metade dos casos. Nas narrativas orais, o porte de armas em cenas cotidianas era algo normal em Palmital, e os processos criminais confirmam essa prática, com muitos relatos de tiroteios, nos quais dois ou mais homens se enfrentavam e trocavam tiros simultaneamente. Para Boris (1984), “os instrumentos utilizados na prática do homicídio são indicativos dos padrões da atividade cultural de determinada sociedade, assim como da maior ou menor ‘democratização’ do porte de armas, sobretudo das armas de fogo” (Boris, 1984, p. 95). Podemos então considerar que havia uma certa “democratização” no acesso da comunidade de Palmital a armas de fogo.

A utilização de facas também é significativa nos processos criminais. No caso dos homens, elas eram escondidas dentro de botas e cintos, sendo um recurso de fácil manuseio e bastante utilizado. Mesmo armados com revólveres, muitos réus também portavam canivetes e facas. Abaixo vemos o gráfico que aponta as armas utilizadas em homicídios nos processos de Palmital.

Gráfico 9 - Causa das mortes das vítimas.
Causas da morte das vítimas



Fonte: Comarca de Palmital.

O revólver, mais uma vez, aparece com uma expressiva porcentagem de mortes a ele atribuídas, dado seu alto poder letal. Dessa forma, podemos refletir que o acesso a essa arma de fogo era facilitado, sem grandes restrições, para aqueles que possuíam os recursos necessários para adquiri-la. Retomamos, assim, a narrativa de um entrevistado, que afirmou ser esse um instrumento “custoso”. O uso de armas no dia a dia, como aponta March (2015), “poderiam funcionar como espelho da masculinidade/virilidade de quem as carregava” (March, 2015, p. 25). Tal prática era comum e até mesmo cultural na cidade, pois nunca se sabia quando um homem seria ofendido. Por conta disso, andar armado “não facilitaria o outro”; dessa forma, os homens sentiam-se confiantes e preparados para esses confrontos.

Muitos processos criminais indicam que as cenas de violência ocorriam devido a “explosões súbitas”, tanto por parte dos réus quanto das vítimas, resultando, em alguns casos, em desfechos fatais. Os motivos para agir com violência e matar a vítima não eram, em geral, premeditados. Nesse contexto de relação entre vítima e agressor, Boris (1984) observa que “os criminologistas têm salientado que os acusados de homicídio dirigem em regra seu ato contra pessoas a quem conhecem (parentes, amigos, vizinhos etc.)” (Boris, 1984, p. 97), sendo uma pequena porcentagem de homicídios cometidos contra desconhecidos, geralmente motivados por uma explosão súbita de violência.

Embora nossos dados não tenham sido quantificados especificamente em relação ao grau de conhecimento entre réus e vítimas, a maioria dos processos criminais analisados sugere que eles se conheciam. Há inúmeros casos de violência entre amigos, irmãos, parentes, vizinhos e pessoas da mesma comunidade. É justamente essa proximidade que faz com que muitos crimes de morte ou agressão tenham como pano de fundo a vingança. Um exemplo dessa situação é o caso de João,

acusado de assassinar Jorge com uma foice. No interrogatório, o réu revelou o motivo que o levou a cometer o crime:

“aproximadamente há seis meses atrás afirma o interrogado que por motivos de embriaguez, houve uma briga entre o interrogado e a pessoa de Jorge, no bar e armazém de propriedade do Sr. Cornélio em Laranjal, resultando desta briga, ferimentos por golpes de faca a pessoa do interrogado o que afirma que foi atacado pelo agressor Jorge que se utilizando de uma faca desferiu três golpe de faca no interrogado; Que os fatos foram levados ao conhecimento da autoridade e foi aberto inquérito por esta Delegacia de Polícia contra o indiciado Jorge; Que o interrogado pensando de que Jorge, nunca seria ezeutado pelo crime que havia cometido contra sua pessoa, achou por bem vingar-se no ato em que avistou com este pela primeira vez após a briga [...]”(grifo nosso).

O ataque realizado pela vítima, que atingiu o réu com uma faca, também ocorreu no mesmo estabelecimento comercial, como apontado por duas testemunhas. Percebemos, por essa justificativa do réu, como a vingança opera: sentindo-se prejudicado pela vítima, ele decide, por conta própria, puni-la pelo mal que lhe foi causado. Assim, a vingança pode variar em intensidade, chegando a casos extremos como este. Outro ponto a ser destacado é que a vingança pode ser realizada por terceiros, e não necessariamente pelas pessoas diretamente prejudicadas. Há exemplos de parentes vingando-se pela morte ou ofensas sofridas por membros da família, bem como amigos. O ressentimento é guardado contra aqueles que, de alguma forma, causaram algum tipo de mal — seja de ordem física, econômica, ou por palavras — despertando, conseqüentemente, nesses homens um desejo de justiça própria, como no caso acima.

Conforme nosso gráfico, o terceiro local que mais aparece como cenário de conflitos são os bailes, onde o consumo de álcool também era expressivo. Nos processos criminais analisados, esses bailes ocorriam tanto em locais públicos, como festas de igrejas e da cidade, quanto em eventos privados, como comemorações após mutirões de trabalho, por exemplo.

Um dos primeiros processos criminais a que tivemos acesso contém informações riquíssimas sobre as sociabilidades de Palmital, pois nos permite visualizar as principais questões ressaltadas como eixos de relações conflituosas no município. A partir dele, vemos questões relacionadas aos conflitos de terra, ao uso de armas de fogo, aos locais onde os autos ocorriam — como bares, casas de tolerância e estradas — além de destacar a presença de sujeitos tidos como pistoleiros e a hostilidade em relação a pessoas que ocupavam cargos como policiais e delegados. Vejamos o inquérito policial deste processo criminal⁴⁷:

No dia 16 de maio do ano de 1975, aproximadamente às 20 horas, em Palmital, nesta Comarca, os irmãos Mário e Carlos e mais Leandro e Fábio; todos armados de revólveres que portavam ilegalmente, foram até uma casa de tolerância local que é

⁴⁷ COMARCA DE PALMITAL. Processo crime nº 02. Caixa 01 a 10. 1975.

habitada por muitas mulheres e começaram a fazer desordens, e, sacando de suas armas passaram a disparar tiros em seu interior ao mesmo tempo que diziam, a cada disparo, que estes se destinavam ao Prefeito, ao Delegado, e, à vítima Rogério diziam que “estava na mira de seus revólveres” e que “sua vida estava nos canos de seus revólveres”.

Logo após os denunciados forçarem e obrigaram as vítimas Gabriela; Maria; Eloisa; Emília. e Clara, mediante graves ameaças de morte e violências a acompanhá-los até um bar da cidade.

Como podemos ver, o início da confusão ocorreu na casa de tolerância, onde, segundo as testemunhas, os homens atiravam com seus revólveres e ainda aguardavam a chegada do delegado e de um certo sargento no estabelecimento. Em seguida, eles obrigaram as mulheres que residiam na casa de tolerância a acompanhá-los até um bar da cidade, onde iriam tomar uns “aperitivos”. Lá, segundo os testemunhos, após beberem as cervejas e esvaziarem os copos, “colocavam os copos na ponta do cano do revólver e os faziam girar”, continuando a atirar com seus revólveres pelo bar. Quando esses homens decidem ir embora e levar as mulheres de volta à casa de tolerância, o carro em que estavam é alvejado por tiros. Eles, então, decidem deixar as mulheres “até uma certa altura”, para que elas retornassem à casa a pé.

Nos autos de qualificação e interrogatórios, os réus, como aponta o relatório do delegado, omitem certas informações, como a quantidade de armas e a quantidade de tiros que dispararam nos estabelecimentos comerciais. Em suas narrativas, contam que foram avisados para “se cuidarem, pois os pistoleiros estavam se reunindo”, e decidem, portanto, ir embora. No entanto, ao se aproximarem da antiga delegacia, a pick-up em que estavam é atingida por vários tiros. Quando questionados sobre quem seriam os autores dos disparos, os réus apontam certos homens, caracterizando-os como pistoleiros.

Um ponto que devemos destacar é que, enquanto os réus estavam no bar e na casa de tolerância, eles, conforme as testemunhas, diziam que algumas pessoas estariam “na ponta de seus revólveres”. Por essas falas, uma das pessoas, sentindo-se ameaçada, abre um requerimento no mesmo processo, pedindo para “elucidar os fatos e responsabilizar os desordeiros na forma da lei”. Quem faz o requerimento é Rogério, a mesma pessoa que os réus teriam apontado como um dos responsáveis pelos tiros no veículo em que estavam com as mulheres. No requerimento, Rogério descreve que:

Desde há muito tempo vem sendo perseguido pelos intitulados posseiros, [...] por motivos do requerente estar ligado aos representantes da CODAL; Que, agora, com a morte [do pai dos réus] seus filhos continuam com o mesmo propósito, ameaçando e prometendo matar o requerente.

Novamente, a questão da terra e a violência permeiam as narrativas dos processos criminais. Conflitos entre posseiros e pessoas ligadas a empresas colonizadoras, como a CODAL, resultam em ameaças, perseguições e medo para os envolvidos.

A partir dos processos criminais, podemos perceber alguns padrões da criminalidade na cidade de Palmital, focando nossa análise nos casos de ameaça, violência física e homicídios. Esses padrões coincidem com as narrativas fornecidas pelos entrevistados, que mencionam as violências do dia a dia, como brigas de bar ou em festas, o consumo banalizado de álcool, o porte de armas de fogo e os homicídios causados por essas armas. As razões para essas violências são diversas, incluindo questões de terra, furto, ameaças, desentendimentos e disputas envolvendo mulheres. Embora sejam violências que podemos considerar comuns, ainda assim há a criação do estereótipo de Palmital como “a mais perigosa”.

Os processos criminais nos revelaram a realidade dessas violências, a regularidade dos discursos envolvendo sujeitos tidos como pistoleiros, e uma violência, de certa forma, banalizada. Assim, por meio da análise desse conjunto de fontes, foi possível lançar luz sobre esse passado da cidade — um passado recente, mas também imaginativo, no qual se misturam narrativas e memórias selecionadas sobre Palmital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, examinamos como a cidade de Palmital é representada, já que sobre ela permeia um imaginário social de um local violento, terra de pistoleiros e gente “brava”. Levando em conta nossas vivências do dia a dia, percebemos como esse passado “perigoso” é naturalizado por seus moradores e, até mesmo, considerado uma forma de identidade. Por isso, tornou-se necessário problematizar esse passado, que ainda está fortemente presente no imaginário coletivo da cidade até hoje.

A partir das narrativas orais, podemos perceber como surgem comentários em relação aos estereótipos que a cidade de Palmital carrega. Em nenhum momento esse passado violento foi negado, mas, sim, afirmado em quase todas as entrevistas, de forma espontânea. Isso nos revelou uma certa repetição dos mesmos temas, das mesmas causas de conflitos e das mesmas formas de narrar, uma repetição de discursos que identificamos como parte do imaginário social sobre a cidade.

Mas não devemos considerar que apenas as narrativas orais constroem essas memórias, ou melhor, apenas selecionam essas memórias sobre a cidade. As mídias sociais são um outro tipo de recurso que materializa a base discursiva e imagética sobre a cidade. Elas publicam na internet aqueles mesmos comentários que são descritos pelas pessoas que vivenciaram essas cenas de confusão e violência, mas os transformam em uma caracterização da cidade que não pertence ao passado, mas sim aos dias de hoje. Além disso, essas mídias sociais não enfrentam barreiras em sua divulgação, pois pessoas de todo o Brasil, ao entrarem em contato com esses vídeos, mesmo sem conhecer a cidade, já tomam conhecimento desse imaginário social que a permeia e, conseqüentemente, consideram Palmital uma cidade perigosa no presente. Essas mídias sociais sobre a cidade na internet possuem um grande impacto na divulgação desses estereótipos.

É claro que esses vídeos não têm a intenção de “deixar a cidade mal falada”; são produzidos com o intuito de entreter, explorando temas recorrentes nas narrativas orais. É em função desses estereótipos presentes nas narrativas que surgiu a necessidade de analisar os processos criminais da cidade de Palmital, que é frequentemente descrita ou construída como uma cidade perigosa, terra de valentes e homens pistoleiros. Por meio desses processos, tornou-se possível compreender de maneira mais verossímil as relações de violência na cidade.

O nosso objetivo não era afirmar ou negar que Palmital seria a cidade mais violenta da região, até porque, pelos recursos atuais de nossas fontes, isso seria impossível. O objetivo principal, no entanto, era analisar o que essas fontes nos permitiam visualizar sobre as relações de violência que eram tão frequentemente narradas sobre a cidade.

Assim, compreendemos muito das sociabilidades palmitalenses que eram relatadas nas entrevistas orais, como as brigas cotidianas e os desentendimentos em bares e em bailes, que estavam

permeados pelo consumo de bebidas e pelos conflitos gerados por ofensas. Além disso, o uso dessas fontes nos possibilitou perceber um outro lado desse passado, marcado por acirramentos políticos e suas inimizades; um passado tão caro ao município, que consideramos um dos grandes propulsores da ideia construída de cidade perigosa.

Além disso, conseguimos visualizar, mesmo que em poucos processos, um contexto tanto do Estado do Paraná quanto do Brasil em relação à posse e à propriedade de terra. Esse é um fato muito caro à cidade, já que estão presentes nas narrativas testemunhais dos processos criminais cenas de violência, como ameaças de morte e tiroteios relacionados à questão da terra, seja entre posseiros, proprietários e agentes da empresa colonizadora (CODAL).

Buscamos, então, entre os capítulos, apresentar a cidade, sua formação e como isso pode impactar essas violências, já que o município, longe dos centros de poder, desenvolve seus próprios meios de resolução de conflitos, muitos dos quais utilizam recursos da violência. Contudo, mesmo após a emancipação da cidade, esses conflitos não se encerram, pois pessoas da gestão municipal e da segurança pública aproveitam seus cargos e o poder que deles derivam para obter benefícios pessoais ou para aqueles com quem têm amizade.

O município de Palmital é descrito como uma cidade que, no passado, possuía afeição às armas, ao consumo de álcool e à valentia, aspectos que são facilmente percebidos nos processos criminais, mas que também se aproximam de outros trabalhos que envolvem essas fontes e essas questões. Portanto, compreendemos que a cidade de Palmital, por conta de seus próprios moradores, constrói narrativamente essa identidade de cidade perigosa.

Palmital, ou “Parmitá dos Trinca”, é uma cidade comum a tantas outras, mas com um imaginário social permeado por narrativas de violência, que resiste graças às histórias cotidianas dos “causos” da cidade, contadas por pessoas mais velhas que vivenciaram esses conflitos. Passando por uma produção de entretenimento nas mídias sociais, essas narrativas atingem as gerações mais novas, retratando uma cidade estilo faroeste, em que a lei seria deixada de lado e os conflitos seriam resolvidos entre vida e morte. Assim, percebemos os impactos que essas narrativas geram, pois mantêm esse passado tão “vivo” entre seus moradores e aqueles que têm contato com esses estereótipos que são atribuídos à cidade. Estereótipos que continuam a se afirmar e se perpetuar em relação à violência do passado da cidade.

FONTES

FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

VALASCKI, Reynaldo. **Palmital e sua trajetória política-1992**. Curitiba: Imprensa Oficial Paraná, 1991.

FONTES JUDICIAIS:

Comarca de Palmital. Processo crime nº 15. 1962
 Comarca de Palmital. Processo crime nº 18. 1962.
 Comarca de Palmital. Processo crime nº s/n. 1967.
 Comarca de Palmital. Processo crime nº 123. 1967.
 Comarca de Palmital. Processo crime nº 04. 1977.
 Comarca de Palmital. Processo crime nº 01. 1977.
 Comarca de Palmital. Processo crime nº 02. 1975.
 Comarca de Palmital. Processo crime nº 16. 1975.
 Comarca de Palmital. Processo crime nº 13. 1976.
 Comarca de Palmital. Processo crime nº 17. 1976.
 Comarca de Palmital. Processo crime nº 25. 1975.
 Comarca de Palmital. Processo crime nº 22. 1977.
 Comarca de Palmital. Processo crime nº 24. 1975.
 Comarca de Palmital. Processo crime nº 20. 1975.
 Comarca de Palmital. Processo crime nº 23. 1976.
 Comarca de Palmital. Processo crime nº 27. 1977.
 Comarca de Palmital. Processo crime nº 31. 1971.
 Comarca de Palmital. Processo crime nº 32. 1975.
 Comarca de Palmital. Processo crime nº 34. 1974.
 Comarca de Palmital. Processo crime nº 38. 1973.
 Comarca de Palmital. Processo crime nº 45. 1974.
 Comarca de Palmital. Processo crime nº 49. 1974.
 Comarca de Palmital. Processo crime nº 44. 1974.
 Comarca de Palmital. Processo crime nº 43. 1975.
 Comarca de Palmital. Processo crime nº 51. 1974.
 Comarca de Palmital. Processo crime nº 50. 1976.
 Comarca de Palmital. Processo crime nº 47. 1975.
 Comarca de Palmital. Processo crime nº 42. 1975.

Comarca de Palmital. Processo crime nº 46. 1975.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 48. 1978.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 53. 1975.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 56. 1978.
Comarca de Palmital. Processo Crime nº 55. 1978.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 60. 1976.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 61. 1977.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 59. 1974.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 52. 1975.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 54. 1977.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 58. 1977.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 64. 1977.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 63. 1977.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 66. 1975.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 65. 1974.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 75. 1975.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 80. 1874.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 72. 1978.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 89. 1973.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 81. 1977.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 82. 1975.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 88. 1973.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 84. 1973.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 87. 1978.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 95. 1975.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 94. 1974.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 97. 1974.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 93. 1976.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 90. 1978.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 99. 1974.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 102. 1974.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 103. 1974.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 101. 1975.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 100. 1972.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 104. 1975.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 106. 1974.

Comarca de Palmital. Processo crime nº 107. 1976.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 108. 1978.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 117. 1978.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 124. 1977.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 120. 1977.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 121. 1979.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 126. 1979.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 125. 1978.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 129. 1979.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 134. 1975.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 131. 1975.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 139. 1979.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 130. 1979.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 136. 1977.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 137. 1976.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 140. 1979.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 132. 1977.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 163. 1979.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 85. 1975.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 141. 1980.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 142. 1980.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 146. 1980.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 154. 1980.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 152. 1980.
Comarca de Palmital. Processo crime nº 83. 1989.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: O Sudoeste Paranaense**. Orientador: Braz José. 1981. 297 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade de São Paulo USP, São Paulo, 1981.
- ALBERTI, Verena. **História Oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir e Contar: Textos em História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. "**Quem é frouxo não se mete**": Violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino. Proj. História, São Paulo, p. 173- 188, 1999.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 3. Ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O objeto em fuga: Algumas reflexões em torno do conceito de região**. Fronteiras, Dourados MS, v. 10, p. 55-67, 2008.
- ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **Aedos**, Porto Alegre, v. 3, n. 8, p. 10-30, 2011.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 23-80.
- BASTOS, Felipe Barradas Correia Castro. BRAGA, Gabriel Elysio Maia. **Trajetória de pesquisa sobre a posse de armas na Província do Paraná (1850-1930) a partir do acervo do Museu Paranaense**. Curitiba, v.6, Cadernos de Clio, 2015.
- BARROS, José D 'Assunção. **ESPAÇO, TERRITÓRIO, REGIÃO – PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS**. Tempos, Espaços e Representações: Abordagens Geográficas e Históricas, Universidade Federal do Fluminense, p. 1-22, 2013.
- BOURDIEU, Pierre et. al. **A miséria do mundo**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: A condição feminina e a violência simbólica**. Tradução Maria Helena Kuhner. - 5ª ed. - Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.
- FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Brasiliense, 1984. 293 p.
- CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito: Estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010. 334 p.
- CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Arqueologia – Procurando pela história dos militares do Brasil. **Da Cultura**. ano VII, v. 12., Rio de Janeiro, pp. 25 – 29, set. 2007.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. 2001.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982
2016.

CORREA, Mariza. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de Janeiro, Graal, 1983. 315 p.

CONNELL, Robert W. MESSERSCHMIDT, James W. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. Estudos Feministas, Florianópolis: janeiro-abril/2013.

CONNELL, Robert W. **Política da Masculinidade**. Educação & Realidade. Austrália: 1995.

MAN YU, Chang. **Sistema faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná**. Londrina, IAPAR, 1988.

DRUCIAKI, Vinícius Polzin. **Ocupação territorial e rede urbana do Paraná “tradicional” e a cidade de Guarapuava**. Revista Territorial, Goiás, p 31-51, 2013.

FAJARDO, Sergio; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. **Paraná: desenvolvimento e diferenças regionais**. Ponta Grossa-PR: Atena, 2021. 86 p.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. **Historiografia e a identidade fluminense**. A escrita da história e os usos do passado no estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. Rio de Janeiro, 2009. 272p. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. Topoi, Rio de Janeiro, p. 314-332, 2002.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 114, p. 197-223, 2001.

FOUCAULT, Michael. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FRAGA, N. C.; JAYME, N. S.; GALLINARI, T. S.; SILVEIRA, H. M. **Campos da riqueza e da pobreza: a região Centro-sul paranaense, um território de conflitos e contradições**. In: XV Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2015, Habana, Cuba. Anais do XV Encuentro de Geógrafos de América Latina. Habana, Cuba: Universidad de La Habana, 2015. p. 1-11

GUARIZA, Nádia Maria; SCHORNER, Anselmo (org.). **História e Conflitos: uma análise em várias escalas**. Guarapuava: Editora Unicentro, 2018. 142 p.

GUIMARÃES, Valdir Machado. **A história social da fotopintura cabocla no sertão de Pitanga, 1950 a 1975**. Orientador: Dr. Anselmo Schorner. 2014. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati-PR, 2014.

GRINBERG, Keila. **A História nos porões dos arquivos judiciais**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009. p. 119-140.

HAMMEL, Ana Cristina. A luta pela terra na região Centro Sul do Paraná (1940-1970). **Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder: Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise**, Marechal Cândido Rondon PR, p. 11-19, 2019.

HAMMEL, Ana Cristina; MOURA, Rafael Osvaldo Machado; SALLES, Jefferson de Oliveira. / In: SILVA, Carla Luciana; PONTAROLO, Fabio; RIPPEL, Leonardo; RIBEIRO, Marcos Vinicius (org.). **Estado e Poder: lutas de classes e hegemonia**. Uberlândia/Minas; Gerais: Navegando, 2021. p. 179-200. ISBN 978-65-81417-53-6.

Harvey, D. 2006. Space as a keyword. In: **Castree**, N. e Gregory, D. (org.) David Harvey: a critical reader. Malden e Oxford: Blackwell. Tradução livre: Letícia Gianella. Revisão técnica: Rogério Haesbaert e Juliana Nunes.

SOCHODOLAK, Hélio; GRUNER, Clóvis. Vidas em Processo: Documentos do Judiciário e História da Violência. In: SOCHODOLAK, Hélio; GRUNER, Clóvis (org.). **Vidas em Processo**: crime, violência e justiça na história de Mallet-PR. Guarapuava: Editora Unicentro, 2022. cap. 1, p. 09-26.

KALIFA, Dominique. **Os Bas-Fonds: História de um Imaginário**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. 368 p.

KÓSS, Lucimara. **Carroceiros tropeadores de porcos e o comércio em Ivaí (1910-1950)**. In: SOCHODOLAK, Hélio; NETO, José Miguel Arias (org.). Capítulos de História do Paraná. Guarapuava: Editora Unicentro, 2012. cap.2, p. 79-118.

KIMMEL, S. Michael. “**A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas**”. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998 <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-7183199800020000>

LANGARO, Jiani Fernando. **Espaço, Região e História Social**. Revista Percurso-NEMO, Maringá, v. 1, ed. 1, p. 23-48, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeiraversão : início - fev.2006.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1994.

LOUSADA, Maria Alexandre. **Espaço Urbano, sociabilidade e confrarias, Lisboa nos finais do Antigo Regime**. Universidade Nova de Lisboa. Centro de história e Cultura Terramar. Lisboa. 1999.

LOZADA, Elizabeth Mitiko Konno de; MATHIAS, Thais Aidar de Freitas; ANDRADE, Selma Maffei de; AIDAR, Tirza. **Tendência da mortalidade por homicídios no Estado do Paraná, segundo Regionais de Saúde, 1979 a 2005**. Rev Bras Epidemiol, [s. l.], p.258-69, 2009.

MORO, Nataniél Dal. Os memorialistas e a edificação de um passado glorioso. **Revista Crítica Histórica**, São Paulo, n. 6, p. 1-23, 2012.

MOTTA, Maria Menendes. Olinto, Beatriz Anselmo; OLIVEIRA, Oséias de (org). **História Agrária: Propriedade e Conflito**. Guarapuava: Unicentro, 2008.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 11, p. 231-273, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634634>. Acesso em: 02 jun. 2024.

MARCH, Kety Carla de. “**Jogo de luzes e sombras**”: **Processos criminais e subjetividades masculinas no Paraná dos anos 1950**. Orientador: Dr^a. Roseli Terezinha Boschilia. 2015. 306 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

MARTINE, George. **A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?** Revista de Planejamento e Políticas Públicas, nº 3, IPEA, Brasília, 1990.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. **O cotidiano, os “regimes de historicidade” e a memória**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 236 - 253. set./dez.

MOTA, Lucio Tadeu. A Capitania insurrecta: a declaração de guerra contra os Jê do Sul pela Corte Joanina e a preparação da Real Expedição para a conquista dos seus territórios nos Koran-bang-rê – Campos de Guarapuava (1774 -1810). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, ed. 28, p. 1-35, 2023. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>. Acesso em: 6 maio 2024.

MYSKIW, Antonio Marcos. A Marcha para Oeste no Paraná. In: MARIN, Joel Orlando Bevilaqua; NEVES, Delma Pessanha (org.). **Campesinato e Marcha para Oeste**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013. cap. Parte 2, p. 161-188.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: Ocupação do Território, Populações e Migrações**. 2ª. ed. Curitiba: SAMP, 2017. 110 p.

NAXARA, Marcia Regina Capelari. **Estrangeiros em sua própria terra: Representações do trabalhador nacional 1879/1920**. Orientador: Robert W. A. Slenes. 1991. 246 f. Dissertação (Dissertação de Mestrado em História) - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1991.

NEVES, Edir Souza das. **Atlas Geográfico do Município de Laranjal-PR**. O professor PDE e os desafios da escola pública parananense: Produção Didático-Pedagógica, Curitiba, v. II, p. 1-65, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Discurso Fundador: A formação do país e a construção da identidade nacional**. 2ª. ed. São Paulo: Pontes, 2001. 171 p.

PAIVA, Luiz Fábio S. **Contingências da violência em um território estigmatizado**. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, UFPE, Recife (PE), p.1-16, 2007.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 3, v. 2, p. 3-15, 1989.

PRIORI, A., et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX [online]**. Maringá: Eduem, 2012. ISBN 978-85-7628-587-8. Available from SciELO Books.

ROSA, Ana Lúcia Gonçalves. **Passos Cambaleantes, Caminhos Tortuosos: Beber cachaça, prática social e masculinidade- Recife/PE-1920-1930**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2003.

ROMPATTO, Maurício. **Piquiri o vale esquecido: história e memória da luta pelas terras do grilo Santa Cruz na colonização de Nova Aurora, oeste do Paraná**. Curitiba, PR: Editora CRV, 2016.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP - espaço e tempo**, São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise**. Educação & Realidade, [s. l.], v. 15, 1990.

SERRA, Elpídio. **Conflitos rurais no Paraná: Como foi que tudo começou**. Bol. geogr, Maringá, v28, n.1 p. 75-89, 2010.

SERRA, Elpídio. **Grilagens de terra e conflitos rurais: O lado perverso da colonização no Paraná**. R.Ra'eGa. Curitiba, v.46, p.58-74, Marc/2019.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. **Os historiadores e os "fazedores de história": Lugares e fazeres na produção da memória e do conhecimento histórico contemporâneo a partir da influência midiática**. OPISIS, Catalão/GO, 2007.

SILVA, José Remon Tavares da. **Masculinidade e violência: formação da identidade masculina e compreensão da violência praticada pelo homem**. 18ª REDOR: Perspectivas Feministas de Gênero: Desafios no Campo da Militância e das Práticas, Recife - PE, p. 2802-2817, 2014.

SHORNER, Ancelmo; CARVALHO, Rosinaldo de. **Chácaras e chacareiros no faxinal Porto Soares (Rio Azul/PR):** Mudanças na paisagem e no território. In: GUARIZA, Nádia Maria; SCHORNER, Ancelmo (org.). *História e Conflitos: Uma análise em várias escalas*. Guarapuava: Editora Unicentro, 2018. p. 125-136.

SOUZA, Elisabete Pereira de. *Histórias de um espaço estigmatizado: O bairro do Pedregal (Campina Grande-PB)*. Orientador: José Adilson Filho. 2019. 35 f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande PB, 2019.

THOMSON, Alistair. **RECOMPONDO A MEMÓRIA: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias**. Porj. História, São Paulo, p. 51-84, abri 1997.

TODOROV, Tzvetan. **Memória do mal, tentação do bem: uma análise do século XX**. Porto: Asa, 2002.

WACQUANT, Loic. **Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro; Revan; FASE, 2001.

WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiya Pilatti. **Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno**. Departamento de História da Universidade do Paraná. Curitiba. 1968.

(X) Autorizo a divulgação integral deste trabalho no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.

() Autorizo apenas a divulgação do resumo e do *abstract* no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.

Irati(PR), 24 de setembro de 2024.



Maria Gabrieli Miranda de Souza